



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 76, TERÇA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 62ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE MAIO DE 2026

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Eduardo Girão – Críticas à atuação do Ministro do STF Gilmar Mendes em processos relacionados ao Banco Master, com defesa da condução do Ministro André Mendonça nas investigações sobre supostas fraudes financeiras e possíveis acordos de delação premiada. Defesa da Operação Lava Jato e denúncia de suposta interferência do STF em investigações de corrupção. Acusações de conflitos de interesse envolvendo Ministros da Corte e defesa da responsabilização de autoridades públicas por atos ilícitos.	9
Senador Paulo Paim – Defesa do fim da escala 6x1 com redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, sem redução salarial, com ênfase na possível votação pela Câmara dos Deputados, das PECs nºs 221/2019 e 8/2025, que tratam da temática. Registro de propostas legislativas, em ambas as Casas do Congresso Nacional, que tratam da diminuição da carga horária dos trabalhadores, inclusive a PEC nº 148/2015, de autoria de S. Exa., sobre o tema, com menção a países que também adotaram jornada de trabalho reduzida.	13
Senador Marcio Bittar – Comentários acerca da visita realizada pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira ao estado do Acre e breve análise sobre a suposta intolerância de lideranças indígenas à visita do Deputado a uma reserva extrativista. Críticas à gestão do Governo PT no estado do Acre. Alerta para a necessidade de reconstrução da BR-364, rodovia que liga o Acre e Rondônia ao Centro-Oeste.	15
Senador Hermes Klann – Manifestações favoráveis ao Projeto de Lei nº 5122/2023, que dispõe sobre a renegociação de dívidas do setor agropecuário afetado por eventos climáticos extremos. Alerta para o endividamento rural decorrente de secas, enchentes, aumento dos custos de produção e restrição de crédito. Defesa do uso do Fundo Social para financiamento emergencial, da ampliação do acesso ao crédito e do fortalecimento da agropecuária como atividade estratégica para a economia nacional. ..	20
Senador Izalci Lucas – Críticas ao Governo Lula e ao Programa Pé-de-Meia, com denúncia de supostas irregularidades apontadas pelo TCU. Defesa de investimentos estruturais na educação pública, com valorização dos professores, ampliação da educação profissional, melhoria da infraestrutura escolar e fortalecimento da alfabetização na idade certa.	21



Senador Confúcio Moura – Apelo para a necessidade de investimento em modelos de prevenção na saúde pública, destacando a importância dos exames preventivos e a sobrecarga do SUS no tratamento de doenças graves, além da urgência em ampliar a oferta desses exames nos serviços públicos regionais. Agradecimento à Funai, ao Inbra e aos Parlamentares pelo avanço na regularização de áreas de interesse indígena em Rondônia, e relato sobre o andamento da transposição dos servidores federais antigos do ex-território para o serviço público estadual, ressaltando a necessidade de resolver pendências burocráticas para concluir esse processo. 27

1.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão especial para 26 de maio, às 10 horas, destinada à condecoração com o Diploma José Ermírio de Moraes. 30

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 26 de maio, às 14 horas. 30

1.3 – ENCERRAMENTO 30

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Do Senador Camilo Santana, que solicita retificações na redação de dispositivos das Resoluções nºs 7 e 8/2026 (**Ofício nº 38/2026**). 32

2.1.2 – Deferimento

Deferimento do Requerimento nº 398/2026 38

2.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1054/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a remarcação de etapas de concursos públicos para candidatas gestantes, parturientes ou puérperas*. 40

2.1.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 432/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 5.357, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 15.414, de 21 de maio de 2026*. 49

2.1.5 – Ofício da Ministra da Casa Civil

Nº 494/2026, na origem, que restitui o autógrafo do veto rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2025 (Veto nº 51/2025). 52

2.1.6 – Projetos de Decreto Legislativo

Nº 466/2026, do Senador Magno Malta, que *susta os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital*. 55

Nº 467/2026, do Senador Dr. Hiran, que *susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014*. 61



Nº 470/2026, do Senador Esperidião Amin, que *susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.* 66

2.1.7 – Projetos de Lei

Nº 2573/2026, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre a remuneração do militar reformado por invalidez.* 72

Nº 2584/2026, do Senador Beto Faro, que *altera os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para redefinir e prorrogar os incentivos fiscais regionais da Sudam e da Sudene, incorporando critérios de sustentabilidade, desenvolvimento regional e avaliação de resultados, em consonância com a reforma tributária.* 78

2.1.8 – Requerimentos

Nº 399/2026, do Senador Dr. Hiran e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 120 anos do primeiro voo do 14-Bis, bem como o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira. 86

Nº 400/2026, do Senador Magno Malta, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geovani Faria da Silva, ex-jogador profissional de futebol, considerado um dos maiores atletas da história do esporte capixaba e ídolo do Club de Regatas Vasco da Gama, ocorrido em 18 de maio de 2026, aos 62 anos de idade, no Estado do Espírito Santo. 89

Nº 401/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer a oitiva da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei nº 4.715/2023. 93

Nº 402/2026, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos, parcerias, procedimentos administrativos, entregas, notificações, medidas de fiscalização, riscos de abastecimento e eventuais vínculos societários, financeiros ou institucionais relacionados ao fornecimento de insulinas ao Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito de instrumentos envolvendo a Fundação Ezequiel Dias — Funed, a empresa Biom S.A., a empresa Wockhardt, a empresa Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz e demais entes públicos ou privados participantes. 96

PARTE III

3 – ATA DA COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

Ata da 3ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2026 109

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE DEFESA DOS FEIRANTES

Ata Circunstanciada da Reunião, realizada em 19 de maio de 2026 133

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 152

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 155

7 – LIDERANÇAS 156

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 159



9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	164
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	166
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	211



Ata da 62ª Sessão, Não Deliberativa,
em 25 de maio de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Confúcio Moura e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 51 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa semipresencial destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

Os Senadores e as Senadoras presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Passamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, antes de subir à tribuna, quero cumprimentá-lo pela pontualidade de sempre e fazer, rapidamente, um pela ordem, também aqui cumprimentando o Senador Hermes, de Santa Catarina.

Vamos, nós três aqui, e espero que alguns outros colegas, participar desta sessão semipresencial, a primeira da semana.

Quero aproveitar para saudar aqui os nossos visitantes, que estão nas galerias, brasileiros de diversos estados que estão nos visitando aqui. É sempre muito bom receber a população dentro da Casa que é deles, que é o Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, o caso do Banco Master deixou de ser apenas um escândalo financeiro; na verdade, o maior do mundo, segundo revelou o próprio Presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) na semana passada. Deixou de ser o maior escândalo do Brasil: já é do mundo inteiro – é importante a gente guardar esse dado.

Segundo reportagem, hoje, do Metrôpoles, uma farmacêutica, que era ligada ao Master, atrasou a entrega de insulina ao SUS, com pendência superior a 1,57 milhão de doses, e foi notificada pelo Ministério da Saúde. Nós estamos falando de insulina, medicamento essencial à vida de milhões de brasileiros. Eu tenho rodado, especialmente no interior do Ceará, e vejo a preocupação das pessoas com relação a esse insumo fundamental.

A reportagem aponta que a Biomm tinha, como principal sócio, até abril deste ano, um fundo controlado pelo Banco Master, posteriormente liquidado em meio ao escândalo envolvendo a instituição. Também informa que o contrato envolvia mais de R\$142 milhões e previa o fornecimento de pouco mais de 8 milhões de doses ao SUS – guarde isso, brasileiro, olhe essa informação.

Diante disso, as perguntas são inevitáveis: quem, no Governo Federal, contratou essa empresa ligada ao Banco Master? Quem, Governo Lula? Sob quais condições ela foi contratada? Quais condições, Governo Lula? Houve licitação? Qual foi o critério técnico, financeiro e jurídico utilizado, Governo Lula? Quem atestou sua capacidade de entregar um produto tão sensível à rede do SUS? E o mais grave: até onde chegam as conexões entre o Banco Master, fundos, empresas contratadas pelo poder público, bancos estatais, autoridades do Executivo e contratos financiados com o dinheiro público, Governo Lula?

Não é aceitável que o Brasil conviva com suspeitas dessa gravidade, sem investigação parlamentar ampla, técnica e independente. Se houve favorecimento, omissão, blindagem ou tráfico de influência, isso precisa ser apurado, meu querido Senador Marcio Bittar.

Por isso, eu venho, mais uma vez, cobrar a imediata instalação da CPI ou CPMI do Banco Master. O Presidente tem dois caminhos: ou CPI, aqui, que os meus colegas, 53 colegas assinaram, está parada há quase seis meses nessa mesa; ou a CPMI – e o Presidente da Casa foi, ao meu ver, reincidente, Davi



Alcolumbre, por não ter colocado na sessão do Congresso, semana passada, a leitura desses requerimentos.

Nós já acionamos o STF para acabar com essa zorra, para que o STF determine que o Senado abra a maior fraude do sistema financeiro do mundo, como eu falei. Então, o Parlamento não pode se intimidar, o Senado não pode se calar. Quando há indício de captura do Estado por interesses privados, o dever desta Casa é investigar. O povo brasileiro merece e precisa saber quem ganhou, quem autorizou, quem se omitiu e quem pagará a conta bilionária dessa farra no SUS, de uma empresa ligada ao Banco Master.

Inclusive eu estou encaminhando hoje, nosso gabinete está encaminhando ações efetivas, pedindo esclarecimentos sobre essa denúncia do Metrôpoles a respeito da insulina do SUS, que foi contra uma farmacêutica ligada ao Banco Master. Só faltava essa, Sr. Presidente.

Eu vou me encaminhar agora para a tribuna, para o meu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já foi anunciada previamente a palavra ao Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, Sr. Presidente, meu amigo Confúcio Moura, muito obrigado.

Quero cumprimentar aqui as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, as brasileiras e os brasileiros que nos acompanham agora, neste início de semana que promete, mesmo sendo virtual, semipresencial, mas promete, pelas informações que inclusive eu trouxe aqui para o Plenário do Senado, para que os nossos colegas tivessem ciência disso.

Olha, o Ministro André Mendonça está incomodando muito com o seu trabalho sério, ético, profissional, no aspecto de cumprir o seu dever como Relator desse escândalo de que eu acabei de falar aqui um pouco mais, nas entranhas, nos tentáculos, em todos os Poderes da República, que é o Banco Master. O Ministro André Mendonça, pela sua condução exemplar, sem dar entrevista, mas tendo muito cuidado com a legislação, está incomodando os seus colegas.

Um deles já demonstrou, inclusive, uma ação efetiva para paralisar – olhem só –, para suspender exatamente a votação, que já tem dois votos para manter a prisão do primo e do pai do Vorcaro.

Por que, Ministro Gilmar Mendes? O senhor já está dando senhas do que é que pretende fazer. A gente não é bobo não, porque “gato escaldado tem medo de água fria”. O senhor foi um dos que melou a Operação Lava Jato. Aliás, o senhor tem terror, tem horror, da Operação Lava Jato, porque chegou a gente poderosa – e o senhor sabe em quem, não é –, a políticos poderosos, a empresários poderosos. O senhor sempre fala mal da Operação Lava Jato, que encheu o brasileiro de orgulho porque colocou gente importante, mas corrupta, atrás das grades, fazendo com que o sentimento do brasileiro, que teve a alma lavada naquele período, soubesse que a justiça era para todos. E vai voltar a ser, o senhor queira ou o senhor não queira. Não dá para “tapar o sol com a peneira.”

Então, nós estamos vendo aqui que a decisão do Ministro André Mendonça, da prisão preventiva desses parentes do Vorcaro, teve fundamento. Claro, um tentou fugir com um carrinho de golfe – ou vocês já se esqueceram? –, na operação da Polícia Federal; o outro manteve contato com o Sicário. O Sicário tentava intimidar quem criticava o Banco Master, quem denunciava a bandalheira do Banco Master, lá atrás e recentemente. O Sicário é aquele que morreu em condições superestranhas, na prisão, que ameaçou um jornalista de quebrar os dentes dele. Isso não é motivo para prisão?

Estão armando uma cama de gato. O senhor, Ministro Gilmar Mendes, está armando uma cama de gato para anular tudo. É importante que o brasileiro saiba disso, porque está chegando a delação, que precisa acontecer. E o Ministro André Mendonça tem agido, repito, de uma forma precisa, com precisão cirúrgica, tomando todos os cuidados para evitar, justamente, que alguém mele essa delação que vai acontecer, porque a delação *fake* que o Vorcaro estava querendo fazer poupava, inclusive, colegas do



senhor, não é isso? O Ministro Toffoli, o Ministro Moraes e outras pessoas poderosas dos três Poderes da República. E isso não é bom, não é? Por isso é que a cama de gato está sendo armada.

Mas o Brasil precisa dessa delação. O brasileiro quer saber quem está por trás, porque quem vai pagar a conta é o brasileiro. Quem vai pagar essa conta com taxas altas, com mais juros, é o brasileiro, a conta dessa farra, com direito a orgias, com direito a comprar meio mundo com o dinheiro da população.

Então, Sr. Presidente, a discussão de tudo isso, o pano de fundo, não é método não, como o Ministro Gilmar Mendes está querendo colocar. Não é o método lavajatista não, até porque as três instâncias confirmaram as decisões da força-tarefa da Lava Jato. Em 80% das delações, os réus estavam soltos. Tudo feito corretamente, mas o pano de fundo é a quem atinge essa delação do Vorcaro. Esse é o receio. Esse é o receio e a insistência da PGR também em querer continuar com a delação *fake*, que eu denunciei aqui sexta-feira, diferente, completamente diferente do caso do Mauro Cid, do Coronel Mauro Cid, do Filipe Martins, esses, sim, torturados, às vistas de toda a nação.

No caso do Mauro Cid, as imagens saíram, foram públicas. O Ministro Alexandre de Moraes com a testemunha ocular da tortura, Paulo Gonet vendo ameaçarem a família do Coronel Mauro Cid. Aquilo, sim, é motivo de anulação desse “golpe”, entre aspas, com todas as aspas, *fake*, que aconteceu, daquele julgamento horroroso, que a história já está mostrando antes do que a gente imagina, o quão ruim foi para a nossa democracia, porque foi algo imposto, sem nenhuma base, com relação ao nosso ordenamento jurídico.

Então, Sr. Presidente, Filipe Martins também, sendo torturado agora, com infiltração numa cadeia que é de passagem, enquanto ele deveria estar em Curitiba, e está lá em Ponta Grossa. E eu fui visitá-lo. Neste mês, eu estive com ele durante uma hora, lá em Ponta Grossa, e vi, realmente, as condições difíceis, totalmente... Num presídio sem estrutura, faccionado todo, em que ele corre risco de vida. Inclusive eu já denunciei isso aqui. Isso, sim, é tortura, o que fizeram para eles delatarem. Isso, sim, é tortura.

Mas, Sr. Presidente, o Ministro André Mendonça vem, sim, conduzindo com responsabilidade e imparcialidade algo que não é muito comum dentro do Supremo Tribunal Federal com alguns Ministros. Ele tem mostrado como é que se deve ter uma Justiça que fala nos autos, uma Justiça com j maiúsculo.

Nesse processo relacionado à fraude, que é a maior do mundo, o Ministro André Mendonça está de parabéns, porque envolve diretamente autoridades poderosas dos três Poderes da República. Numa de suas últimas ações acertadas, ele decidiu pela prisão preventiva de Henrique Vorcaro, o pai do criminoso Daniel Vorcaro, e também de seu primo Felipe Cançado, ambos agentes ativos do núcleo financeiro do Banco Master.

Depois do voto de Luiz Fux, seguindo o Relator André Mendonça, para manter a prisão, Gilmar Mendes suspendeu o julgamento da medida ao pedir vistas sobre os motivos determinantes das prisões – olha só que engraçado! – e, publicamente, já foi fazendo críticas ao Ministro André Mendonça, dizendo que ele poderia estar se utilizando dessas prisões para forçar uma colaboração premiada de Vorcaro.

Ele ampliou a crítica, fazendo juízo de valor ao dizer que Mendonça estaria empregando métodos típicos da Operação Lava Jato. Não podemos esquecer que, até o momento, o Ministro seguiu, de forma brilhante, a posição da Polícia Federal, rejeitando a colaboração premiada negociada pela defesa, uma delação que seria *fake*, isso porque as próprias investigações em curso da Polícia Federal já descobriram provas muito mais consistentes do que as oferecidas pela defesa. São muitos e complexos os tentáculos de corrupção fartamente empregados pelo Banco Master, mas, estranhamente, a PGR, isoladamente, continua promovendo negociações para essa colaboração premiada.

Assim como já aconteceu com Dias Toffoli, o Ministro Gilmar Mendes teria também a obrigação de se declarar suspeito – não é, Gilmar Mendes? São muitas as atitudes demonstrando sua parcialidade. Não teve, inclusive, viagens de V. Exa. aí no jatinho do Vorcaro?!



Essa não é a primeira vez. Gilmar Mendes já teve outros embates no tribunal com André Mendonça. Uma delas foi na própria decisão de manter a prisão de Vorcaro. Gilmar, mesmo tendo votado a favor da prisão, fez críticas contundentes, dizendo que Mendonça estaria utilizando conceitos porosos e elásticos para a decretação da prisão preventiva. Não é fácil, não! O jogo é bruto, meu querido Senador Hermes.

Embates semelhantes ocorreram no julgamento do mandado de segurança para a prorrogação da CPMI do INSS, em que Deus me proporcionou fazer uma dobradinha com o meu querido irmão Senador Marcio Bittar, do Acre. A CPMI mostrou, realmente, o quanto o buraco estava embaixo nessa roubalheira de pensionistas, de aposentados, de órfãos, de viúvas, de deficientes, no Brasil; bilhões e bilhões de reais de milhões de brasileiros mais pobres. Relembrem isso aí? É importante que a gente saiba que o André Mendonça rebateu, educadamente, Gilmar naquela votação sobre a prorrogação da CPMI, educadamente dizendo que nenhum juiz deveria agir como estrela; devia apenas agir e julgar corretamente.

Gilmar Mendes também anulou as decisões da CPI do Crime Organizado. São sabotagem e boicote em cima de todos os trabalhos que a gente está fazendo aqui, praticamente! Por isso, o Senado precisa reagir, Sr. Presidente. A gente se lembra das medidas de quebra de sigilo de empresas e fundos citados nas investigações sobre a apuração de fraudes do Banco Master. Gilmar foi lá e anulou as decisões da CPI do Crime Organizado.

Gilmar Mendes também defendeu publicamente Dias Toffoli, mesmo depois de este haver se declarado suspeito em virtude dos esquemas relacionados ao Resort Tayayá – sua família recebeu, de um fundo, R\$35 milhões. É escabroso tudo isso! A Maridit: houve uma decisão do Colegiado da CPI do Crime Organizado para quebrar seu sigilo. O Ministro Gilmar Mendes foi pegar uma decisão na gaveta de algo que estava arquivado para anulá-la e ainda veio acusar Senadores da República de estarem divulgando informações sigilosas, o que depois a Polícia Federal – semana passada – desmentiu! Eles não sabem o que fazem, estão desesperados, porque não se sustentam as suas narrativas, as suas investidas para blindar colegas, Sr. Presidente.

Nessa defesa, ele fez questão – o Ministro Gilmar Mendes, de novo! – de citar a Operação Lava Jato, dizendo agora que o Banco Master estava repetindo o mesmo “frenesi midiático”.

Existe uma verdadeira obsessão de Gilmar Mendes em relação à Lava Jato, até hoje o maior legado no enfrentamento à corrupção e à impunidade de poderosos, mas criminosos de colarinho branco!

Uma das provas dessa obsessão foi o caso do Deputado Federal Zeca Dirceu, que acusou o Deltan de ter tentado desviar R\$2 bilhões – bilhões de reais! – recuperados pela Lava Jato. A Justiça Eleitoral do Paraná julgou o caso, multando o Deputado e obrigando a retirada das acusações caluniosas contra o Deltan. O filho do Zé Dirceu! Engraçado isso, não é? Pois é. Inclusive, lá na Lava Jato, o dinheiro foi recuperado de quem roubou; agora, na CPI do INSS, o Governo Lula está pagando sem recuperar o dinheiro ainda! Olhem que diferença! Numa clara manobra jurídica, o caso acabou parando no STF, justamente nas mãos de quem? Do Ministro Gilmar Mendes, que fez o arquivamento de outro caso semelhante para encontrar um jeito de condenar Dallagnol. Parece-me que o Ministro Gilmar Mendes almoça, janta, toma café da manhã pensando em vingança contra o Deltan Dallagnol. E é justamente nesse momento que Gilmar faz uma manifestação de ódio – ali, sim, é manifestação de ódio! – contra a Lava Jato, proferindo várias palavras ofensivas ao Deltan. Naquele momento em que ele suspende o negócio do Zeca Dirceu, da questão que foi perdida em outras instâncias e que está lá parada, ele chama o Deltan de “gângster”! Um Procurador brilhante, que passou em primeiro lugar, que se destaca em tudo o que faz, um autêntico servidor público, Sr. Presidente... É esse o tratamento que procuradores, juízes, magistrados, como o Juiz Sergio Moro, hoje colega Senador, como o Mendonça, como o Deltan Dallagnol, recebem da turma que está no poder absoluto, de um decano do Supremo Tribunal Federal tão mal avaliado e cada vez mais mal avaliado pelos brasileiros, que estão entendendo todo esse jogo.



As peripécias do Ministro Mendes não param por aí. Ele se utilizou, como eu disse há pouco, de aeronave pertencente ao empresário Marcos Molina, identificado com movimentação de milhões de reais junto a quem? Ao Banco Master! Por tabela, tem o Banco Master como pano de fundo.

Além disso, Gilmar Mendes vem realizando anualmente um encontro anual em Lisboa – lembram? –, reunindo magistrados, políticos e grandes empresários, alguns com processos tramitando na própria corte, minha gente, num ambiente ideal para lobistas agirem. Até agora, as investigações já confirmaram um “investimento”, entre aspas, de mais de R\$60 milhões em eventos desse tipo realizados em Londres, Nova York e Lisboa. É o chamado “Gilmarpalooza”. Se isso não é conflito de interesse, eu não sei o que é. Esse encontro de Gilmar foi denominado, jocosamente, pela imprensa, sim, de “Gilmarpalooza”, numa alusão satírica ao festival de música que acontece no Brasil que é o Lollapalooza.

Em 2024, antes, portanto, do escândalo Master, eu entrei com pedido de *impeachment* contra Gilmar Mendes pelo cometimento de outros crimes de responsabilidade, a meu ver, que está paradinho aqui na Presidência do Senado. Se tivéssemos agido, talvez essa ânsia, esse poder desmedido, essa coisa de se achar Deus, aliás, de ter certeza que é Deus não estariam acontecendo – se o Senado não fosse omissivo, se o Senado agisse.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ferindo claramente a Constituição, ele exerceu atividade política ao participar ativamente da inauguração de um trecho de rodovia em Diamantino, em Mato Grosso, onde o seu irmão é Prefeito – o irmão de Gilmar Mendes.

Outro crime grave, Sr. Presidente, foi a liminar concedida a um Presidente da CBF que tinha sido afastado do cargo pela Justiça, um flagrante conflito de interesses, isso porque o IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), fundado por Gilmar e presidido por seu filho, foi beneficiado pelo Presidente afastado da CBF com um contrato generoso de R\$10 milhões! Se isso não é conflito de interesse, me digam o que é.

Eu concordo integralmente com o alerta dado pelo advogado constitucionalista André Marsiglia...

Se o senhor me der mais dois minutos, eu prometo encerrar. *(Pausa.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

André Marsiglia falou sobre os riscos de que atitude como essa tomada por Ministro Gilmar Mendes não seja meramente procrastinatória, mas que possa fazer parte de uma estratégia para criar brechas para, no futuro, gerar a possibilidade de anulação de provas, do mesmo jeito que vergonhosamente foi feito com a operação Lava Jato lá atrás.

O Brasil já perdeu uma extraordinária oportunidade de começar a ser passado a limpo com a Lava Jato, que desmontou o até então maior escândalo de corrupção da história, que foi o petrolão, com mais de R\$6 bilhões devolvidos, até começar a ser destruído pelos três Poderes da República, especialmente pelo STF.

Em seguida, o Brasil foi sacudido pelo bilionário roubo dos aposentados e pensionistas...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e tem aí suspeitas, indícios fortes da participação do filho do Lula, o Lulinha, que estaria recebendo aí R\$300 mil de mesada.

Ainda assim, isso não serviu para a ruptura de um sistema corrompido e corruptor. Precisávamos ainda ter que passar pela maior fraude financeira da história. Essa é a pior de todas, não apenas pelo volume de dinheiro desviado, mas porque, desta vez, o escândalo não tem apenas o envolvimento direto de políticos e empresários, mas principalmente de Ministros do Supremo.



Ou o Brasil finalmente investiga, julga e pune devidamente os criminosos de colarinho branco, ou, então, será a mais completa desmoralização de um país, que passará ainda mais a ser visto internacionalmente como o paraíso da corrupção e da impunidade de poderosos.

A frase final, Sr. Presidente; um minuto para a frase final.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, muito obrigado, Presidente.

Eu encerro lembrando o escândalo que marcou os Estados Unidos – na época, muito maior do que o petrolão, o roubo do INSS, mas não do que o Banco Master – e que levou, em 1974, o Presidente Richard Nixon a renunciar. Eis um pequeno trecho do seu discurso, abro aspas: “Cometi muitos erros, mas [...] nunca lucrei com o serviço público. [...] Em todos os meus anos de vida pública, nunca obstruí a Justiça. O povo tem o direito de saber se o seu Presidente é ou não é bandido”.

Que Deus abençoe a nossa nação! Que tenhamos uma semana de vitórias, com Jesus no comando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso, tudo bem.

Eu vou anunciar os próximos oradores: a seguir, remotamente, o Senador Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul – ele está lá, remotamente –; o Senador Marcio Bittar, que está aqui presencialmente; o Senador Hermes Klann, que está aqui presencialmente; e Izalci Lucas, que ainda não chegou. Então, vamos dar sequência.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, demais colegas Senadores e Senadoras, hoje a Câmara dos Deputados poderá votar a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário.

Defendemos, todos sabem, o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas, a famosa escala 5x2, sem redução salarial e entendemos que, com muito diálogo no segundo momento, podemos chegar às 36 horas, a escala 4x3, reduzindo uma hora por ano. Esse é o teor da PEC 148, de 2015, de minha autoria, a proposta mais antiga tramitando no Congresso. Ela já foi aprovada no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Senador Rogério Carvalho, e está pronta para ser votada no Plenário – parabéns ao Senador pelo seu relatório.

Há também outras propostas tramitando na Câmara e no Senado. Por justiça, eu cito aqui a PEC 221, de 2019, de autoria de Reginaldo Lopes, e a PEC 8, de 2025, de autoria da Deputada Erika Hilton, do Psol. Foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e agora está em uma Comissão especial, que já realizou audiências públicas em algumas capitais, como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e São Luís. Agradeço por que fui convidado, mas não pude comparecer por motivos de saúde.

Lembro a todos que o Presidente Hugo Motta disse que pretende votar essa matéria até o final de maio ou, no máximo, em junho. A Comissão especial poderá, inclusive, votar essa matéria rapidamente e remetê-la para o Plenário da Câmara dos Deputados.

Por uma questão de justiça, cito os nomes dos que possuem projetos para a redução da jornada de trabalho – já citei aqui quase todos –: além do meu, tem também o da Erika Hilton e do Reginaldo – que está a todo no vapor –; Deputada Daiana Santos; Deputado Lindbergh Farias; *(Falha no áudio.)* Senadora Eliziane Gama e Senador Cleitinho, aqui, no Senado. Há também o movimento Vida Além do Trabalho, do Vereador, do Rio de Janeiro, Rick Azevedo. Um belo trabalho! O Governo do...



(*Falha no áudio.*)

Presidente, eu sempre digo que projeto bom é projeto aprovado, independentemente da autoria. As causas são muito maiores que os nomes. A redução... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está travando sua internet, Senador Paim. Dê uma observada aí com sua equipe. Está travando sua voz. Nós não o estamos ouvindo, Senador Paim. Deve ser seu sinal de internet aí na sua casa ou no seu escritório. Peça socorro à sua equipe.

Eu vou passar adiante, Senador Paim – o senhor não leve a mal –, porque nós não o estamos ouvindo mesmo.

Então, eu vou passar a palavra para o Senador Bittar, enquanto o Paim vai...

Parece que ele deu uma piscada lá agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Voltou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Voltou, voltou. Fale aí, Paim. Espere um pouquinho aí. Voltou. Vamos em frente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, há cem anos, nos Estados Unidos, Henry Ford – cem anos atrás – aplicou, nas suas empresas, a jornada de 40 horas sem redução do salário. Outros empregadores naquele país adotaram esse sistema também. Há cem anos! A OIT recomenda, desde 1935, as 40 horas. No Brasil, foi com Getúlio que tivemos as 48, e, somente na Constituinte, chegamos às 44. Eu estava lá, com Lula, Olívio e tantos outros. Lembro também que países como Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Chile, Equador, já adotaram reduções que variam entre 40 e 36 horas. Na União Europeia, a média é de 36 horas semanais, chegando até, em alguns países, a 31 horas, como é o caso da Holanda.

Sr. Presidente, o Prof. Gomes, da Universidade de Londres, em seu livro, *Sexta é o Novo Sábado*, fala que 41 empresas em Portugal reduziram já a escala para 4x3. Defende que a redução da jornada, segundo ele, é viável... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está ruim aí, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – ... e pode beneficiar o conjunto da sociedade brasileira. (*Falha no áudio.*)

... como lazer, entretenimento...

Enfim, o Brasil avalia ser possível reduzir a jornada para... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Paim, o seu discurso está sendo prejudicado.

Senador Paim, o seu discurso está sendo prejudicado. Está sendo cortada a sua voz. Nós não estamos entendendo o que V. Exa. está falando. É uma pena. O assunto é bom...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... mas nós não estamos entendendo. Então, eu acredito que é preciso o senhor dar uma paradinha aí. Eu vou paralisar um pouco o senhor. O senhor dá uma arrumada na internet, e a gente retoma daqui a pouquinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É porque está sendo muito prejudicado o seu discurso, tá bom? Pare um pouquinho aí, por favor.



Vamos lá.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, colegas, meu querido amigo, nosso pré-candidato ao Governo do Ceará, com toda a minha torcida, hoje eu venho aqui mencionar a gratidão para o Deputado Nikolas, que emprestou o seu imenso prestígio, o seu gigantesco prestígio, ao mostrar da nossa Amazônia, querido Presidente, coisas que muitos escondem.

É muito comum discurso sobre a Amazônia, seminários, simpósios. A métrica sempre é a quantidade de floresta em pé nos nossos estados, mas é muito raro você ver uma nota, uma matéria falando dos 28 milhões de brasileiros que moram na Amazônia. É muito raro. E há um domínio das ONGs na mídia brasileira, que esconde a realidade dura, cruel, de uma região que hoje virou a região mais pobre do Brasil, cuja exceção é o seu estado, o único que tem mais carteira assinada do que Bolsa Família. E não é por coincidência, é porque o agronegócio, no Estado de Rondônia, é forte, pujante, graças àqueles que governaram o estado e tiveram a coragem de enfrentar leis draconianas, e, mesmo assim, conseguiram fazer o estado ser o mais produtivo. Todos os demais estados da região sofrem com a dependência extrema de auxílio do Governo Federal.

Por falar nisso, vou abrir umas aspas aqui.

Luciano Huck, será que ele virou direita? Será que o Luciano Huck teve um surto e virou direita? Não, mas ele agora está vendo o que é o patrulhamento ideológico. Será que ele vai pedir perdão, como muitos fazem, e se esconder para não ficar contra a malta? Ou ele vai sustentar o argumento dele? Ele apenas disse o quê? Que não é possível um país que se acostume a ver aumentar ano após ano a dependência da nação brasileira de auxílio emergencial, de Bolsa Família. São mais de cem milhões de brasileiros. Essa conta uma hora não fecha, porque a quantidade de brasileiros que sustentam a máquina pública está diminuindo ano a ano. Então ele disse o quê? Que ele gostaria de ver aquilo como uma passagem, um auxílio que tivesse uma saída – uma passagem –, o que nós já dissemos. E aí veio a turma lacradora, e ele agora está tentando se explicar.

Então ele percebeu, talvez, o que nós sabemos. Por exemplo, você quer saber se o movimento negro militante é tolerante? Basta ver um preto se colocar contra a cota racial, e aí você vai ver a intolerância daqueles que se dizem contra o racismo e defendem a causa dos pretos; você vai ver a intolerância deles com o preto que diz que é contra a cota.

Você quer ver a intolerância, de que lado ela está? Já citei o caso do Luciano Huck agora – do Luciano Huck, não misturar com o meu querido amigo de Santa Catarina, Luciano Hang, por quem eu tenho uma profunda admiração. Tolerância, sabe quem tem, Girão? Minha mãe, com 93 anos de idade, com Alzheimer. Católica praticante, viu as filhas virarem todas comunistas; nunca se meteu nisso, mas eu entrei no carro dela, depois de não sei quantos anos, e estava lá um crucifixo com as medalhinhas da fé dela. Isso é tolerância.

Quer ver quem é intolerante? Se, no meio da esquerda, aparecer alguém – que ela julga que é do time que não acredita em Deus – e se diz um evangélico, se diz um católico, aí você vai ver intolerância religiosa.

Você quer ver o que é intolerância? Se, no meio da esquerda, tiver alguém que defenda que a população civil deve ter o direito, em querendo, de possuir uma arma, aí você vai ver quem é intolerante. O jornalista, o apresentador da Globo viu agora quem é e de que lado está a intolerância.

A mesma coisa aconteceu no Acre. O senhor não faz ideia, Presidente, da quantidade da turma da esquerda a esculhambar o Nikolas, e sempre tergiversando, sempre tergiversando, sem entrar no foco. O Nikolas... Quem ganhou o Nikolas para passar três dias no Acre, Presidente, não fui eu; quem ganhou



o Nikolas para passar três dias na Amazônia acriana foi a causa. O Nikolas foi ver o que é a população indígena e como ela vive. Dói na Marina, Presidente, quando alguém diz – e que tem a mídia social que o Nikolas tem –: “Como é que pode o Brasil ter 14% de território indígena, e os indígenas passarem extrema necessidade?”. Ele viu, na beira do Rio Juruá, uma família, uma mulher com seis filhos. Sabe onde é que eles moram? Moram na beira do rio. É isso o resultado da segregação que eles fizeram.

O que nós queremos? Nós queremos dar autonomia ao indígena. Nós queremos que a terra dele seja de fato dele, e há mais de 30 anos tramita projeto nessas Casas, na Câmara Federal – eu sei de um caso apresentado em 1996, portanto tem 30 anos –, propondo a atividade econômica em terra indígena caso eles queiram. E quem é que trabalha, há 30 anos seguidos, para não permitir que a liderança indígena seja de fato e de direito dona da sua terra? O PV, o Psol, o PT e aqueles que ganham dinheiro em cima da causa deles, mas, na hora que eles estão lá revirando... O que é triste! Você vê pessoas revirando o camburão de lixo atrás de resto de comida para comer. E isso incomodou! Eu conheço a esquerda, ela é totalmente disciplinada.

Então, a Ministra Marina nunca quis debater comigo no plano nacional. Claro, ela sabe! Ela tem uma luz que eu não tenho, ela tem uma audiência que eu não tenho; se ela me chamar para o debate, ela vai dividir luz comigo.

Só que, agora, o Nikolas foi mostrar o que é a vida dos indígenas de uma parte da Amazônia. E aí, sabe o que aconteceu? Eu estava dizendo aqui de que lado está a intolerância. Aí agora, “lideranças indígenas”, entre aspas, que vivem em ONGs – recebendo R\$34 milhões, como a Marina foi entregar para uma ONG, recebendo outros milhões, como a SOS Amazônia, que atua lá no meu estado –, se viraram violentamente contra a aldeia indígena que nos recebeu, a do Cacique Assis, a do meu querido amigo Manuel.

Mas você precisa ver a violência que eles ficaram contra a aldeia que nos recebeu. Porque essa aldeia... Essas lideranças indígenas pensam diferente e têm a coragem de dizer. E aí você vê como eles querem que a pessoa não tenha o direito de falar nada. Pode falar tudo, desde que esteja na cartilha da esquerda, mas se falar contra, eles...

Você precisa ver, Presidente, a quantidade de vídeo que gravaram... Lideranças do PT, “lideranças indígenas” ligadas a ONGs, a raiva, o ódio, a intolerância com os irmãos indígenas que nos receberam para falar, para dar opinião da sua própria vida. E uma das coisas que nós escutamos lá, o que foi? Do Cacique Assis: “Nós não somos donos da nossa terra, nós somos vigias dela”.

Ficaram com raiva, Sr. Presidente, porque o Nikolas visitou um projeto de assentamento e foi ver por que homens de mão calejada, que trabalham de sol a sol, morrem de medo do Ibama e do ICMBio, que os expulsam, que multam. Foram o Estado brasileiro e o Governo brasileiro que transformaram milhares de amazônidas em invasores. Meu colega que está assumindo agora, como titular, na vaga do Jorge Seif, veja que milhares de amazônidas ficaram com a sua atuação irregular porque o Estado criou reserva onde eles já viviam, e essas pessoas agora estão sendo expulsas da sua terra. Vão morar onde? Na Reserva Chico Mendes. Ninguém quer viver mais de extrativismo!

Sr. Presidente, numa família que tem um político com a sua trajetória, nunca envolvido em escândalo, é natural que parentes, sobrinhos, pessoas da família, do redor, se inspirem em V. Exa. e sigam o mesmo caminho. A mesma coisa quando numa família você tem um grande jurista: é natural que membros da família também se inspirem. É natural que, na família do agronegócio, vários filhos, sobrinhos, parentes, amigos se inspirem nisso. Por que ninguém do PT, da Marina, do Jorge Viana, da tal da florestania, foi cortar a seringa? Não tem ninguém nem morando no Acre. Eu estava dizendo aqui ao nobre colega: de todos que governaram o Acre, do PT, o único que ainda frequenta cotidianamente é o Jorge Viana, porque ainda pensa em ser Senador da República de novo pelo estado. O resto mora aqui. Estão todos



empregados aqui. Marina Silva foi embora, não tem mais domicílio eleitoral no Acre, o domicílio eleitoral dela agora é em São Paulo.

A raiva da visita do Nikolas foi porque ele foi visitar uma reserva extrativista. Meu querido amigo Girão, quando eu tentava evitar que o PT chegasse ao poder no Acre com a Marina, Jorge Viana, Tião Viana e tantos outros, eu dei várias palestras explicando ou tentando explicar por que o seringal extrativista, notadamente o vegetal, da borracha, não tinha volta. Porque assim, como aconteceu com todos os produtos que nós temos hoje, um dia foi um ser humano. Ele pegou uma sementinha, e essa sementinha ele foi transformando, transformando, transformando e virou tudo que a gente tem hoje na vida, ou não é? A origem da riqueza vem de onde? Da terra, da natureza, dos meios, dos recursos naturais que Deus nos deu.

Pois bem, fizeram a mesma coisa com a seringa: pegaram a semente e levaram embora, primeiro, para fora do país, o inglês; e aqui agora, no Brasil, seringal de cultivo.

Mas Presidente, quando eu terminava de falar as razões pelas quais eu entendo que não volta mais, eu disse: “Agora, eu vou fazer três perguntas. Quem de vocês na sala de aula imagina se formar e ser seringueiro levante a mão?”. Ninguém nunca levantou. “Quem tem filho [muitos levantavam a mão] – mas quem não tem vai querer ter, provavelmente – e que imagina assim: eu vou ter meu filho, vou acompanhar o meu filho a vida inteira e, se Deus quiser, meu filho vai se formar e, quando virar homem ou mulher adulta, vai ser seringueiro? Quem deseja para o seu filho morar no seringal levante a mão.” Ninguém nunca levantou a mão.

A terceira e última pergunta: “Quem de vocês...” Eu estava falando de há mais de 30 anos. Naquela época, tinha muita gente que tinha o pai, a mãe, os avós, então, quem tinha avós, que vieram do seringal. Então, eu perguntava: “Quem de vocês tem parente que veio do seringal – mãe, pai, avô, avó?”. Quase todo mundo na sala de aula levantava a mão, eram pessoas, naquela época – eu estou falando de há 30 anos, então de quem tinha uma certa idade –, cujos pai e mãe tinham vindo do seringal. Pois bem.

“Quem é que aqui na sala de aula sonha o seguinte: eu vou vencer na vida e, quando eu tiver condição econômica, eu vou pegar um batelão [que é o barco que a gente tem lá, pelo menos, lá no Acre, esse é o nome, rodoã também, é um barco grande e tal; ele vai devagarzinho, mas leva muita carga], eu vou comprar um monte de mercadoria, vou pegar meu paizinho e minha mãezinha e vou levá-los de volta para o lugar onde eles cortavam seringa. Quem quer isso para o seu pai e para a sua mãe, levante a mão.” Ninguém nunca levantou; ninguém, Presidente.

E aí eu concluía: ora, uma atividade econômica que você não quer para si, não quer para os seus filhos, não quer para os seus pais, para quem que é?

Agora, Sr. Presidente, a raiva da Ministra Marina é porque ela não tem problema com nada. Ela hoje tem acesso a tudo. Ela não precisa mais pegar balsa para atravessar um rio. Lá em Thaumaturgo, ela não precisa, para ir à escola, andar três horas a pé, como ela fez e se esqueceu; ela fez, na infância dela, mas se esqueceu, mas os irmãos dela, os conterrâneos dela que não podem morar nos Jardins, em São Paulo, continuam amargando, fruto daquilo que ela, muito mais do que ninguém, ajudou a fazer com a Amazônia.

Quero aqui agradecer ao Nikolas. E não tenho a menor cerimônia de dizer: eu não consegui furar a bolha, ele conseguiu. E a raiva dos políticos do meu estado com o Nikolas é exatamente por isso, até de conselheiros, de três do Tribunal de Contas do estado porque a militância do STF fez escola. Então, você vai para os estados, e conselheiro dá palpite em política, assina documento político apoiando a Marina.

Sr. Presidente, eu nunca ataquei o fato de a Marina ser mulher, eu nunca neguei o fato de a Marina ter uma história de vida forte, bonita. Agora, Presidente, o fato de a Marina ter uma vida exitosa me proíbe de fazer críticas a ela? Eu não posso? E o que é mais interessante, meu querido amigo Girão, é que



não foram em nenhum dos argumentos, foram dizer que o Nikolas brincou com a Marina, que tem uma carreira, que nasceu no seringal. Essa não é a questão, a questão é que a Marina, que é uma acreana que agora mora em São Paulo, deixou o estado natal dela pobre e mais violento. E quer ver um exemplo? Seu Jorge Viana agora lá no estado... Cuidado, Lula! Eu já vi os petistas do Acre, muitas vezes, esconderem você, Lula. O senhor sabia disso, Sr. Presidente?

Os petistas do Acre, historicamente, escondem o Lula. Gostam de pegar cargo no Governo do Lula, mas o escondem, como esconderam em 2024 – esconderam. Eu até disse, quando gravei um vídeo, dizendo assim: o que foi que o candidato da esquerda fez com o PT – porque era do MDB, era petista e foi para o MDB –, que acordo terá sido esse que faz com que Jorge Viana, Tião Viana e tantos outros se calem como candidatos a Prefeito, escondendo, literalmente, o Lula na campanha?

Parece que o Jorge está fazendo a mesma coisa. Ele anda pelo estado, fala, fala, fala e mal cita o nome do Lula, talvez porque ele saiba que o Lula no Acre não é um bom cabo eleitoral; mas isso não é papel de homem, né? Você tem lado, você tem que ter lado, você tem que ter postura. Então cuidado, Lula, que nunca teve o meu voto: parece que, mais uma vez, o seu grande aliado o está escondendo lá. E ficam dizendo que, no período deles, foi ótimo.

Alguns dados. Taxa de homicídio por 100 mil habitantes. Em 2016, quem governava o Acre? O PT. Homicídios: 42,8 por 100 mil habitantes, e a taxa no Brasil era de 30. Em 2017, no Acre, 61 mortes – 61,4. Quem era o governo? O PT. Qual era o índice do Brasil? De 31. E, em 2018, no último ano deles, 47,9 ou quase 48 homicídios por 100 mil habitantes. Quem governava o Acre? O PT. No Brasil, caiu para 27.

Vamos aqui à participação do PIB do Acre. Sr. Presidente, sobre a participação do PIB do Acre, nos 18 anos em que eles governaram, nós crescemos menos do que toda a Região Norte – o Acre. Nos 20 anos em que o PT... Dados. E não são dados meus, não; são oficiais. Nos 20 anos em que o PT governou o Acre, nós fomos o estado do Norte do Brasil que menos cresceu no PIB brasileiro. Perdemos para todos os outros estados do Norte – com o estado de V. Exa., então, não dá nem para comparar.

Quando terminou o Governo do PT no Acre, 50,1% da população era pobre. Oito anos de Jorge Viana, quatro anos de Binho Marques, oito anos de Tião Viana, com todo o apoio do Governo Federal. Eles governaram com todo o apoio do Fernando Henrique Cardoso, do Lula, da Dilma e do Lula outra vez, terminando 20 anos de Governo com 50,1% de pobreza.

E o último dado, Sr. Presidente: 16,3% na extrema pobreza. Depois do ciclo do PT, ainda muito grande, a partir do fim do ciclo do PT até 2024, caiu para 45,5%, muito alto, mas, de qualquer forma, ainda caiu um pouco; e a extrema pobreza caiu ainda mais daquele patamar, para 7,7%.

O Jorge Viana anda, no Acre, dizendo, Sr. Presidente, que precisa acabar com essa história e que muitos até estão indo embora do Acre. Sabem qual é o recorde? O recorde é de 2010. Quem governava o Acre? O PT. O Acre só tem 900 mil pessoas. Em 2010 – dados oficiais –, 70 mil acreanos moravam fora do Acre, muitos em Santa Catarina; e sabem por quê? Porque eles lacraram o estado – a Marina de um lado, o Jorge Viana do outro, com a “florestania”, que agora ele nega.

E, por último, ele anda, no Acre, dizendo que não é mais nem de direita e nem de esquerda, empobrecendo o debate e fingindo, porque, na verdade, ele ocupou cargo na Apex, no Governo do Lula, e não vai ter como, em plena campanha, ele se omitir do debate. Porque, quando você nega a ideologia, você está negando até a própria democracia. Isso porque: o que é ideologia? Você é contra ou é a favor do aborto? Se você é conservador... Eu faço parte de um grupo que é contra; ele faz parte de um grupo que defende. Quem defende aborto é o grupo dele, a turma dele; eu sou contra. Quem defende que a população civil, em querendo, tem poder de se armar somos nós. Eles defendem outra coisa, eles defendem o desarmamento da população civil.



(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Ele deixou de ser Lula, que apoia a Venezuela? Claro que não!

E, para terminar, Sr. Presidente, a nossa imprensa, muitas delas custeadas por ONGs, outras ainda têm até medo, pavor do que Jorge Viana representou no Acre, um perseguidor... Ele vai ao Juruá dar entrevista – tudo entrevista quase que combinada – e ninguém tem coragem de perguntar ao Jorge – lá em Cruzeiro do Sul –, quando o Governo dele aceita que uma ONG proíba de fazer a ponte sobre o Rio Juruá, que nos proíba de continuar a BR-364, que é a linha histórica, ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, porque passa na Serra do Divisor... E note, Sr. Presidente, quando o Sarney criou a Reserva do Divisor, no decreto está constando que um dia a BR passaria por lá. Ele vai a Cruzeiro do Sul dar entrevista e não fala nada sobre isso, e ninguém pergunta.

A estrada de ferro – e V. Exa. sabe disso...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... o trajeto original é por Cruzeiro do Sul. O Governo dele, com a Marina – ele sendo o Presidente da Apex –, tirou de lá e passou para a 317, onde já tem asfalto. Ele não toca no assunto, e muito menos alguém pergunta.

A BR-364, no meu estado, Sr. Presidente, nunca esteve tão pior. Logo que venceram a eleição outra vez e entraram no Governo pela quinta vez, eles disseram: “A culpa é do Bolsonaro”. Eles passaram 20 anos governando o Acre – a esquerda está fazendo 28 anos que governa no Brasil: cinco do PT, dois do PSDB –, mas a culpa é do Bolsonaro, como se o Bolsonaro não tivesse enfrentado a pandemia e a guerra, no Brasil. Mas o.k., eu já disse várias vezes que nós não tivemos o dinheiro necessário para reconstruir a BR no Governo do Presidente Bolsonaro, mas tivemos uma pandemia.

Só mais um minuto, Sr. Presidente, eu garanto ao senhor que a sua paciência termina com esse um minuto – eu lhe garanto.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Pois bem, logo que eles voltam ao poder, o que eles dizem? “Agora nós vamos recuperar a BR-364”; ela nunca esteve pior do que está agora.

E aí o Jorge Viana, que praticamente está escondendo o Lula, com uma conversinha do bem, “ah, porque eu amo o Acre”... “Eu amo o Acre”? As pessoas foram embora do Acre por causa dele, por causa da política da Marina, porque engessaram a Amazônia, porque não tem emprego. Vão para Santa Catarina para trabalhar – não é para outra coisa –, vão para Rondônia, que é a segunda maior taxa, ou é a primeira, de onde os acreanos vão para trabalhar.

E aí ninguém pergunta a ele por que tiraram o trajeto da BR-364, da ferrovia, lá de dentro; ninguém pergunta a ele se ele é a favor ou contra isso; e também ninguém o questiona – e ele esconde – como é que o Governo dele, terminando os quatro anos, está nos devolvendo a BR-364 nas piores condições, porque ela nunca esteve tão ruim como ela está agora.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Muito bem.

Registro a presença, nas nossas galerias, dos alunos do ensino fundamental da Escola Classe 302,



aqui na Asa Norte, aqui em Brasília.

Bem-vindos e muito obrigado pela visita. Muito obrigado, professora, muito obrigado a todos vocês.

Dando prosseguimento, eu consulto o Senador Paulo Paim se ele está preparado para recomeçar o seu discurso. (*Pausa.*)

Então, vamos... Na hora em que você conseguir aí, Paim, avise-me.

Vamos dar prosseguimento aos oradores inscritos.

Eu passo a palavra ao Senador Hermes Klann, do PL, Santa Catarina.

Por favor, pode ocupar a tribuna, Senador.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Presidente Confúcio Moura, Senador Eduardo Girão, Marcio Bittar, o Senador Marcio Bittar falou em Santa Catarina, e eu não posso deixar de fazer uma menção de agradecimento. É que Santa Catarina nunca foi administrada pela esquerda, pelo PT. Talvez isso seja a diferença do que ele fez com o Acre. Só para deixar registrado isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, trago à consideração desta Casa um tema urgente e decisivo para o futuro da agropecuária brasileira: o endividamento rural e a necessidade de aprovação do PL 5.122/2023.

Não se trata de uma pauta setorial, mas da base produtiva do país. Falamos de quem produz alimentos, assume riscos diariamente e enfrenta, ao mesmo tempo, clima, mercado, juros elevados, custo de insumos e instabilidade econômica. O produtor rural brasileiro vive hoje um cenário de forte pressão financeira, resultado de uma combinação de fatores: crédito restrito, aumento dos custos de produção, eventos climáticos extremos e sucessivas perdas de safra.

Não se trata de falta de trabalho ou de eficiência. Ao contrário, o agro brasileiro é referência mundial em produtividade, tecnologia e inovação; mas nenhum setor resiste quando todos os riscos se acumulam de forma simultânea. Nos últimos anos, vimos secas, enchentes, geadas e tempestades comprometerem colheitas inteiras. Muitos produtores fizeram todos os investimentos necessários, mas não conseguiram recuperar o suficiente para honrar seus compromissos.

É preciso reconhecer: quando o produtor rural enfrenta colapso financeiro, o impacto não é individual. Ele atinge toda a economia local: o comércio, as cooperativas, a indústria, o transporte, o emprego e a arrecadação.

Por isso, o PL 5.122/2023 é tão importante. Ele oferece uma alternativa concreta, responsável e necessária para permitir a renegociação das dívidas rurais acumuladas nos últimos anos. O projeto autoriza o uso do Fundo Social como fonte de recursos para uma linha especial de financiamento destinada à quitação de débitos da atividade rural afetada por eventos climáticos adversos. Prevê condições emergenciais para produtores rurais, associações e cooperativas com juros compatíveis com a realidade do campo, permitindo a reorganização financeira e a continuidade da produção.

Trata-se de um instrumento de recuperação econômica essencial para evitar o abandono da atividade produtiva, preservar empregos e reduzir os impactos da crise no setor rural. Destaco a ampliação para contemplar operações contratadas até 31 de dezembro de 2025, o que é essencial diante da continuidade da crise no campo, com perdas sucessivas, aumentos de custos e restrição de crédito que seguem afetando os produtores.

Também merece destaque a adoção de critérios objetivos e verificáveis para comprovação de perdas climáticas, garantindo justiça no enquadramento e evitando que entraves burocráticos excluam produtores atingidos. Registro ainda a relevância da emenda da Senadora Tereza Cristina, que incorpora o fundo garantidor para investimento como instrumento de apoio à renegociação, com potencial de ampliação relevante da capacidade de crédito em maior escala às operações, permitindo maior participação do sistema



financeiro.

Embora os valores previstos inicialmente sejam relevantes, eles não são suficientes para o volume da dívida rural, que já ultrapassa patamares elevados, o que reforça a necessidade de mecanismos com maior capacidade de alavancagem.

O parecer do Senador Renan Calheiros acerta ao reconhecer que a proposta não cria despesa obrigatória permanente, mas utiliza instrumentos existentes para viabilizar a recuperação produtiva em consonância com a finalidade do Fundo Social. Portanto, estamos diante de uma proposta que combina responsabilidade fiscal, sensibilidade social e visão econômica.

É preciso lembrar que a agropecuária brasileira trabalha sob risco permanente. Diferentemente de outros setores, o produtor rural planta sem saber se vai chover na hora certa, se o preço será suficiente na colheita, se haverá estrada em condição de escoar produção, se o crédito estará disponível e se o mercado internacional continuará aberto. A agricultura é feita com planejamento, tecnologia e trabalho, mas também com coragem. O produtor investe antes de receber, assume riscos antes de colher, emprega antes de vender, movimenta a economia antes de ter qualquer garantia de retorno. É por isso que o crédito rural não pode ser tratado como simples operação bancária. Ele é parte da política pública de abastecimento, de desenvolvimento regional e de segurança alimentar.

Este projeto sinaliza ao produtor que o Congresso Nacional está atento, que o Senado Federal compreende a gravidade do problema e que o Brasil não vai abandonar quem produz. É apoiar quem coloca alimento na mesa, gera divisa, sustenta empregos, movimenta a indústria, o transporte, o comércio e os serviços. É apoiar quem trabalha, quem investe e quem mantém viva a economia de milhares de municípios.

Senhoras e senhores, o momento exige união, sensibilidade e compromisso com o Brasil. Que possamos aprovar este projeto com a urgência que ele merece. Que possamos garantir ao produtor rural brasileiro o direito de reorganizar suas dívidas, recuperar sua capacidade de investimento e seguir fazendo aquilo que sabe fazer: produzir alimentos, gerar riqueza e sustentar o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Senador Hermes.

É uma satisfação conhecê-lo. Quero desejar ao senhor – a V. Exa. – uma boa permanência aqui no Senado. Pelo seu discurso, a gente vê a profundidade dele e o seu conhecimento e o seu compromisso com o país.

Vamos dar seguimento.

Eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, do PL, do Distrito Federal. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Governo Lula, que já é marcado por feitos históricos, como roubar o mensalão, roubar o petrolão, roubar os idosos, as crianças e os deficientes do INSS, agora está roubando dinheiro usando até gente morta. Isso não é especulação, não é achismo, não é opinião; isso é um fato. E quem está dizendo isso não sou eu não. Quem diz isso é o Tribunal de Contas da União, órgão regulador do próprio Governo Federal – do Lula.

O roteirista do Brasil não para de nos surpreender, sempre trazendo um novo escândalo. Desta vez, o escândalo é envolvendo o programa Pé-de-Meia – um programa que, na fachada, é uma boa ideia, que incentiva a permanência dos estudantes na escola. Quem não apoiaria uma proposta dessa? Mas, olha só, eu mesmo disse aqui já no Plenário que, em educação, você tem que levar as crianças por prazer. Eu acordava de manhã, Senador Confúcio, para ir para a escola, assim, com prazer; ficava doido para ir para a escola. Só que hoje a escola não tem mais o que tinha antigamente: a gente não tem mais esporte, não



tem cultura, não tem laboratório de ciências, não tem teatro, não tem nada. E aí, realmente, não adianta pagar para essas crianças e para esses adolescentes ficarem.

Mas é isso aí que eles fazem. Criam uma proposta que dizem que é para beneficiar os outros, mas, no final, beneficia a eles mesmos. Como diz o ditado: “de boas intenções o inferno está cheio”. Mas todo mundo sabe como o diabo é artiloso, ele se finge de bom, se finge de inocente, e, no final, o diabo quer é isso: benefício próprio.

Nesse caso aqui não foi diferente. Usando a causa do nobre, de estudar, de ajudar a educação, convencendo-nos – a nós da oposição, da direita, e você, cidadão – de que isso seria um benefício dos jovens estudantes, eles se aproveitaram do programa para permitir o desvio de dinheiro público usando gente morta.

O relatório do TCU aponta que não foi pouco o que roubaram, não. De acordo com a Receita Federal, são 2.113 registros ligados a pessoas já mortas e mais 2.712 registros ligados a óbitos em cartórios, totalizando 4.825 registros irregulares. Se fosse um, ou até poucas dezenas de casos, poderíamos até ser compreensivos – eles poderiam usar como desculpa que nenhum sistema nasce perfeito –, mas, quando são milhares, repito, milhares de casos, aí é coincidência demais. E, como costume dizer aqui, coincidência, quando acontece com frequência, não é coincidência, é método.

E o Governo Lula não pode nem usar como desculpa que isso é um erro eventual, algo casual. Em pelo menos 43 casos, o beneficiário que recebeu dinheiro público já estava morto antes mesmo da criação do programa em 2024, ou seja, o Governo criou um programa em 2024 e conseguiu pagar benefício até para quem já estava morto antes mesmo de o programa existir.

O próprio relatório aponta que isso é total ausência de qualquer filtro para impedir o roubo de dinheiro público. Isso não é uma fraude sofisticada, é um sistema criado sem controle algum, justamente para facilitar esse roubo. O relatório aponta que o TCU considerou ilegal toda essa gambiarra que o Governo Federal fez para criar o programa Pé-de-Meia. Conforme o TCU, o Governo Lula criou um programa que contornava a lei orçamentária, que foi aprovada aqui mesmo no Congresso, e pior, sem nenhum mecanismo de defesa do dinheiro público.

O Governo despejou bilhões sem nem cruzar os dados básicos do próprio Estado para fazer funcionar essa gambiarra que o Governo Lula criou para pagar até gente morta. O relatório aponta que não teve cruzamento de dados com Receita Federal, com cartório, com o Cadastro Único, bases educacionais, sistema de mortalidade, INSS, TSE, nada: eles criaram um programa que consultava ninguém, que tinha nenhuma proteção, que não tinha nenhum controle sobre o dinheiro público.

O caso é tão grave que o TCU ordenou o bloqueio de R\$6 bilhões do programa – R\$6 bilhões –, o que é equivalente ao rombo do INSS, dos descontos associativos, que foram em torno de R\$6 bilhões. Então, é mais uma novidade, o Pé-de-Meia. Ou seja, se o TCU não tivesse agido, o Governo Lula ia continuar permitindo o desvio de dinheiro público da educação.

E não foi só gente morta que recebeu benefício, não. A bagunça é tanta que tem município com o número de beneficiários até 200% maior do que o número de matrículas reais. A escola tem lá... O município tem, lá, mil alunos e, na realidade, tinha 2 mil pessoas recebendo o Pé-de-Meia: tem mais gente recebendo dinheiro do que aluno matriculado, essa conta não fecha.

O relatório, lembrando que é um relatório do órgão regulador do próprio Governo Lula, aponta, abro aspas: “risco tangível de fraude”. O TCU coloca: “risco tangível de fraude e vazamento massivo de recursos federais”, fecho aspas – palavras do próprio relatório do Tribunal de Contas da União.

Tem também famílias que não se encaixam nos requisitos e que estão recebendo dinheiro público. O relatório do TCU aponta que 12.877 estudantes estão recebendo o benefício irregularmente. São R\$12,8 milhões sendo dados para gente que não precisa de benefício, enquanto tem estudante pobre, de baixa



renda, que realmente precisa e não consegue ser beneficiado.

O Governo do amor não ama o pobre; ama ganhar votos e desviar dinheiro para ajudar a si mesmos e aos amigos ricos, que não precisam de benefício. Basicamente, o que diz esse relatório é que o Governo Lula não poupa ninguém, trabalhador, empresário, pobre, rico, jovens, idosos e, agora, até os mortos eles não pouparam. Se há pagamento até para falecidos, imagine o que ainda não apareceu.

O Governo Lula criou programa social usando nossas crianças e adolescentes para fazer politicagem e ganhar votos. E se tudo isso não fosse brutal o suficiente, ainda permitiu que pessoas se aproveitassem de gente morta para desviar dinheiro público, lembrando que o dinheiro público é dinheiro de cada um de nós, brasileiros, que pagamos essa conta. E agora ninguém sabe quem pegou, onde foi parar esse dinheiro. Nós só sabemos, como sempre, que somos nós, brasileiros, que vamos pagar essa conta.

Então, Presidente, é lamentável que dinheiro da educação, ou pelo menos, usado como um artifício de manter aluno na escola, seja desviado dessa forma. Eu fico triste, porque V. Exa., que é um dos maiores lutadores aqui pela educação, sabe que recursos como esses aqui fazem falta em qualquer escola.

Agora, para a gente manter as crianças na escola, a gente precisava investir nos professores, na infraestrutura. Não tem lógica uma escola de ensino médio em que hoje 60% dos jovens saem da escola sem saber matemática, sem saber português, sem ter uma educação profissional, sem ter realmente uma profissão. Hoje nós temos, basicamente na maioria dos países desenvolvidos, 60% dos jovens fazendo curso técnico. No Brasil, 10%. Aí fica essa geração nem-nem, que não estuda e não trabalha, à mercê do tráfico, porque o tráfico não exige qualificação. Nós conseguimos colocar na faculdade hoje 22% dos jovens; 78% dos jovens não conseguem entrar na universidade, na faculdade, e aí ficam à mercê do tráfico.

Então, a gente tem que investir nisso. O Governo tem que levar isso a sério, a questão da educação profissional. Eu fui o Presidente da Comissão que aprovou o novo ensino médio. A gente deu cinco anos; a lei é de 2017. Quando nós aprovamos, eu era Deputado Federal ainda e demos cinco anos, era uma medida provisória ainda do Governo Temer. Mas aqui a gente não tem política de Estado, a política é de Governo: cada Governo que entra acaba com tudo ou deixa de cumprir aquilo que a lei determinava, que era realmente que nós já tivéssemos hoje alunos no ensino médio com educação profissional.

Eu me lembro muito bem de que, quando fui Secretário aqui, Senador Confúcio, em 2004, depois novamente em 2008, Brasília tinha três escolas técnicas: na Ceilândia, em Planaltina e no Areal, uma Escola Técnica de Brasília. Eu trouxe essa educação profissional para a Ciência e Tecnologia, e até defendo isso: ensino superior e educação profissional têm que sair do Ministério da Educação, têm que ir para Ciência e Tecnologia.

Na educação, vamos cuidar da educação básica, vamos cuidar para que as crianças tenham alfabetização na idade certa.

Quero aqui elogiar, inclusive, o Estado de Goiás. Goiás conseguiu agora 80% das crianças alfabetizadas em até dois anos. Acho até que daria para ser um pouquinho antes, como acontece nas escolas particulares, em que, com cinco, seis anos, já está todo mundo alfabetizado, mas já é um grande avanço: 80%.

Lamentavelmente, na capital do país, estamos lá atrás. Nós temos esse gargalo da educação que é o da alfabetização na idade certa, que eu acho que é fundamental. E, aqui, Brasília era para ser o modelo, porque aqui é estado e município. Imaginem se fosse lá em Rondônia, se fosse em Minas Gerais, onde eu tinha que chamar 850 Prefeitos para discutir a educação da primeira infância, a alfabetização... Aqui, não; aqui, o Governador é Prefeito e Governador, não tem que discutir com ninguém, basta discutir com os técnicos, com o secretário, e definir uma política realmente de educação na idade certa.

Depois, vem a educação profissional, que normalmente é competência do estado. Então, eu trouxe ciência e tecnologia, e foi um sucesso, porque, no meio de 500, 600 escolas, nós tínhamos 3 que eram de educação profissional e que eram o patinho feio da história. A gente trouxe essas para a ciência e a



tecnologia, valorizando muito a educação profissional. A gente federalizou a Escola Agrícola de Planaltina, que passou a ser o Instituto Federal de Brasília de Planaltina. Hoje, nós temos 11 escolas técnicas em Brasília do Instituto Federal de Brasília (IFB), nós temos 11. Consegui, inclusive, uma sede para a reitoria aqui no setor de autarquias. Consegui desocupar as salas lá para poder colocar mais alunos da educação profissional. Consegui também assinar, com o Ministério da Educação, na época, nove escolas técnicas, nove escolas estaduais. É evidente que o Governo Federal bancou a construção, o equipamento, e hoje a educação é mantida, então, pelo Governo. Então, um gargalo que nós temos é na educação profissional.

Outro gargalo, Senador Confúcio, é na formação de professor. Não tem lógica a gente continuar admitindo os nossos professores sendo formados por EaD simplesmente, sem nenhuma prática na sala de aula. Eu fico triste, eu fico assim admirado: o aluno se forma numa faculdade EaD e vai direto para a sala de aula. Não tem a mínima condição! Aqui em Brasília, inclusive, você tem mais professor temporário do que concursado. Nós temos professor temporário aqui com 20 anos de carreira, há 20 anos como temporário. Então, a gente precisa valorizar isso.

Uma das poucas coisas que ainda funcionam em Brasília é a escola de Medicina que foi criada pelo Jofran Frejat, lá atrás, e que tem uma metodologia muito interessante em que os alunos, no primeiro semestre, já estão dentro dos hospitais públicos. Então, você vê a importância da experiência, da parte prática.

E nós temos cursos na área de segurança, educação que deveriam seguir o mesmo exemplo. Os alunos de Pedagogia e de Letras tinham também que estar, no primeiro semestre, dentro da sala de aula. Por que não? Isso traz realmente experiência, que é fundamental.

Nós tínhamos, na época, o curso normal, que era fundamental. Se você pegar os melhores professores do Brasil hoje, eles fizeram curso normal e depois fizeram faculdade, graduação, pós-graduação, etc., mas tiveram a experiência com o curso normal. Então, a gente tem que resgatar isso.

Ora, se temos uma universidade aqui que é competência, inclusive, da União, e a gente tem a universidade estadual, como tem em São Paulo e em vários estados, nós temos que aproveitar essa universidade distrital para formar os nossos profissionais na área de educação, na área de segurança, na área de saúde, na área de assistência social... Tudo isso pode ser feito de uma forma que realmente dê qualidade à formação dos professores.

Nós precisamos resgatar o salário dos professores. Não tem lógica... O principal profissional hoje é o professor. É ele que forma o médico, o engenheiro, o advogado, o contador... E eles não são mais valorizados. Então, o professor tem que ser o *top*, tem que ser, realmente, o melhor salário da carreira aqui do DF e nos estados. Aqui, a gente está lá embaixo. Eu fico com pena com o salário que se paga hoje aos professores aqui do Distrito Federal. E, como a maioria é temporário, eles nem sequer participam do projeto pedagógico da escola, eles já entram no meio... As aulas já começam, e eles entram depois, sem terem, realmente, nenhuma qualificação, nenhuma hora de coordenação. Eles já entram diretamente em sala de aula, sem participarem da elaboração do projeto pedagógico. Então, isso tem que mudar. Nós precisamos garantir dignidade, com um salário digno para os professores.

E infraestrutura. Por que não colocar na escola o esporte, como tinha antigamente? Os nossos jovens precisam praticar esporte na escola. Aqueles que têm um potencial, uma vocação, você leva para os centros olímpicos, nós temos aqui vários, e naqueles que têm uma vocação para o alto rendimento vamos investir. Nós temos aqui local apropriado para investir. A gente só cobra as medalhas na época das Olimpíadas, mas ninguém investe antes, ninguém dá estrutura antes. Então, nós precisamos investir no esporte. Temos que investir na cultura. Quando fiz meu ensino fundamental, eu tinha canto na escola, canto, música... Você tinha teatro. Acabaram com isso. Você não tem mais cultura nenhuma nas escolas. Não tem nem laboratório de ciências, de biologia. Você não tem nem sequer internet. A internet que tem



na escola hoje quem a paga é o diretor.

Como é que você quer uma escola, uma educação de qualidade se você não valoriza o professor, se você não investe em infraestrutura?

E aí evidentemente você também precisa valorizar e investir muito na educação profissional. A gente só vai resolver a questão da segurança pública quando botar esses jovens para trabalhar, para empreender. E aí tem que ter qualificação. Governo é para isso.

E não adianta pagar R\$200 aqui no Pé-de-Meia para o aluno ficar na escola, porque ele não fica. Se a escola não for boa, ele não fica. E já provaram isso. Além desse roubo que eu citei hoje aqui, o resultado não é satisfatório, porque R\$200 não seguram aluno nenhum. E, se segurar, não vai ter nenhuma vantagem em termos de qualidade.

Senador Confúcio, V. Exa., que é o grande defensor da educação, o Senador Girão também... Aliás, acho que todos os políticos, todo mundo... Você pode perguntar para qualquer um: “Qual é a prioridade?”. Todo mundo fala que é educação...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... mas, na prática, na hora em que tem que botar no orçamento, na hora em que tem que investir, a coisa não acontece.

Gente, não é possível! Está terminando o meu mandato de Senador, fui três vezes Deputado Federal, sempre voltado para educação, sempre ciência, tecnologia e educação, e a gente vê que a coisa vai piorando, em vez de melhorar, vai piorando.

Eu fico triste quando eu vou a uma escola hoje, e ninguém respeita nem o professor, a não ser, agora, as escolas cívico-militares, porque essas têm disciplina. Eu sou professor, fui professor a vida toda. Como é que você dá aula se ninguém respeita você? Eu sou da época, Confúcio Moura – V. Exa. é mais novo –, em que a gente levantava quando o professor entrava em sala de aula. A gente respeitava os professores. Infelizmente, isso não acontece mais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, encaminhando para o final...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor vai fazer seu discurso daí?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vou fazer uma breve comunicação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Eu queria só fazer um pela ordem antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode fazer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, é para saudar o belíssimo discurso do Senador Izalci Lucas, eu aprendi muito. Com essa história do Pé-de-Meia, a gente tem que ter muita cautela, muita calma nessa hora para avaliar resultados, o que é que de fato está por trás de tudo isso. E me parece que, como o exemplo não vem de cima, isso



está se transformando em outra Bolsa Família, que não tem porta de saída, e é usado eleitoralmente. Inclusive, lá em Fortaleza, tem um Pé-de-Meia municipal. Olhem só onde é que isso aí vai! Essa turma não brinca, não! Os objetivos, às vezes, podem estar com uma capa de boa intenção, mas, por trás, o senhor trouxe dados escandalosos aí de roubo, de fugir do orçamento... E isso é preocupante em relação aos dados trazidos pelo TCU.

Presidente, eu peço a palavra – inclusive, peço a atenção dos Senadores aqui presentes, o Senador Hermes, o Sr. Presidente desta sessão e também o Senador Izalci Lucas – para manifestar o meu mais profundo repúdio – eu acho chocante! – à decisão do Juiz Júnior da Luz Miranda, da 2ª Vara Criminal de Jales, lá em São Paulo, que condenou um casal de pais a 50 dias de detenção em regime semiaberto por praticarem o *homeschooling*. Olhem a que ponto está chegando a militância, a que ponto está chegando a perseguição, a intimidação das liberdades individuais!

Não estamos, aqui, tratando de negligência. Trata-se de uma mãe, graduada em Pedagogia e Matemática, que leciona para as filhas de 11 e 15 anos, Presidente, que leem 30 livros por ano, estudam latim, piano e canto coral. Uma delas concluiu o método Kumon com oito anos de antecedência! Tratar o esforço dessa família como crime é uma perversão do direito penal!

O que estarrece a nação é o patrulhamento ideológico disfarçado de sentença técnica. O magistrado anotou nos autos que o desgosto das meninas por *funk* e sertanejo é um – abro aspas – “preocupante sinal de preconceito”! Ele acusou a instrução de – abro aspas – “insuficiente”, porque os pais focaram em arte sacra e não inseriram pautas de gênero, sexualidade e cinema nacional, Senador! Por que o cinema nacional precisa ser mais valorizado por elas? É imposição! Isso é um absurdo!

O Poder Judiciário não é fiscal de gosto musical ou de direcionamento moral. Em nosso país, os pais têm o direito de escolher a educação moral dos seus filhos, de acordo com suas convicções.

Para além da sentença ideológica, a conduta extraprocessual do magistrado é escandalosa! O caso já está no Conselho Nacional de Justiça, porque o Juiz foi às redes sociais da advogada ironizar a versão dos réus e enviou mensagens privadas com gracejos inadequados sobre a condenação.

Olhem a que ponto o Juiz chega, Senador! Olhem a inversão de valores em que a gente está! E falo isso aqui como um produtor de cinema nacional – o que eu sou! –, de produzir mais de dez filmes!

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu já produzi. Isso não é para ser imposto, isso é para ser conquistado!

Para encerrar, Sr. Presidente.

Aí o pior é que o processo foi marcado por nítida violência institucional. O juízo negou reiteradamente os pedidos de participação virtual nas audiências para a advogada da família, que estava em gravidez de alto risco e, depois, no período de amamentação, enquanto testemunhas foram ouvidas *online* – para as testemunhas, pode, mas, para a advogada, não! –, uma afronta às prerrogativas da advocacia e à dignidade da maternidade.

Amanhã, ela estará aqui, lá na Câmara dos Deputados. Estarei lá, com atenção a esse caso.

Para encerrar, Sr. Presidente, o Senado não pode se silenciar – se o senhor me der mais um minuto, eu termino –, porque isso me parece...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mais um *show* de horrores de perseguição deste Brasil, onde a militância política e ideológica parece valer mais do que algo



racional, algo elementar de uma educação. O Senado não pode se silenciar diante do ativismo judicial que criminaliza a virtude familiar e persegue as mulheres advogadas!

Olhe só, Senador Hermes: o PL 1.338, de 2022, do *homeschooling*, está parado. Sabe onde? Ele está aqui, no Senado, desde 2022, e já foi aprovado lá pela Câmara! Esta Casa precisa agir, Sr. Presidente, precisa debater, precisa deliberar sobre esse projeto de lei, porque com ele não estariam acontecendo esses absurdos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Dando prosseguimento, eu passo aqui a Presidência para o Senador Izalci Lucas, enquanto eu faço o último discurso da tarde. (*Pausa.*)

(O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra o nosso querido Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento é dividido em três capítulos: vou falar alguma coisa sobre prevenção de saúde; o segundo capítulo é sobre a transposição de servidores federais; e o terceiro capítulo são áreas de interesse indígena no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eu posso falar que sou ex-médico, e tem mais ou menos 38 anos que eu não exerço a profissão. Então, eu não recomendo ninguém se consultar comigo mais, porque eu já não sei mais nada. Faz muito tempo que eu estou por fora, desatualizado; mas alguns princípios ainda sobraram em mim, e um deles é a prevenção à saúde.

Eu ainda acho que um dos maiores investimentos é prevenir a doença. Eu tenho visto, mais recentemente, a importância desses exames preventivos, exames que a gente chama de checkape. Normalmente, o pessoal até estranha: “Checkape não vale nada. Isso é para gastar dinheiro, isso é perda de tempo”, não é?

Olha, eu tenho observado a quantidade de achados clínicos relevantes num simples exame anual que você faça. Você acha um tumor inicial; você acha uma alteração da glicose num exame inicial; você acha, nos homens acima de 40 anos, no PSA, que é um exame para próstata, um resultado elevado. Você encontra muita coisa. De repente, nas mulheres, a mamografia é tão importante; por exemplo, o exame de Papanicolau, de colo de útero também é fundamental para evitar o câncer de colo. Então, a prevenção é barata, o que é caro é tratar.

E você sabe que o SUS é responsável pelos tratamentos mais caros que existem na medicina. Quem é que faz transplante no Brasil? É o SUS. Onde é que estão as vagas de UTI no Brasil? Quem é que realmente tem mais vaga de UTI no país? Onde o pessoal, classe média... E mesmo classe média não dá conta de pagar uma UTI, porque é muito cara. Em determinados locais, aí já uma UTI fica R\$30 mil, R\$40 mil a diária. Não dá para qualquer um pagar, não é? Então, os exames mais caros... O tratamento do câncer no Brasil, quem é que faz o tratamento de câncer no Brasil? O serviço público, é o SUS.

Então, isso tudo, fazer a prevenção, fazer os exames preventivos, os cuidados com a alimentação, todo mundo fala isso. Todo mundo tem que fazer exercício, todo mundo tem que ter uma boa alimentação e todo mundo tem que cuidar, dormir bem. Fazendo esse tripé, realmente parece que você não vai morrer.

E é fundamental, realmente, esses três itens, eles resolvem muita coisa: dormir bem; comer adequadamente, como todo mundo sabe que tem que comer uma quantidade certa, não pode ficar obeso, comer exageradamente; e também praticar exercício físico. Isso é um tripé da saúde, a basal da saúde.

Mas temos visto um simples... Eu tenho dois exemplos aqui caseiros, aqui dentro do Senado. Não



vou falar gabinete, não vou falar onde é que trabalha a pessoa. Um exame feito, por acaso, um tumor renal. Operou, ficou bom, está bom, curado.

Outra menina vinha com uma dorzinha aqui no lado direito do abdômen, há três, quatro anos e achando... Fez lá atrás um ultrassom, deu uma pedrinha de vesícula, falou: “É isso aí que está me perturbando, não vou operar agora não, é pequenininha”. Foi deixando, deixando, deixando. Agora, esses dias, foi internada com essa cólica – um tumor disseminado, inoperável, já no abdômen. Logo com dez dias depois da cirurgia, em que não foi feito nada, abriu e fechou, icterícia, o olho amarelo, e vieram as hemorragias digestivas; a complicação foi instantânea. E ela guardando o tumor por três, quatro anos.

Por isso é que eu falo da importância do exame de ultrassom simples para se poder detectar uma coisa nova, porque dava tempo de fazer algum procedimento e tocar a vida por mais tempo. Então, eu recomendo a todos que estejam ouvindo esse discurso fazer qualquer tipo de sacrifício.

Agora, tem um problema, Senador Girão e demais colegas: para você fazer exame preventivo pelo SUS – esteira, ergométrico, fazer tudo isso –, eu acho que demora demais! E aí a pessoa fica um ano, dois anos esperando; três, quatro, cinco anos esperando um exame! Isso aí demora muito.

Até gostaria que os serviços municipais que têm mais estrutura, regionalizados, pudessem ter um serviço de cardiologia, um serviço de exames preventivos; que pudessem investir na prevenção ali num cantinho, uma sala só para os exames preventivos, uns aparelhinhos – porque não são caros –, para fazer essa rotina para o povo pobre, senão não tem jeito.

Bem, o segundo capítulo do meu discurso de hoje é a transposição dos servidores. Nós temos os estados mais jovens como Rondônia... O Acre é mais antigo, mas tem Roraima e o Amapá... Roraima, Amapá e Rondônia são os mais jovens estados da Federação – eram territórios.

E quando eu fui para Rondônia, em janeiro de 1976, era Território Federal de Rondônia – território, não era nem estado; já quase oito anos depois é que passou a estado. Então, quando eu cheguei era território federal, e naquela época, com aquele começo de vida naquela região inabitada, com pouca gente para contratar... Eu mesmo fui contratado como médico lá em Rondônia sem concurso nenhum. Quando cheguei lá: “Leva lá os documentos”. Levei os meus documentos lá, e, no outro dia, só foi o tempo de publicar no *Diário Oficial* e já era servidor federal. Trabalhei lá um ano e pouco, depois eu comecei a desenvolver outras atividades e deixei o emprego, mas fui nomeado rapidinho.

Naquela época não tinha professores do estado. Então, se um cara tinha o sétimo ano ginásial, a gente o contratava para dar aula, para dar aula para os meninos, para alfabetizar. Não era professor, mas virava professor, sem ser professor, e era servidor federal.

Quando o território passou a estado, desses servidores federais alguns optaram para vir para o estado, e outros ficaram lá federalizados, lá atrás. Aí virou uma bagunça aqui em Brasília, porque esse pessoal nosso lá não era bem qualificado, não tinha toda a dinâmica de qualificação profissional. Até hoje rola aqui... Quando eu fui Governador comecei este trabalho de transpor esses servidores antigos do ex-território, na transição, para o serviço público federal – dava, então, em torno de 11 mil servidores.

Então, nós conseguimos nesses 13 anos de trabalho federalizar ou transpor em torno de 7,5 mil, chegando perto de 8 mil servidores. Mas ainda tem um residuozinho, uma casquinha lá deles, que ainda está amarrado na burocracia aqui de Brasília, mas não é muita gente, eu não acredito que chegue nem a 2 mil, dois mil e poucos para se poder liquidar esse estoque de passivo.

Então, nós temos lá uns 40 professores que eram de dedicação exclusiva lá no passado e até hoje não têm essa gratificação da dedicação exclusiva, que eles chamam lá de DE (dedicação exclusiva).

Então é um conflito do Tribunal de Contas com o Ministério de Gestão. A gente vai num lugar, vai no outro. Eu já fui, já dancei esse circuito para lá e para cá muitas vezes.

Então, falta esse pouquinho de gente. Já estão todos idosos. Tem uns com 72, 71, 73 – faltam dois



anos para a compulsória pegar –, velhos. Como é que vão dar aula se já estão... Ficam ali encostados num canto. Então, tem uma base de uns quarenta e poucos servidores precisando dessa atualização. É um ajuste da AGU com o Ministério da Gestão para poder liquidar esse estoque. Isso é necessário. Não é estoque de mercadoria, é gente.

E nós temos também ali uns servidores – acredito que os de dedicação exclusiva são um pouco mais – que são fiscais agropecuários, em torno de 38 – pouquinho também. É uma gratificaçõzinha que eles não têm e que faz falta, a chamada dedicação de fronteira, de trabalho na fronteira. Então, é pouca gente. Só falta um parecer jurídico e liquidar esse passivo, o que também é necessário.

Outro grupo – com esse eu estou muito satisfeito, porque está evoluindo muito bem – é aquele nível intermediário e o nível básico, chamado NA. São os níveis básico – com os piores salários federais – e intermediário. É uma migração, mas que está acontecendo.

Então, resolvendo essa parada, a gente fica satisfeito lá no estado, assim como os servidores mais antigos, aqueles heróis, pioneiros, bravos que ajudaram a levantar o Estado de Rondônia, que hoje é um estado maravilhoso. Falta esse pessoal fazer uma justiça para esses grupamentos que eu acabei de citar aqui agora.

Finalmente, eu quero fazer aqui um agradecimento muito importante – uma pancada de agradecimento – à Funai e ao Incra, porque lá atrás, há 20, 30 anos, alguns antropólogos da Funai, em proximidade com as aldeias, delimitaram umas áreas que eles chamaram de, entre aspas, “áreas de interesse da Funai”. Essas áreas de interesse, que eles delimitaram topograficamente, em Rondônia, são em torno de umas dez, mas estão ocupadas por colonos há 30, 40 anos. Alguns estão documentados pelo Incra, têm escritura e têm registro, mas, como estão nessas áreas de interesse, os bancos não os financiam. Outros são colonos que não foram assentados, mas que ocuparam aquelas áreas, já têm famílias, têm filhos nascidos ali, filhos que cresceram e casaram lá nas glebas. Então, esse pessoal estava com afição, sem crédito, trabalhando na unha, tirando leite, plantando café, plantando cacau, fazendo suas pastagens, estava dentro dessas áreas há muito tempo. Conversamos aqui e estamos, há uns dois anos, trabalhando. A Funai entendeu isso. O Incra foi maravilhoso em apresentar os mapas, as cartografias, os limites. Finalmente, semana passada, estivemos na Funai para celebrar, junto com vários...

Esse trabalho não é isoladamente meu, de jeito nenhum. Tem o trabalho do Deputado Lucio Mosquini, que foi um guerreiro ao nosso lado desde o começo; do Deputado Estadual Ezequiel Neiva, que veio muitas vezes aqui com Prefeitos da região em audiências no Incra e na Funai; do Vereador Adalto Ferreira da Silva, lá da cidade de Nova Mamoré, trabalhou muito pela gleba lá do Município de Nova Mamoré; tivemos também a participação brilhante do Superintendente do Incra de Rondônia, Flávio Ribeiro, e do seu adjunto, Antônio Heller.

Quero cumprimentar, sobremaneira, em destaque, o Dr. Manoel Prado, Diretor de Demarcação de Terras Indígenas. Foi ele e a sua equipe brilhante que trabalharam com muita devoção, interesse e compromisso, e realmente liquidaram o assunto dessas glebas lá de Rondônia. E por fim quero agradecer à Presidente interina da Funai, a Mislene Metchacuna, que está lá e que celebrou também, junto conosco, a assinatura desses atos. Tem um baluarte também do Incra, Diretor do Incra, o João Pedro, que foi Senador nosso aqui, no passado, lá do Estado do Amazonas. O João Pedro trabalhou muito nessa legalização, passando pela câmara técnica, por essa burocracia do estado mesmo. Ele nos ajudou bastante.

As glebas interessam aos Municípios de Alto Alegre, a Gleba Bom Princípio B, e a Gleba Bom Princípio A, de Alto Alegre, Nova Brasilândia, Nova Mamoré; a Gleba Buriti, Sidney Girão; e duas glebas na divisa de Mato Grosso, que é a Gleba Providência e Madeirinha. Então, esses grupamentos, essas cidades, essas populações, mais de dez mil colonos foram beneficiados com essa decisão.

Assim eu encerro o meu pronunciamento, agradecendo.



Eu fiz três discursos num só, agradecendo a todas essas pessoas que eu citei aqui. Também quero agradecer à Ministra do Ministério da Gestão, a Dweck. Como é mesmo o primeiro nome dela, que eu esqueci? (*Pausa.*)

Esther Dweck, desculpe. Ela é tão generosa com a gente, e eu esqueci o nome dela. Foi um lapso. Ela tem nos recebido muito bem, e a sua equipe. É generosa, tem paciência conosco. Nós vamos reivindicar essa questão da transposição e eles estão já bem saturados com esse assunto. Nós vamos lá com frequência, e ela pacientemente nos acolhe, recebe os sindicatos. Isso é muito importante.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)
– Parabéns, Senador Confúcio.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão de premiações e condecorações, às 10h, destinada à condecoração com o Diploma José Ermírio de Moraes, e sessão deliberativa ordinária semipresencial, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão não deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 51 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Camilo Santana

Ofício nº 038/2026-GSCAMILO

Brasília, 25 de maio de 2026.

Ao Excelentíssimo Senador
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília, DF

Assunto: **Retificação Resoluções nº 7, de 2026 e nº 8, de 2026.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atendimento às recomendações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) endereçadas por e-mail à Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A, solicito à Vossa Excelência, nos termos do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, as retificações na redação dos seguintes dispositivos das Resoluções nº 7, de 2026 e nº 8, de 2026, publicadas na edição do Diário Oficial da União do dia 22/05/2026:

- 1) no *caput* do art.3 das resoluções supracitadas, o Senado Federal autoriza a União a conceder garantia ao Estado do Ceará, quando em verdade a garantia deve ser concedida à mutuária (Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A).
- 2) no inciso II do parágrafo único do art. 3º consta que a autorização prevista no *caput* do art. 3º é condicionada à comprovação de regularidade do entre



Assinado eletronicamente, por Sen. Camilo Santana
Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9316418492>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Camilo Santana

em relação ao pagamento de precatórios, o que não é aplicável à empresa mutuária CIPP S/A.

- 3) no inciso III do parágrafo único do art. 3º consta que a autorização prevista no *caput* do art. 3º é condicionada à celebração de contrato entre o Estado do Ceará e a União para a concessão de contragarantias, utilizando-se das receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como de outras garantias em direito admitidas, devendo, no entanto, ser também incluída nessa previsão a CIPP S/A.

Cumprido esclarecer que, conforme PARECER PGFN SEI N° 159/2026/MF, de 06.02.2026, enviado ao Senado Federal, a concessão da garantia da União para as operações de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V, da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições de adicionais de efetividade do contrato de empréstimo; (b) seja verificada a adimplência da empresa mutuária perante a União e suas controladas; e (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre a empresa mutuária, o Estado do Ceará e a União.



Assinado eletronicamente, por Sen. Camilo Santana
Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9316418492>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Camilo Santana

SF/26318.41962-12

Atenciosamente,

CAMILO SANTANA
Senador da República (PT-CE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Camilo Santana
Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9316418492>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 95, sexta-feira, 22 de maio de 2026

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 15.413, DE 21 DE MAIO DE 2026

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

"Art. 11-A. É assegurado às crianças e aos adolescentes acesso a programas de saúde mental promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a prevenção e o tratamento de agravos de saúde mental.

§ 1º Os programas de saúde mental para crianças e adolescentes promoverão a atenção psicossocial básica e especializada, de urgência e emergência, e a atenção hospitalar.

§ 2º Os profissionais que atuam na prevenção e no tratamento de agravos de saúde mental que acometem crianças e adolescentes receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.

§ 3º É assegurado às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade que estejam em tratamento de agravos de saúde mental o acesso a todos os recursos terapêuticos, de forma gratuita ou subsidiada, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2026; 205ª da Independência e 138ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Janine Mello dos Santos
Adriano Massuda

LEI Nº 15.414, DE 21 DE MAIO DE 2026

Institui a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal, a ser celebrada, anualmente, na semana em que recair o dia 29 de junho, data de homenagem a São Pedro.

Art. 2º Durante a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal, serão realizadas ações destinadas a promover a pesca artesanal no País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2026; 205ª da Independência e 138ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cleber Oliveira Soares
Rivella Edipo Araujo Cruz

RETIFICAÇÃO

Na Lei nº 15.407, de 11 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2026, Seção 1, na página 1, nas assinaturas, leia-se: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Wellington César Lima e Silva, Jorge Rodrigo Araújo Messias.

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2026

Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A) a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A) autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o caput deste artigo destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Transição Energética do Pecém.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A), empresa estatal não dependente do Estado do Ceará;
II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
III - garantidor: União;
IV - valor da operação: US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
V - valor da contrapartida: US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI - juros e atualização monetária: Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de spread variável a ser definido periodicamente pelo Bird;

VII - destinação: projeto de financiamento do Programa de Transição Energética do Pecém;

VIII - liberações previstas: US\$ 14.069.882,00 (catorze milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US\$ 34.244.267,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US\$ 29.017.014,00 (vinte e nove milhões, dezessete mil e catorze dólares dos Estados Unidos da América) em 2028, US\$ 11.538.446,00 (onze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América) em 2029 e US\$ 1.130.391,00 (um milhão, cento e trinta mil, trezentos e noventa e um dólares dos Estados Unidos da América) em 2030;

IX - aportes estimados de contrapartida: US\$ 6.268.932,00 (seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US\$ 17.825.019,00 (dezesete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil e dezoito dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US\$ 15.301.217,00 (quinze milhões, trezentos e um mil, duzentos e dezessete dólares dos Estados Unidos da América) em 2028, US\$ 3.173.107,00 (três milhões, cento e setenta e três mil, cento e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2029 e US\$ 1.114.194,00 (um milhão, cento e catorze mil, cento e noventa e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2030;

X - prazo total: até 300 (trezentos) meses;

XI - prazo de carência: até 66 (sessenta e seis) meses contados a partir da aprovação do contrato pela Diretoria do Banco;

XII - prazo de amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

XIII - sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;

XIV - periodicidade de pagamento dos juros e das amortizações: semestral;

XV - demais encargos:

a) front-end-fee: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

b) juros de mora: acréscimo de 0,5% (cinco décimos por cento) à taxa de juros; e c) comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, paga semestralmente.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deste artigo é condicionada:

I - ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo de que trata esta Resolução;

II - à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do ente com relação ao pagamento de precatórios;

III - à celebração de contrato entre o Estado do Ceará e a União para a concessão de contragarantias, utilizando-se das receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2026

Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A) a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de US\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A) autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de US\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o caput deste artigo destinam-se ao financiamento do "Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE".

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S/A), empresa estatal não dependente do Estado do Ceará;

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III - garantidor: União;

IV - valor da operação: US\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V - valor da contrapartida: não há;

VI - juros e atualização monetária: não há;

VII - destinação: Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE;

VIII - liberações previstas: US\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US\$ 11.300.000,00 (onze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027 e US\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028;

IX - prazo total: 360 (trezentos e sessenta) meses;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

WANDERSON MAIA NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3411-9450

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 95, sexta-feira, 22 de maio de 2026

X - prazo de carência: até 102 (cento e dois) meses contados a partir da aprovação do contrato pela diretoria do Banco;

XI - prazo de amortização: 258 (duzentos e cinquenta e oito) meses;

XII - sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;

XIII - periodicidade de pagamento dos juros e das amortizações: semestral;

XIV - demais encargos:

a) **service charge**: 1,33% a.a. (um inteiro e trinta e três centésimos por cento ao ano) sobre o saldo desembolsado; e

b) **management fee**: 0,18% a.a. (dezoito centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, paga semestralmente.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deste artigo é condicionada:

I - ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo de que trata esta Resolução;

II - à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do ente com relação ao pagamento de precatórios;

III - à celebração de contrato entre o Estado do Ceará e a União para a concessão de contragarantias, utilizando-se das receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2026
 Senador DAVI ALCOLUMBRE
 Presidente do Senado Federal

Ato do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.980, DE 21 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural e altera o Decreto nº 12.719, de 17 de novembro de 2025.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 216-A, § 2º, inciso II, da Constituição e na Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, instrumento de gestão do Sistema Nacional de Cultura - SNC, conforme o disposto no art. 216-A, § 2º, inciso II, da Constituição.

Parágrafo único. O CNPC é órgão de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério da Cultura, e funciona como instância de controle social da política pública de cultura, com composição paritária.

Art. 2º Ao CNPC compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura - PNC, consideradas as orientações aprovadas na Conferência Nacional de Cultura - CNC;

II - aprovar a minuta de Projeto de Lei do PNC, para posterior encaminhamento pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo;

III - acompanhar, monitorar e avaliar a execução do PNC;

IV - apreciar e aprovar as diretrizes do Fundo Nacional de Cultura - FNC;

V - manifestar-se sobre a aplicação de recursos provenientes de transferências de fundos federais para os fundos dos sistemas de cultura subnacionais vinculados ao SNC;

VI - fiscalizar a aplicação dos recursos de que trata o inciso V do caput, por meio das informações de transparência disponibilizadas pelo Poder Público;

VII - acompanhar e aprovar o cumprimento das diretrizes e dos instrumentos de financiamento da cultura no âmbito do SNC;

VIII - acompanhar a implementação das diretrizes do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

IX - propor e acompanhar ações de formação de gestores, conselheiros e agentes culturais;

X - propor estratégias de acompanhamento e avaliação das ações e políticas intersetoriais e transversais da cultura em âmbito federal;

XI - apreciar e aprovar o relatório de gestão do SNC;

XII - aprovar anualmente o relatório de atividades do CNPC e providenciar o seu encaminhamento ao Ministério da Cultura;

XIII - apoiar e incentivar a criação, a manutenção e o desenvolvimento de sistemas estaduais, distrital, municipais e intermunicipais de cultura, e fornecer orientações para o desenvolvimento do SNC;

XIV - promover a articulação e o fortalecimento das relações com os conselhos de política cultural dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vistas à harmonização de diretrizes, ao intercâmbio de experiências e ao estímulo e à consolidação da participação social no âmbito do SNC;

XV - acompanhar e manter o diálogo com os colegiados nacionais de participação social de política cultural;

XVI - apoiar o Poder Público na realização da CNC e manifestar-se sobre a convocação de conferências extraordinárias;

XVII - propor diretrizes e apreciar o regimento interno da CNC, a ser aprovado pela Ministra de Estado da Cultura;

XVIII - elaborar e aprovar a proposta de regimento interno do CNPC e submetê-la à Ministra de Estado da Cultura; e

XIX - aprovar o Código de Ética, que estabelecerá normas de conduta e de convivência que orientarão o relacionamento entre os conselheiros, os gestores e a sociedade, com vistas a coibir práticas inadequadas ou abusivas.

Parágrafo único. As deliberações sobre as competências de que tratam os incisos III a XI, XIII e XIV do caput deverão observar o disposto no PNC, na legislação e nos planos setoriais aplicáveis, quando for o caso.

Art. 3º O CNPC, observada a paridade entre os representantes do Poder Público e da sociedade civil, é composto por:

I - vinte e um representantes da sociedade civil dos seguintes eixos:

a) nove representantes das áreas técnico-artísticas, dentre os quais:

1. um de áreas técnicas de arte e cultura;

2. um de artes visuais;

3. um de artesanato;

4. um de audiovisual;

5. um de circo;

6. um de dança;

7. um de livro, leitura, literatura e bibliotecas;

8. um de música; e

9. um de teatro;

b) seis representantes da diversidade de expressões culturais brasileiras,

dentre os quais:

1. um das culturas das comunidades quilombolas;

2. um das culturas de matriz africana;

3. um das culturas do campo, das águas e das florestas;

4. um das culturas dos povos indígenas;

5. um das culturas tradicionais e populares;

6. um das culturas urbanas e periféricas;

c) quatro representantes do patrimônio e da memória, dentre os quais:

1. um de arquivos e acervos;

2. um de museus e memória;

3. um de patrimônio imaterial; e

4. um de patrimônio material.

d) um representante do setor da economia criativa; e

e) um representante da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº

13.018, de 22 de julho de 2014;

II - vinte e um representantes do Poder Público, entre os quais:

a) a Ministra de Estado da Cultura;

b) dezessete representantes indicados pelo Ministério da Cultura, das seguintes áreas e entidades vinculadas:

1. Secretaria-Executiva;

2. Assessoria de Participação Social e Diversidade;

3. Subsecretaria de Gestão Estratégica;

4. Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura;

5. Secretaria do Audiovisual;

6. Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural;

7. Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais;

8. Secretaria de Economia Criativa;

9. Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura;

10. Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura;

11. Instituto Brasileiro de Museus;

12. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

13. Fundação Casa de Rui Barbosa;

14. Fundação Cultural Palmares;

15. Fundação Biblioteca Nacional;

16. Fundação Nacional de Artes; e

17. Agência Nacional do Cinema;

c) um representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; e

d) dois representantes de entidades representativas que congreguem os gestores culturais dos Municípios.

§ 1º Cada membro do CNPC terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros de que trata o inciso I do caput e os seus respectivos suplentes serão eleitos na forma do art. 4º, e exercerão mandato de três anos, permitida uma única recondução por igual período, condicionada à manutenção dos critérios de habilitação para fins de eleição, nos termos do disposto no regimento interno do CNPC.

§ 3º Os membros de que trata o inciso II do caput e os seus respectivos suplentes exercerão mandato de três anos, condicionado à permanência em exercício na área ou na entidade que compõem o CNPC.

§ 4º Os membros de que trata o inciso II do caput e os seus respectivos suplentes serão indicados pelos órgãos ou entidades que representam.

§ 5º Os membros do CNPC serão designados em ato da Ministra de Estado da Cultura.

Art. 4º As eleições dos representantes da sociedade civil de que trata o art. 3º, caput, inciso I, ocorrerão de forma direta entre os agentes culturais habilitados como eleitores nos termos do regulamento eleitoral.

§ 1º O regulamento eleitoral a que se refere o caput será elaborado por comissão eleitoral específica, observadas as orientações do CNPC.

§ 2º A comissão eleitoral a que se refere o § 1º contará com a participação de, no mínimo, dois representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, indicados pelo CNPC, e será designada por ato da Ministra de Estado da Cultura.

Art. 5º O CNPC possui a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora; e

III - Comissões Temáticas.

§ 1º O Plenário é composto pela integralidade dos membros do CNPC e se reunirá em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º O CNPC será dirigido por seu Presidente ou, em suas ausências ou seus impedimentos, por seu Vice-Presidente.

§ 3º A presidência e a vice-presidência do CNPC serão exercidas, alternadamente, por representantes do Poder Público e da sociedade civil, na forma estabelecida no regimento interno do CNPC.

§ 4º Quando a presidência ou a vice-presidência do CNPC estiver sob a responsabilidade do Poder Público, caberá à autoridade máxima do Ministério da Cultura, ou a seu suplente perante o CNPC, ocupá-la.

§ 5º Quando a presidência ou a vice-presidência do CNPC estiver sob a responsabilidade da sociedade civil, a função será exercida por membro eleito pelo Plenário, entre os seus representantes titulares.

§ 6º As reuniões do Plenário ocorrerão preferencialmente de forma presencial, facultada a sua realização por meio de videoconferência, a critério da Mesa Diretora.

§ 7º O quórum de reunião do Plenário é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 8º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do CNPC terá o voto de qualidade.

Art. 6º A Mesa Diretora, de natureza paritária, é composta por seis membros, entre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do CNPC e quatro coordenadores de Comissões Temáticas Permanentes.

§ 1º Compete à Mesa Diretora conduzir os trabalhos administrativos do CNPC.

§ 2º Os membros da Mesa Diretora serão selecionados e designados na forma do regimento interno do CNPC.

§ 3º As reuniões da Mesa Diretora ocorrerão por meio de videoconferência e, excepcionalmente, de forma presencial, condicionada à aprovação do Ministério da Cultura, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 7º O Plenário poderá instituir Comissões Temáticas, como subcolegiados, a fim de subsidiar o CNPC no cumprimento de suas competências, nos termos estabelecidos no regimento interno ou em resolução do CNPC.

Art. 8º A Secretaria-Executiva do CNPC será exercida pela Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Cultura no Ministério da Cultura.

Art. 9º Deverão ser constituídos, por ato da Ministra de Estado da Cultura, até vinte e um colegiados nacionais de participação social de política cultural, observados os eixos previstos no art. 3º, caput, inciso I, com as seguintes finalidades:

I - assessorar o CNPC, o Ministério da Cultura e as suas entidades vinculadas; e

II - contribuir com a articulação de políticas setoriais e de segmentos, de povos e de expressões culturais.

§ 1º Comporão os colegiados de que trata o caput, pela sociedade civil, os candidatos mais votados no processo eleitoral, observadas as regras e as condições estabelecidas no regimento interno do CNPC e no regulamento eleitoral.

§ 2º Os colegiados de que trata o caput serão compostos por, no mínimo, doze e, no máximo, vinte e um membros, titulares e suplentes, sendo um terço deles representantes do Poder Público.

§ 3º Os representantes do Poder Público a que se refere o § 2º serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades.

§ 4º Os colegiados de que trata o caput deverão ter acompanhamento técnico das áreas e das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura.

Art. 10. Para o cumprimento de suas funções, o CNPC contará com recursos orçamentários e financeiros consignados ao orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 11. A participação no CNPC será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152026025200003

Assinado eletronicamente, por Sen. Camilo Santana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9316418492>



Deferimento



Foi apresentado o Requerimento nº 398, de 2026, do Senador Wellington Fagundes, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 6.152, de 2025.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Lei nº 6.152, de 2025, ao Arquivo.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 1054, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Dispõe sobre a remarcação de etapas de concursos públicos para candidatas gestantes, parturientes ou puérperas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [1 de 8]



Data do Documento: 22/05/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1054/2019
01054

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.054-A de 2019 do Senado Federal, que "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a remarcação de etapas de concursos públicos para candidatas gestantes, parturientes ou puérperas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre a remarcação de etapas de concursos públicos para candidatas gestantes, parturientes ou puérperas, aplicáveis à administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º É assegurado à candidata gestante, parturiente ou puérpera, inscrita em concurso público para provimento de cargo ou emprego público, o direito de realizar, em segunda chamada, qualquer etapa do certame que esteja comprovadamente impossibilitada de realizar em razão de condição de saúde relacionada à gestação, ao parto ou ao puerpério, independentemente de previsão expressa no edital.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [2 de 8]

3135275

Data do Documento: 22/05/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

§ 1º O direito previsto no *caput* deste artigo aplica-se a todas as etapas do concurso público, inclusive provas escritas, discursivas, orais, avaliações práticas e testes de aptidão física.

§ 2º O exercício deste direito não implica dispensa de requisitos do certame, devendo a candidata submeter-se às mesmas exigências, critérios de avaliação e desempenho mínimo estabelecidos para os demais candidatos, preservado o caráter competitivo.

§ 3º O direito previsto neste artigo independe:

I - da data da gravidez, se anterior ou posterior à inscrição;

II - do tempo de gestação;

III - da natureza da etapa, do grau de esforço exigido ou do local de sua realização.

§ 4º A candidata poderá, a seu critério e sob sua responsabilidade, realizar a etapa na data originalmente prevista no edital do concurso público.

**CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO**

Art. 3º O exercício do direito previsto no art. 2º desta Lei dependerá de requerimento da candidata, instruído com documento médico idôneo que comprove a impossibilidade de realização da etapa.

§ 1º O documento deverá conter, no mínimo:

I - identificação do profissional de saúde e número de registro no conselho competente;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [3 de 8]

3135275



Data do Documento: 22/05/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

II - indicação da limitação funcional que justifique a impossibilidade;

III - data de emissão e prazo estimado da restrição.

§ 2º A banca poderá verificar a autenticidade do registro do profissional de saúde no respectivo conselho de classe, bem como a validade formal do documento, sem acesso ao conteúdo clínico das informações, garantido o sigilo profissional.

Art. 4º Deferido o requerimento, a etapa será remarcada em prazo não inferior a 30 (trinta) dias e não superior a 90 (noventa) dias:

I - do parto, quando o impedimento decorrer da gestação;

II - da comprovação médica, nos demais casos.

§ 1º A candidata deverá comunicar formalmente à banca a ocorrência do parto ou a cessação do impedimento.

§ 2º A banca deverá assegurar reserva organizacional mínima para viabilizar a realização da segunda chamada, sem alteração do número de vagas, dos critérios de avaliação ou da classificação final.

§ 3º Nos casos de parto por cesariana ou de complicações obstétricas comprovadas por documento médico idôneo, o prazo máximo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado uma única vez, por até 90 (noventa) dias.

§ 4º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos concursos públicos que, por legislação específica, concedam prazo maior para remarcação do teste de aptidão física.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [4 de 8]

3135275





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

CAPÍTULO III
DAS GARANTIAS ESPECIAIS

Art. 5º É vedada a exigência de realização de etapas que impliquem risco à saúde da gestante, do nascituro ou do recém-nascido.

Parágrafo único. O direito conferido por esta Lei tem por finalidade assegurar:

- I - a proteção da gestação;
- II - a proteção da saúde da gestante;
- III - a proteção do recém-nascido;
- IV - o melhor interesse da criança.

Art. 6º A candidata lactante terá assegurado o direito à amamentação durante a realização das etapas do concurso, em condições adequadas, com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos a cada 3 (três) horas de prova, não computado no tempo de realização da etapa, sem prejuízo da regularidade e da segurança do certame.

Parágrafo único. A banca deverá adotar medidas organizacionais para viabilizar o exercício deste direito, inclusive quanto a intervalos e espaço adequado, se necessário.

CAPÍTULO IV
DAS SANÇÕES

Art. 7º A apresentação de documento falso ou a utilização indevida do direito previsto nesta Lei sujeita a candidata, assegurados a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [5 de 8]

3135275



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

5

- I - à eliminação do concurso;
- II - ao ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas com a remarcação;
- III - à anulação do ato de nomeação, caso já tenha ocorrido.

CAPÍTULO V
DA CLASSIFICAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 8º A nomeação e a posse da candidata ficam condicionadas à sua aprovação em todas as etapas do concurso, observado o disposto nesta Lei.

Art. 9º A candidata que realizar etapa em segunda chamada nos termos desta Lei será classificada pela nota ou pelo conceito efetivamente obtido na respectiva etapa, em igualdade de condições com os demais candidatos, independentemente do momento de sua realização.

Parágrafo único. O número de nomeações realizadas entre a divulgação do resultado final das etapas ordinárias do certame e a conclusão da segunda chamada ficará restrito à diferença entre o número de vagas previsto no edital e o quantitativo de candidatas com etapa remarcada pendente de conclusão, podendo o Poder Executivo regulamentar os procedimentos operacionais necessários à aplicação deste dispositivo.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Esta Lei aplica-se a todos os concursos públicos em andamento na data de sua publicação, inclusive àqueles cujos editais não contenham previsão expressa sobre a



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [6 de 8]

3135275



Data do Documento: 22/05/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

6

matéria, ressalvando-se os casos em que haja inviabilidade de aplicação, em virtude da fase em que se encontre o concurso.

Art. 11. A fim de dar efetividade ao cumprimento desta Lei, deverá ser elaborado regulamento, com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela realização de concursos públicos e das carreiras que exijam requisitos específicos de avaliação física ou operacional, especialmente aquelas vinculadas às áreas de segurança pública.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de maio de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [7 de 8]

3135275

Data do Documento: 22/05/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 112/2026/SGM-P

Brasília, 13 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, do Senado Federal, que “Dispõe sobre a remarcação de etapas de concursos públicos para candidatas gestantes, parturientes ou puérperas”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp)

Avulso do PL 1054/2019 (Substitutivo-CD) [8 de 8]

3135282

Mensagem do Presidente da República



MENSAGEM Nº 432

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 5.357, de 2023, que “Institui a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.414, de 21 de maio de 2026.

Brasília, 21 de maio de 2026.



Mensagem da Presidência da República

Nº 432, de 2026, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 5.357, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 15.414, de 21 de maio de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Ofício da Ministra da Casa Civil



Ofício da Ministra da Casa Civil

- nº 494, de 2026, na origem, que restitui, nos termos do § 7º do art. 66 da Constituição Federal, o autógrafo do veto rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025 (Veto nº 51, de 2025).

A matéria vai à promulgação, nos termos do § 7º do art. 66 da Constituição Federal.



10080.000382/2025-49



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 494/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Restituição de autógrafo com dispositivos vetados rejeitados.

Senhora Primeira-Secretária,

Restituo a Vossa Excelência, para os fins do disposto no § 7º do art. 66 da Constituição Federal, o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.”, que teve dispositivos vetados rejeitados pelo Congresso Nacional em sessão realizada no dia 21 de maio de 2026.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/05/2026, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7585000** e o código CRC **85F962E9** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 10080.000382/2025-49

SEI nº 7585000

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2026

Susta os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 466/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

SF/26575.391133-98

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na *internet* e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na *internet* e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por finalidade sustar os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, diante da manifesta exorbitância do poder regulamentar pelo Poder Executivo, em afronta ao princípio da reserva legal, à separação dos Poderes e às competências constitucionais atribuídas ao Congresso Nacional.

O referido decreto estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na *internet* e para o enfrentamento da violência digital contra mulheres, criando um amplo regime regulatório aplicável aos provedores de aplicações de *internet* e plataformas digitais. Entretanto, a despeito da relevância do tema, a matéria encontra-se em pleno debate no âmbito do Poder Legislativo, com diversas proposições em tramitação no Congresso



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do PDL 466/2026 [2 de 6]



Nacional, a exemplo do PL nº 896, de 2023 (“PL da Misoginia”), do PL nº 6.194, de 2025, e do PL nº 2, de 2026 (“Lei Ivone e Tainara”).

O próprio Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Temas 987 e 533, reconheceu a necessidade de futura disciplina legislativa sobre a matéria, estabelecendo apenas parâmetros provisórios até eventual deliberação do Congresso Nacional. Ademais, a decisão ainda não transitou em julgado, encontrando-se pendentes embargos de declaração opostos por empresas do setor digital.

Apesar disso, o Poder Executivo editou unilateralmente o Decreto nº 12.976/2026, criando verdadeiro regime jurídico autônomo de responsabilidade das plataformas digitais, inclusive com imposição de novas obrigações técnicas, operacionais e administrativas sem respaldo em lei formal específica.

Nos termos do art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, o poder regulamentar limita-se à fiel execução da lei, não podendo ser utilizado para inovar autonomamente na ordem jurídica. O decreto, contudo, cria deveres inéditos para agentes privados, como prazos compulsórios de remoção de conteúdos, mecanismos obrigatórios de filtragem digital, obrigações de monitoramento e imposição de medidas técnicas específicas de governança e engenharia das plataformas.

Trata-se de matéria submetida à reserva legal, especialmente por envolver temas relacionados à liberdade de expressão, responsabilidade civil, comunicações, direito digital e livre iniciativa, todos sujeitos à deliberação legislativa formal pelo Congresso Nacional, conforme os arts. 22, incisos I e IV, e 5º da Constituição Federal.

O decreto também promove indevida ampliação das competências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, atribuindo-lhe funções regulatórias e fiscalizatórias relacionadas à supervisão de conteúdo online e moderação de plataformas digitais, sem qualquer autorização legislativa específica.

A ANPD foi criada no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018), possuindo competências delimitadas pela legislação vigente. Não há autorização legal para que a autarquia exerça função geral de supervisão do discurso online ou de fiscalização ampla das redes sociais. A ampliação dessas atribuições por meio de decreto afronta diretamente o princípio da legalidade administrativa previsto no art. 37 da Constituição Federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do PDL 466/2026 [3 de 6]



Além dos vícios formais de constitucionalidade, o decreto apresenta graves problemas materiais decorrentes da utilização de conceitos vagos, amplos e juridicamente indeterminados, como “ódio ou aversão às mulheres”, “contexto sexualizante”, “dano psicológico ou político” e “ataques coordenados”.

A ausência de critérios objetivos para caracterização dessas hipóteses amplia excessivamente a discricionariedade regulatória e cria risco concreto de remoção excessiva de conteúdos legítimos, incluindo críticas políticas, sátiras, opiniões impopulares, manifestações ideológicas e conteúdos jornalísticos.

Os prazos estabelecidos para remoção de conteúdos, de até duas horas para determinados casos e seis horas para conteúdos considerados “manifestamente ilegais”, são extremamente reduzidos e tendem a incentivar práticas de remoção preventiva e indiscriminada por parte das plataformas digitais, diante do receio de responsabilização futura.

O decreto também institui mecanismos permanentes de monitoramento e filtragem automatizada de conteúdos, inclusive mediante utilização compulsória de sistemas de hashes e bloqueio automático de reenvio de conteúdos denunciados. Na prática, tais medidas aproximam-se de um regime de vigilância massiva incompatível com as balizas constitucionais do Marco Civil da Internet e com o entendimento firmado pelo próprio Supremo Tribunal Federal no Tema 987.

O decreto ainda extrapola o próprio conceito de “dever de cuidado” debatido pelo Supremo Tribunal Federal, convertendo obrigação de diligência proporcional em verdadeira obrigação de resultado, incompatível com a compreensão constitucional acerca da responsabilidade de intermediários digitais e da inevitável falibilidade técnica dos sistemas de moderação em larga escala.

Dessa forma, resta configurada hipótese clássica de exorbitância do poder regulamentar, atraindo a incidência do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, segundo o qual compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

A sustação do Decreto nº 12.976, de 2026, revela-se, portanto, medida necessária para preservar as competências constitucionais do Poder Legislativo, resguardar a reserva legal, proteger as liberdades fundamentais e impedir a criação de regime regulatório infralegal sem autorização legislativa específica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do PDL 466/2026 [4 de 6]



Por essas razões, solicito apoio à presente iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do PDL 466/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5

- art22_cpt_inc1

- art22_cpt_inc4

- art37

- art49_cpt_inc5

- art84_cpt_inc4

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12976

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12976>

- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2026

Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo visa sustar, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

O referido Decreto exorbitou o poder regulamentar conferido pelo inciso IV do art. 84 da Constituição Federal ao submeter à discricionariedade administrativa pontos fulcrais da fiscalização e responsabilização de provedores de conexão e de aplicações de internet sem qualquer respaldo na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet – MCI).

A citada Lei é fruto de intensos debates multissetoriais, com consultas e audiências públicas, que buscaram equilíbrio entre valores democráticos fundamentais: direitos humanos; desenvolvimento da personalidade, exercício da cidadania em meios digitais; livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor; finalidade social da rede; liberdade de expressão; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, entre



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verifica

Avulso do PDL 467/2026 [2 de 5]



muitos outros. Nesse contexto, o legislador ordinário estabeleceu as normas hoje vigentes para proteção de registros, dados pessoais e comunicações privadas, bem como para a responsabilização de provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

O art. 19 do MCI, em sua redação original, condicionou a responsabilidade civil dos provedores ao descumprimento de ordem judicial específica de remoção de conteúdo. O art. 21 abriu exceção para divulgação não autorizada de imagens íntimas, permitindo a responsabilização após simples notificação extrajudicial pela vítima. O legislador ordinário traçou esses limites de forma consciente: optou por modelo que exige intervenção judicial como regra e criou exceções pontuais apenas onde havia elevado consenso social sobre a ilicitude do conteúdo. Qualquer ampliação dessas exceções ou criação de novas obrigações deve percorrer o mesmo processo legislativo.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.037.396 (Tema 987, Rel. Min. Dias Toffoli), reconheceu que o art. 19 do MCI se encontra em estado de omissão parcial quanto à proteção de bens jurídicos constitucionais de alta relevância, declarando sua inconstitucionalidade parcial. Na mesma decisão, o Tribunal apelou expressamente ao Congresso Nacional para que elabore legislação capaz de sanar as deficiências do regime, deixando claro que sua interpretação valerá apenas enquanto não sobrevier nova lei. Em nenhum momento o STF autorizou o Poder Executivo a preencher essa omissão por decreto, ao contrário, reafirmou que a competência é do Parlamento.

O Decreto nº 12.975, de 2026, contudo, ignora essa determinação e avança sobre seara reservada à lei. Insere, no Decreto nº 8.771, de 2016, disposição que amplia a obrigação de guarda de registros IP e cria deveres de moderação de conteúdo que poderão acarretar responsabilização dos provedores. Impõe a manutenção de canais de notificação quanto a conteúdos criminosos ou ilícitos, a implementação de medidas para impedir redes artificiais de distribuição de conteúdos ilícitos e a retenção de informações relativas a anunciantes por um ano, tudo sem que o MCI ou qualquer outra lei ordinária tenha autorizado essa regulamentação.

Ademais, sem qualquer previsão legal, o decreto atribui à Autoridade Nacional de Proteção de Dados a regulação, a fiscalização e a apuração de infrações cometidas quanto à garantia dos direitos dos usuários e ao cumprimento dos deveres dos provedores de aplicações de internet. A Lei



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verifica

Avulso do PDL 467/2026 [3 de 5]



nº 12.965, de 2014, todavia, não traçou balizas para que o Executivo avançasse sobre essas matérias, muito menos autorizou a designação, em sede infralegal, de autoridade competente com atribuições tão amplas.

A Lei é o único instrumento legítimo para tratar de matéria dessa envergadura. O devido processo legislativo conduzido no Parlamento assegura deliberação transparente, participativa e tecnicamente instruída. É a lei que confere segurança jurídica à normatização do tema e afasta o arbítrio e a discricionariedade de decisões administrativas conjunturais. Se admitirmos que pontos tão sensíveis sejam tratados na esfera infralegal à revelia da *mens legis* do MCI – cujo silêncio não pode ser interpretado como delegação irrestrita ao Executivo –, a qualquer momento poderão ser alterados sem transparência, controle ou responsabilização adequados.

O poder regulamentar subordina-se integralmente à lei. O decreto não possui autonomia para alterar, expandir ou contrariar o que o legislador definiu; sua função limita-se a explicitar, operacionalizar e tornar exequível o que a lei já estabeleceu. É vedado ao regulamento criar obrigações, direitos ou sanções que não derivem da lei que regulamenta. Qualquer inovação nesse sentido viola o princípio da reserva legal (art. 5º, II, da Constituição) e configura abuso do poder regulamentar.

Diante dessa clara exorbitância, com ofensa ao princípio da legalidade e ao art. 84, inciso IV, da Constituição, peço o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verifica

Avulso do PDL 467/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- art84_cpt_inc4

- Decreto nº 8.771 de 11/05/2016 - DEC-8771-2016-05-11 - 8771/16

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2016;8771>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12975

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12975>

- Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014 - Marco Civil da Internet (2014) - 12965/14

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;12965>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2026

Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 470/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica susgado, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por escopo sustar, com fulcro no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

A medida revela-se imperativa diante de evidente exorbitância do poder regulamentar e de flagrante violação à reserva legal.

O Decreto em questão impôs às plataformas, entre outras medidas, dever de monitoramento e moderação permanente e proativa; criou canais obrigatórios de denúncia com fluxos punitivos; determinou a retenção de dados de anunciantes por um ano, em afronta ao princípio da proporcionalidade; e atribuiu à Agência Nacional de Proteção de Dados competência fiscalizatória e sancionatória genérica que a lei ordinária não lhe confere. Nenhuma dessas inovações encontra respaldo no Marco Civil da Internet ou em qualquer outra lei formal, configurando típica usurpação da função legislativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verifica

Avulso do PDL 470/2026 [2 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O Decreto nº 12.975, de 2026, subverte o modelo deliberativo e o equilíbrio democrático cuidadosamente arquitetado pelo Congresso Nacional no Marco Civil da Internet. O legislador ordinário optou, de forma consciente e após amplo debate público, por estabelecer a remoção de conteúdo apenas por ordem judicial como regra (art. 19), ressalvada a hipótese excepcional de notificação extrajudicial para casos de nudez e atos sexuais de caráter privado (art. 21). Nesse sentido, ao impor mecanismos extrajudiciais amplos e obrigações de moderação ativa, o Decreto rompe esse equilíbrio e desconsidera a vontade soberana do Parlamento.

O ato executivo distorce até mesmo o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 987 (RE 1.037.396), que declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 19 do Marco Civil. De modo expresso, a Corte conclamou o Congresso Nacional a legislar sobre a matéria, ante a complexidade das implicações para a liberdade de expressão e a privacidade. O Executivo, ao pretender suprir essa omissão por decreto, invade competência exclusiva do Parlamento e desrespeita a separação de Poderes.

Inclusive, considero oportuno observar que apresentei, ainda em 2025, o PL nº 3283/2025, que altera o art. 19 da Lei nº 12.965, de 2014, para dispor sobre a obrigatoriedade de comunicação pelo provedor quando da indisponibilidade de conteúdo sem ordem judicial. Ou seja, quando um provedor de internet remover conteúdo sem ordem judicial, ele deve comunicar o fato ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nossa intenção, com o PL 3283/2025 é dar mais transparência às remoções de conteúdo feitas por plataformas, especialmente após a decisão do STF que autorizou essas ações sem ordem judicial. A nossa proposta busca proteger a liberdade de expressão e reforçar o controle institucional sobre as atuações das plataformas.

Dessa forma, o PDL ora apresentado, pretende configurar à indevida invasão na esfera de competência do Poder Legislativo, porquanto o art. 84, inciso IV, da Constituição autoriza o Executivo a editar decretos apenas para fiel execução das leis, e não para inovar na ordem jurídica criando deveres não contemplados pelo legislador ordinário. A inobservância do art. 5º, inciso II, da Carta Magna, que consagra o princípio da legalidade, é patente.

Ante o exposto, solicita-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, medida que se revela não apenas



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verifica

Avulso do PDL 470/2026 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

juridicamente necessária, mas também politicamente inadiável em defesa da separação dos Poderes e do Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verifica

Avulso do PDL 470/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art49_cpt_inc5
 - art84_cpt_inc4
- Decreto nº 8.771 de 11/05/2016 - DEC-8771-2016-05-11 - 8771/16
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2016;8771>
- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12975
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12975>
- Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014 - Marco Civil da Internet (2014) - 12965/14
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;12965>
 - art19



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2573, DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre a remuneração do militar reformado por invalidez.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2573/2026 [1 de 6]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre a remuneração do militar reformado por invalidez.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 24-A do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 24-A.**

II – a remuneração do militar reformado por invalidez é integral, calculada com base na remuneração do grau hierárquico imediato ao que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada;

§ 1º

§ 2º Para fins do inciso II do *caput*, considera-se:

I – invalidez: a incapacidade definitiva que torne o militar impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, podendo decorrer de:

- a) ferimento decorrente da prática regular da atividade militar;
- b) acidente em serviço;

c) doença, moléstia ou enfermidade adquirida com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;

d) tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada.

II – grau hierárquico imediato:

- a) o de coronel, para tenente-coronel e major;



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 2573/2026 [2 de 6]

- b) o de major, para capitão;
- c) o de capitão, para primeiro-tenente e segundo-tenente;
- d) o de primeiro-tenente, para aspirante a oficial, cadete e aluno oficial e subtenente;
- e) o de segundo-tenente, primeiro-sargento, segundo-sargento e terceiro-sargento;
- f) o de terceiro-sargento, para as demais praças constantes do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023.

§ 3º Na hipótese de invalidez de militar ocupante do posto de Coronel, caberá ao ente federativo estabelecer o percentual de acréscimo a ser aplicado sobre sua remuneração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, alterou o art. 22, XXI, da Constituição Federal para atribuir à União competência para legislar privativamente sobre inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Logo após a promulgação da mencionada Emenda Constitucional, foi publicada a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras medidas, alterou o regramento relativo aos proventos dos militares reformados por invalidez decorrente do exercício da função. O art. 25 dessa Lei incluiu o art. 24-A no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, cujo inciso II estipula que “a remuneração do militar reformado por invalidez decorrente do exercício da função ou em razão dela é integral, calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada”.

Ocorre que, a exemplo do regramento conferido aos militares membros das Forças Armadas (objeto do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), a legislação de diversos Estados assegurava aos militares, em caso de invalidez, o cálculo de sua remuneração com base nos proventos correspondentes ao grau hierárquico imediatamente superior, sendo que tal direcionamento legal buscava assegurar melhor qualidade de vida a esses militares que serviram à população de seus Estados, e que devido ao exercício da profissão se encontram enfermos e enfraquecidos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 2573/2026 [3 de 6]

É o caso, por exemplo, do Estado do Amapá, cuja Lei estadual nº 1.813, de 7 de abril de 2014, assegurava ao militar da ativa ou da reserva remunerada julgado incapaz definitivamente o direito a proventos correspondentes ao grau hierárquico superior.

A alteração promovida pela Lei nº 13.954, de 2019, no inciso II do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667, de 1969, parece, inclusive, conflitar com diretriz prevista nesse mesmo ato normativo. De fato, o art. 24-H do mencionado Decreto-Lei, igualmente incluído pela Lei nº 13.954, de 2019, assegura a simetria entre as regras dos militares das Forças Armadas e as normas gerais de inatividade e pensão dos militares estaduais:

Art. 24-H. Sempre que houver alteração nas regras dos militares das Forças Armadas, as normas gerais de inatividade e pensão militar dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecidas nos arts. 24-A, 24-B e 24-C deste Decreto-Lei, devem ser ajustadas para manutenção da simetria, vedada a instituição de disposições divergentes que tenham repercussão na inatividade ou na pensão militar.

É necessário e justo que seja assegurado aos militares estaduais que defendem a sociedade e o cidadão com o risco de suas vidas e sua saúde, o direito de auferirem proventos superiores aos que recebiam durante seu tempo de ativa, nos casos em que se tornem incapacitados justamente em razão da nobre função e missão que exercem.

Propomos, assim, a alteração da redação do inciso II do art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, de forma a assegurar que a remuneração do militar reformado por invalidez seja integral e calculada com base na remuneração do grau hierárquico superior ao que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada.

As hipóteses de invalidez e a definição de “grau hierárquico superior” foram inspiradas na Lei nº 6.880, de 1980, que estabelece os casos de incapacidade definitiva dos militares das Forças Armadas, à luz da hierarquia definida pela Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023.

Confiantes de que as alterações fazem justiça aos integrantes das carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 2573/2026 [4 de 6]

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 2573/2026 [5 de 6]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969 - Lei de Reorganização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar (1969) - 667/69
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;667>
 - art24_cpt_inc2
 - art24-1
 - art24-1_cpt_inc2
- Emenda Constitucional nº 103, de 2019 - Reforma Previdenciária (2019) - 103/19
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;103>
- Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares - 6880/80
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1980;6880>
 - art110
- urn:lex:br:federal:lei:2014;1813
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;1813>
- Lei nº 13.954, de 16 de Dezembro de 2019 - LEI-13954-2019-12-16 - 13954/19
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13954>
- Lei nº 14.751, de 12 de Dezembro de 2023 - Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (2023) - 14751/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14751>
 - art12_cpt_inc3





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2584, DE 2026

Altera os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para redefinir e prorrogar os incentivos fiscais regionais da Sudam e da Sudene, incorporando critérios de sustentabilidade, desenvolvimento regional e avaliação de resultados, em consonância com a reforma tributária.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2584/2026 [1 de 7]



PROJETO DE LEI N° _____, DE 2026

Altera os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para redefinir e prorrogar os incentivos fiscais regionais da Sudam e da Sudene, incorporando critérios de sustentabilidade, desenvolvimento regional e avaliação de resultados, em consonância com a reforma tributária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas aplicáveis à matéria, a partir do ano calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2034 para instalação, ampliação, modernização, ou diversificação de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração, nas condições previstas nesta Lei.

.....

§ 11 Os incentivos de que trata o caput serão direcionados a atividades econômicas que, na forma especificada no Regulamento, promovam:

- I – a geração de emprego e renda e a agregação de valor às cadeias produtivas regionais em parâmetros compatíveis com o desenvolvimento sustentável da economia regional e os esforços para a redução das desigualdades fundiárias e sociais;
- II – a descarbonização da economia e demais compromissos do Brasil no Acordo do Clima das Nações Unidas;
- III – a inovação tecnológica e a bioeconomia;
- IV – a preservação, recuperação e o uso sustentável da biodiversidade; e
- V – em linha com os critérios anteriores, outros fixados em Regulamento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro
Para verifica

Avulso do PL 2584/2026 [2 de 7]



§ 12 O Poder Executivo realizará avaliação quinquenal da política de incentivos fiscais regionais de que trata este artigo, considerando seus impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais, inclusive quanto à redução das desigualdades regionais.

§ 13 No primeiro mês do período legislativo anual, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, encaminharão ao Congresso Nacional relatórios circunstanciados do exercício anterior, sobre a conformidade dos empreendimentos incentivados nas respectivas regiões, com o disposto nos incisos I a V, do caput deste artigo.” (NR)

“Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2034, o percentual de 30% (trinta por cento) previsto no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.” (NR)

Art. 2º A política de incentivos fiscais regionais de que trata esta Lei observará os princípios e diretrizes da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, buscando complementar os instrumentos de desenvolvimento regional previstos no novo sistema tributário nacional, inclusive o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil permanece marcado por profundas desigualdades regionais, econômicas e sociais, historicamente concentradas entre as regiões mais dinâmicas do país e aquelas situadas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu explicitamente a necessidade de enfrentamento dessas assimetrias estruturais ao estabelecer, entre os objetivos fundamentais da República, a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como ao instituir mecanismos permanentes de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista histórico, o instrumento clássico utilizado para supostamente induzir/promover o desenvolvimento das regiões mais pobres do país têm sido os incentivos fiscais notadamente no âmbito das regiões Nordeste e Amazônia. Na realidade, desde a década de 1950 tais incentivos aprofundaram as contradições, a corrupção, a pobreza e, particularmente no caso da Amazônia levaram à brutal devastação da floresta e à exacerbação da crise social. Claro que não foram



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro
Para verifica

Avulso do PL 2584/2026 [3 de 7]



propriamente os incentivos os causadores dessas distorções e ineficácia do instrumento, mas o sistema político da sua governança.

De todo modo, com a redemocratização e superadas as principais fontes geradoras das distorções nos incentivos fiscais regionais estes vêm sendo mantidos com base na Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. Esta prevê a redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais (IRPJ) calculados com base no lucro da exploração; e o depósito, no Banco do Nordeste do Brasil S.A. e no Banco da Amazônia S.A., para reinvestimento, de 30% do valor do IRPJ devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios.

Esses recursos deverão ser reinvestidos em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o presente exercício de 2028. O instrumento vem sendo objeto de prorrogação desde 2013.

Considerando a essencialidade da continuidade da concessão desses incentivos, por meio deste projeto de Lei propomos a renovação dos mesmos até 2040, todavia com mudanças significativas na definição das atividades beneficiárias de modo a adequá-las aos conceitos e imposições políticas contemporâneas para o desenvolvimento regional.

Com efeito, não seria justificável a manutenção da generalidade do texto da MPV, do início do século, que define os setores prioritários para o desenvolvimento regional nos termos do Decreto 4.212 de 2002. Com essa redação os incentivos fiscais se aplicam a rigorosamente tudo.

Também é necessário considerar o novo contexto institucional inaugurado pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que exige atualização e aperfeiçoamento desses mecanismos.

A reforma tributária promoveu profunda reorganização do sistema tributário nacional, reduziu gradualmente os espaços de competição tributária subnacional e instituiu novos instrumentos de desenvolvimento regional, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR.

Nesse cenário, torna-se ainda mais relevante a existência de instrumentos federais capazes de:

- estimular investimentos produtivos nas regiões menos desenvolvidas;
- evitar aprofundamento das desigualdades territoriais;
- fortalecer a competitividade regional;
- promover transição ecológica e desenvolvimento sustentável.



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro
Para verifica

Avulso do PL 2584/2026 [4 de 7]



Assim, a presente proposição não pretende realizar mera prorrogação automática de benefícios fiscais.

Ao contrário, busca redefinir os incentivos regionais à luz das exigências contemporâneas do desenvolvimento nacional, incorporando critérios de sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica, bioeconomia, agregação de valor regional e geração de emprego e renda.

A proposta também busca alinhar os incentivos regionais às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, aos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil e às novas estratégias de neindustrialização sustentável.

Especialmente na Amazônia, torna-se imprescindível construir instrumentos capazes de compatibilizar: desenvolvimento econômico; preservação ambiental; valorização da biodiversidade; fortalecimento das populações locais; geração de oportunidades econômicas sustentáveis.

Da mesma forma, o Nordeste brasileiro demanda políticas estruturantes voltadas à industrialização sustentável, segurança hídrica, inovação produtiva e dinamização das economias regionais.

A proposição também incorpora mecanismos de governança, transparência e avaliação periódica de resultados, permitindo aferição objetiva dos impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais decorrentes da política pública.

Adicionalmente, a ampliação do horizonte temporal até 2034 busca conferir segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade regulatória compatíveis com o ciclo de maturação de investimentos estruturantes nas áreas industrial, agroindustrial, mineral, energética, logística e de bioeconomia.

Importante destacar que a reforma tributária não eliminou a necessidade de políticas regionais diferenciadas. Ao reduzir progressivamente os instrumentos estaduais de incentivos tributários, reforçou a importância de mecanismos federais voltados à redução das desigualdades territoriais.

Assim, a presente proposição busca compatibilizar responsabilidade fiscal, desenvolvimento regional, transição ecológica, competitividade econômica e coesão federativa.

Diante da relevância econômica, social e estratégica da matéria, contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, ____ de _____ de 2026.



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro
Para verifica

Avulso do PL 2584/2026 [5 de 7]



Senador Beto Faro PT/PA



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro
Para verifica

Avulso do PL 2584/2026 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto nº 4.212, de 26 de Abril de 2002 - DEC-4212-2002-04-26 - 4212/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2002;4212>
- Emenda Constitucional nº 132, de 2023 - Reforma Tributária (2023) - 132/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2023;132>
- Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - LEI-9532-1997-12-10 - 9532/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9532>
 - art2_cpt_inc1
- Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2199-14-2001-08-24 - 2199-14/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2199-14>
 - art1
 - art3



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 399, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 120 anos do primeiro voo do 14-Bis, bem como o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 399/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em outubro, a fim de comemorar os 120 anos do primeiro voo do 14-Bis, bem como o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira, celebrados anualmente em 23 de outubro, remetem à data histórica de 1906 em que o brasileiro Alberto Santos Dumont realizou, no Campo de Bagatelle, em Paris, o primeiro voo público, homologado e controlado de uma aeronave mais pesada que o ar: o lendário 14-Bis. O feito marcou definitivamente o início da aviação moderna e projetou o Brasil como protagonista de uma das maiores conquistas tecnológicas da humanidade.

No ano de 2026, a celebração adquire significado ainda mais especial, em razão da comemoração dos 120 anos do primeiro voo do 14-Bis, marco histórico que transcende fronteiras e permanece como símbolo da genialidade, da coragem e da capacidade inventiva do povo brasileiro. A trajetória de Santos Dumont consolidou-se como patrimônio da ciência mundial e inspiração permanente para gerações de aviadores, engenheiros, pesquisadores, militares e profissionais ligados ao desenvolvimento aeroespacial.



A presente homenagem representa, igualmente, o reconhecimento ao papel estratégico desempenhado pela Força Aérea Brasileira na defesa da soberania nacional, na integração do território brasileiro, no apoio às populações mais remotas, nas ações humanitárias, no transporte aeromédico, na proteção do espaço aéreo e no desenvolvimento científico e tecnológico do País. Ao longo de sua história, a FAB tem desempenhado missão essencial para a segurança e para o progresso do Brasil, pautada pelo elevado profissionalismo e pela permanente dedicação de seu efetivo.

Celebrar o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira é, portanto, reverenciar não apenas os feitos heroicos do passado, mas também reconhecer o trabalho contínuo e silencioso de milhares de homens e mulheres, civis e militares, que diariamente contribuem para uma aviação mais segura, eficiente, inovadora e comprometida com os interesses nacionais.

Dessa forma, a Sessão Especial ora proposta visa reafirmar a relevância histórica, científica, cultural e estratégica da aviação brasileira e da Força Aérea Brasileira, exaltando o legado de Santos Dumont e prestando justa homenagem àqueles que dedicam suas vidas à defesa dos céus do Brasil e ao fortalecimento da capacidade aeroespacial brasileira.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2026.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 400, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geovani Faria da Silva, ex-jogador profissional de futebol, considerado um dos maiores atletas da história do esporte capixaba e ídolo do Club de Regatas Vasco da Gama, ocorrido em 18 de maio de 2026, aos 62 anos de idade, no Estado do Espírito Santo.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 400/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/26890.91828-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Geovani Faria da Silva, ex jogador profissional de futebol, considerado um dos maiores atletas da história do esporte capixaba e ídolo do Club de Regatas Vasco da Gama, ocorrido em 18 de maio de 2026, aos 62 anos de idade, no Estado do Espírito Santo, em decorrência de complicações de saúde, bem como a apresentação de condolências a seus filhos Geovani Filho, Gabriel e Andrey, ao Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama, Sr. Pedro Paulo de Oliveira, ao Presidente do Vilavelhense Futebol Clube, Sr. Miguel Ângelo Trés, e aos demais familiares e amigos.

JUSTIFICAÇÃO

O falecimento de Geovani Silva representa profunda perda para o esporte brasileiro, em especial para o futebol nacional e para o povo capixaba. Considerado um dos maiores jogadores da história do Espírito Santo, Geovani destacou-se por sua técnica refinada, visão de jogo privilegiada e liderança em campo, qualidades que lhe renderam o consagrado apelido de “Pequeno Príncipe”.

Revelado pela Associação Desportiva Ferroviária, Geovani iniciou sua carreira profissional no início da década de 1980, rapidamente chamando a atenção do cenário nacional. Em 1982, transferiu-se para o Club de Regatas Vasco da Gama,

Avulso do RQS 400/2026 [2 de 4]



clube no qual construiu a fase mais marcante de sua trajetória esportiva e se tornou um de seus maiores ídolos.

Pelo Vasco, Geovani foi protagonista de conquistas históricas, integrando o elenco campeão do Campeonato Brasileiro de 1989, título que marcou o centenário do clube e ocupa lugar de destaque na memória da torcida cruzmaltina. Ao longo de suas passagens pelo clube, disputou centenas de partidas, sendo reconhecido como cérebro do meio-campo vascaíno e referência técnica de sua geração.

No cenário internacional, Geovani também construiu carreira expressiva. Atuou pelo Bologna, da Itália, tornando-se um dos primeiros brasileiros a se destacar no futebol italiano na década de 1980. Posteriormente, teve passagem pelo Karlsruher SC, da Alemanha, ampliando sua projeção internacional e consolidando sua imagem como jogador de alto nível técnico no futebol europeu.

Geovani ainda defendeu outros clubes importantes do futebol brasileiro, como América-RJ, Vitória, Olaria e Desportiva Ferroviária, sempre sendo reconhecido por sua qualidade técnica, profissionalismo e dedicação ao esporte.

Pela Seleção Brasileira, Geovani vestiu a camisa canarinho em competições internacionais, tendo participado da Copa América de 1983, na qual foi um dos destaques da equipe, reafirmando seu talento em nível continental.

Após encerrar a carreira como jogador, Geovani permaneceu ligado ao futebol, seja como referência histórica do Vasco da Gama, seja como símbolo maior do esporte capixaba. Sua trajetória inspira gerações de atletas e permanece viva na memória dos torcedores, companheiros e admiradores do futebol brasileiro.



Neste momento de consternação, quero registrar minha solidariedade aos familiares, amigos, admiradores e a toda a comunidade esportiva, rendendo justa homenagem a Geovani Silva.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2026.

Senador Magno Malta
(PL - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 401, DE 2026

Requer a oitiva da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei nº 4.715/2023.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 401/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 4715/2023 (Substitutivo-CD), que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1976 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 4.715 de 2023 altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras na Amazônia Legal.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 103, inciso V, estabelece de forma expressa a competência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para apreciar matérias relacionadas ao espaço aéreo nacional, à navegação aérea e a temas correlatos à soberania e à segurança nacional:

“Art. 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:



V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Const., art. 49, II);”

A proposição em exame trata de matéria sensível e de elevada relevância estratégica, envolvendo aspectos relacionados ao transporte aéreo doméstico, à regulação da aviação civil, à navegação aérea, à integração regional da Amazônia Legal e à atuação de empresas estrangeiras em território nacional.

Além disso, o tema possui repercussões operacionais, regulatórias, econômicas e internacionais, demandando análise técnica aprofundada quanto aos impactos sobre o sistema brasileiro de aviação civil e sobre a estrutura normativa atualmente vigente.

Nesse contexto, considerando a abrangência e a relevância das disposições constantes do PL nº 4.715/2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), entende-se imprescindível a manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos da competência regimental prevista no art. 103, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, busca-se assegurar a adequada tramitação da matéria, com a participação das comissões competentes e a devida apreciação de todos os aspectos relacionados ao espaço aéreo nacional, à navegação aérea e aos interesses estratégicos envolvidos na proposição.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 402, DE 2026

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos, parcerias, procedimentos administrativos, entregas, notificações, medidas de fiscalização, riscos de abastecimento e eventuais vínculos societários, financeiros ou institucionais relacionados ao fornecimento de insulinas ao Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito de instrumentos envolvendo a Fundação Ezequiel Dias — Funed, a empresa Biom S.A., a empresa Wockhardt, a empresa Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz e demais entes públicos ou privados participantes.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 402/2026 [1 de 11]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

SF/26127.58195-20 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações sobre contratos, parcerias, procedimentos administrativos, entregas, notificações, medidas de fiscalização, riscos de abastecimento e eventuais vínculos societários, financeiros ou institucionais relacionados ao fornecimento de insulinas ao Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito de instrumentos envolvendo a Fundação Ezequiel Dias — Funed, a empresa Biomm S.A., a empresa Wockhardt, a empresa Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz e demais entes públicos ou privados participantes.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações sobre contratos, parcerias, procedimentos administrativos, entregas, notificações, medidas de fiscalização, riscos de abastecimento e eventuais vínculos societários, financeiros ou institucionais relacionados ao fornecimento de insulinas ao Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito de instrumentos envolvendo a Fundação



Ezequiel Dias — Funed, a empresa Biomm S.A., a empresa Wockhardt, a empresa Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz e demais entes públicos ou privados participantes.

Requer-se o encaminhamento das seguintes informações:

1. Encaminhar cópia integral dos processos administrativos que originaram contratos, termos, convênios, acordos, parcerias, ajustes ou instrumentos congêneres relacionados ao fornecimento de insulinas ao SUS envolvendo, direta ou indiretamente, Funed, Biomm S.A., Wockhardt, Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz ou quaisquer outros entes públicos ou privados participantes.
2. Informar todos os contratos ou instrumentos atualmente vigentes relacionados ao fornecimento, produção, importação, transferência de tecnologia, embalagem, controle de qualidade, armazenamento ou distribuição de insulinas destinadas ao SUS que envolvam a Biomm S.A. ou empresas parceiras, discriminando número do processo, número do contrato, partes, objeto, valor, vigência, quantitativos contratados, cronograma de entrega e unidade responsável no Ministério da Saúde.
3. Esclarecer qual foi o instrumento jurídico utilizado para a contratação ou parceria — licitação, dispensa, inexigibilidade, Parceria para o Desenvolvimento Produtivo, encomenda tecnológica, acordo de cooperação ou outro encaminhando a respectiva fundamentação legal, pareceres técnicos e pareceres jurídicos.
4. Informar quais agentes públicos, áreas técnicas, departamentos, secretarias, comissões ou autoridades



- participaram da instrução, aprovação, assinatura, fiscalização e acompanhamento dos contratos ou parcerias mencionados.
5. Encaminhar os estudos técnicos preliminares, notas técnicas, termos de referência, análises de mercado, pesquisas de preço, justificativas de quantitativos, análises de vantajosidade, pareceres jurídicos e demais documentos que embasaram a contratação.
 6. Informar quais diligências foram realizadas para verificar a capacidade técnica, operacional, econômico-financeira, regulatória, sanitária e logística da Biommm S.A. e dos demais parceiros envolvidos antes da contratação e durante a execução contratual.
 7. Informar se o Ministério da Saúde realizou análise da estrutura societária, dos beneficiários finais, dos controladores, dos principais acionistas, dos fundos de investimento, das partes relacionadas e de eventuais riscos de integridade, governança ou conflito de interesses envolvendo a Biommm S.A. e os demais participantes da contratação.
 8. Esclarecer se o Ministério da Saúde tinha conhecimento, no momento da contratação ou durante a execução contratual, de participação direta ou indireta de fundos ligados ao Banco Master, ao Fundo Cartago, ao BRB, à Alaska Asset Management ou a quaisquer outras instituições financeiras relacionadas à Biommm S.A., indicando se tal informação foi objeto de avaliação de risco pelo Ministério.
 9. Informar, de forma discriminada por contrato, produto, apresentação, lote e data-base, o quantitativo total contratado, o quantitativo efetivamente entregue, o quantitativo pendente, as datas originalmente previstas, as datas efetivas de entrega e os eventuais atrasos registrados.



10. Esclarecer se procede a informação de que havia pendência superior a 1,57 milhão de doses de insulina, indicando o número exato de unidades pendentes, os produtos afetados, o percentual em relação ao total contratado, a data-base da informação e a situação atualizada das entregas.
11. Encaminhar cópia de todas as notificações, ofícios, advertências, comunicações, respostas, atas de reunião, mensagens institucionais e demais documentos trocados entre o Ministério da Saúde, Funed, Biommm S.A., Wockhardt e demais envolvidos a respeito de atrasos, descumprimento de cronograma, risco de fornecimento ou necessidade de reprogramação das entregas.
12. Informar quais justificativas foram apresentadas pelos contratados ou parceiros para eventual atraso na entrega das insulinas, inclusive quanto a problemas de importação, produção, controle de qualidade, liberação sanitária, logística, fornecimento internacional, disponibilidade de insumo farmacêutico ativo ou quaisquer outros obstáculos alegados.
13. Informar se houve aplicação de sanções administrativas, multas, advertências, glosas, retenções de pagamento, abertura de processo sancionador, apuração de responsabilidade ou instauração de procedimento correccional em razão de atraso, descumprimento contratual ou risco de desabastecimento.
14. Caso não tenha havido aplicação de sanção ou abertura de procedimento de responsabilização, justificar tecnicamente os motivos, indicando se o Ministério da Saúde considerou a existência de caso fortuito, força maior, crise global de abastecimento ou qualquer outra hipótese de exclusão ou mitigação de responsabilidade.
15. Informar se houve pagamento antecipado, pagamento parcial, liquidação de despesa, desembolso ou qualquer pagamento



- relacionado a produtos ainda não entregues, discriminando valores, datas, notas fiscais, empenhos, liquidações, ordens bancárias e autoridades responsáveis pela autorização.
16. Encaminhar o cronograma atualizado de regularização das entregas pendentes, indicando prazo final, responsáveis, medidas corretivas, garantias apresentadas e consequências previstas em caso de novo descumprimento.
 17. Informar se os atrasos noticiados produziram ou poderiam produzir risco de desabastecimento nacional, regional ou local de insulinas humanas NPH, Regular ou Glargina, discriminando estoques disponíveis, cobertura estimada em meses, estados eventualmente afetados e providências adotadas para evitar prejuízo aos pacientes.
 18. Informar se o Ministério da Saúde acionou fornecedores alternativos, promoveu compras emergenciais, redistribuição de estoques, importação excepcional, antecipação de entregas, substituição de lotes ou qualquer outra medida de contingência para assegurar a continuidade do fornecimento de insulina ao SUS.
 19. Informar se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — Anvisa, a Controladoria-Geral da União — CGU, o Tribunal de Contas da União — TCU, o Ministério Público Federal ou qualquer outro órgão de controle foi comunicado sobre os atrasos, riscos contratuais, medidas corretivas ou eventuais irregularidades relacionadas ao caso.
 20. Informar se há auditoria, sindicância, procedimento correcional, apuração interna, tomada de contas, processo sancionador ou qualquer investigação administrativa em curso no Ministério da Saúde relacionada aos contratos ou parcerias de fornecimento



- de insulina envolvendo a Biomm S.A., Funed, Wockhardt ou demais participantes.
21. Encaminhar relação completa das reuniões realizadas entre representantes do Ministério da Saúde e representantes da Biomm S.A., Funed, Wockhardt, Gerais Comércio e Importação, Banco Master, Fundo Cartago, BRB, Alaska Asset Management ou quaisquer partes relacionadas, desde janeiro de 2023, indicando data, participantes, pauta, ata, local e registro em agenda oficial.
 22. Informar se houve interlocução, pedido, reunião, comunicação ou atuação de autoridades do Poder Executivo, assessores especiais, dirigentes de bancos públicos, representantes de fundos de investimento, agentes políticos ou terceiros em favor da contratação, manutenção contratual, renegociação, aditamento, prorrogação, reprogramação de entrega ou tratamento diferenciado à Biomm S.A. ou a empresas relacionadas.
 23. Encaminhar cópia de todos os termos aditivos, apostilamentos, reequilíbrios econômico-financeiros, prorrogações, alterações de cronograma, alterações de quantitativos, modificações de objeto ou renegociações relacionadas aos contratos mencionados.
 24. Informar se a crise do Banco Master, sua liquidação extrajudicial ou alterações na participação societária da Biomm S.A. produziram algum impacto, direto ou indireto, na execução contratual, na capacidade financeira da empresa, na governança do projeto, no cronograma de entrega ou na avaliação de risco realizada pelo Ministério da Saúde.
 25. Encaminhar relatório atualizado sobre a execução física e financeira das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo relacionadas à produção nacional de insulinas NPH, Regular



- e Glargina, indicando etapa atual, metas cumpridas, metas pendentes, riscos identificados, entraves existentes e providências adotadas.
26. Informar quais garantias contratuais, seguros, cláusulas de penalidade, mecanismos de substituição de fornecedor, plano de contingência, instrumentos de proteção ao abastecimento ou medidas de mitigação de risco foram previstos nos contratos ou instrumentos firmados.
 27. Informar se houve comunicação formal aos estados, municípios, Conass, Conasems, unidades dispensadoras ou demais gestores do SUS sobre atraso, contingenciamento, substituição de lotes, alteração de cronograma, redistribuição de insulinas ou risco de descontinuidade no abastecimento.
 28. Encaminhar manifestação conclusiva do Ministério da Saúde sobre a regularidade da contratação, a situação atual das entregas, a suficiência das medidas de fiscalização, a existência ou não de risco de desabastecimento, as medidas adotadas para proteger os pacientes e a eventual existência de indícios de falha administrativa, omissão, favorecimento, conflito de interesses ou deficiência de governança.

Requer-se que as respostas sejam acompanhadas, no mínimo, dos seguintes documentos:

1. íntegra dos processos administrativos de contratação;
2. contratos, termos aditivos, apostilamentos e anexos;
3. estudos técnicos preliminares, termos de referência, notas técnicas e pareceres jurídicos;
4. documentos de habilitação técnica, financeira, regulatória, sanitária e operacional dos envolvidos;
5. matriz de risco, análise de integridade, análise societária e plano de contingência;



6. cronogramas originais e atualizados de entrega;
7. relatórios de fiscalização contratual;
8. notificações expedidas e respostas recebidas;
9. processos sancionadores, correcionais ou de apuração de responsabilidade, se existentes;
10. comprovantes de empenho, liquidação, pagamento, notas fiscais e ordens bancárias;
11. atas, agendas, registros de reunião e comunicações institucionais;
12. relatórios de estoque, distribuição aos estados e eventual risco de desabastecimento;
13. documentos relacionados à avaliação de governança, compliance, conflito de interesses, estrutura societária e capacidade econômico-financeira dos contratados ou parceiros.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada pelo portal Metrôpoles noticiou que a farmacêutica Biommm S.A., empresa que teria sido ligada ao Banco Master por meio de fundo de investimento, acumulava atraso na entrega de mais de 1,57 milhão de doses de insulina destinadas ao Sistema Único de Saúde, tendo sido notificada pelo Ministério da Saúde para prestar esclarecimentos.

A mesma reportagem aponta que o contrato teria valor superior a R\$ 142 milhões e previsão de fornecimento de pouco mais de 8 milhões de unidades de insulina ao SUS. Informações públicas do próprio Ministério da Saúde também indicam a existência de contratos de R\$ 142 milhões para fornecimento de 8,01 milhões de unidades de insulina, no âmbito de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo envolvendo a Funed, a Biommm e a Wockhardt, com transferência de tecnologia e fornecimento de insulinas humanas NPH e Regular.



O tema possui elevada gravidade institucional e sanitária. A insulina não é um insumo ordinário. Trata-se de medicamento essencial à vida, indispensável à continuidade terapêutica de milhões de brasileiros, especialmente de pacientes atendidos pela rede pública de saúde. Qualquer falha de fornecimento, atraso relevante, deficiência de planejamento ou ausência de plano de contingência pode produzir impacto direto sobre a segurança assistencial do SUS.

Além do aspecto sanitário, o caso exige esclarecimento sob a ótica da governança pública. É necessário saber como se deu a contratação, quais critérios técnicos, jurídicos, financeiros, sanitários e operacionais foram utilizados, quem atestou a capacidade dos fornecedores, quais riscos foram identificados, quais garantias foram exigidas e quais providências foram adotadas diante do atraso noticiado.

A situação também demanda atenção em razão das notícias envolvendo a crise e a liquidação extrajudicial do Banco Master, bem como a informação de que fundo ligado à instituição teria figurado entre os principais acionistas da Biommm S.A. Não se trata, neste momento, de presumir irregularidade, favorecimento ou nexo causal automático entre a situação do Banco Master e a execução contratual. Trata-se de exigir transparência plena sobre eventual exposição do poder público a riscos societários, financeiros, reputacionais, operacionais ou de integridade relacionados a empresa contratada para fornecer medicamento essencial ao SUS.

O Parlamento tem o dever de fiscalizar a execução de contratos públicos sensíveis, sobretudo quando envolvem medicamentos vitais, grandes valores, empresas privadas, parcerias tecnológicas, eventual dependência de importação, fundos de investimento e notícias de atraso de fornecimento. A resposta do Ministério da Saúde deve permitir a verificação objetiva da



regularidade da contratação, da suficiência da fiscalização, da efetividade das medidas corretivas e da inexistência de risco ao abastecimento nacional.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

SF/26127.58195-20 (LexEdit)



Requerimento nº 402, de 2026, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos, parcerias, procedimentos administrativos, entregas, notificações, medidas de fiscalização, riscos de abastecimento e eventuais vínculos societários, financeiros ou institucionais relacionados ao fornecimento de insulinas ao Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito de instrumentos envolvendo a Fundação Ezequiel Dias — Funed, a empresa Biom S.A., a empresa Wockhardt, a empresa Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., Bio-Manguinhos/Fiocruz e demais entes públicos ou privados participantes.

O requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



ATA DA COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA





**APROVADA EM
AMBIENTE
VIRTUAL
PUBLIQUE-SE**

**SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA**

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2026 DO COMITÊ TÉCNICO INDEPENDENTE DA COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, ÀS 17H00, NA PLATAFORMA ZOOM, DESTINADA A ESTABELECEM A METODOLOGIA DE PONDERAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS PELO ÍNDICE ESTADO ALFABETIZADOR DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA (IEA) DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL NÚMERO 8 DE 2025.

Às dezessete horas e oito minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis, em ambiente virtual na Plataforma Zoom, reuniram-se os Senhores e as Senhoras membros do Comitê Técnico Independente da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa. Estavam presentes os Senhores João Paulo Mendes de Lima, José Dantas Filho e Eduardo Carvalho Sousa, bem como as Senhoras Thamires Mirolli, Rosalina Maria Soares, Débora de Freitas Viégas, Julia Medeiros Netto Ribeiro e Márcia Ferri. Participaram como ouvintes o Senhor Gláucio Ribeiro e a Senhora Mércia Otaviana. Os trabalhos foram abertos pelo Senhor João Paulo Mendes de Lima.

Após a saudação dos presentes, foi apresentada ao comitê a ata da 2ª reunião de 2026 para aprovação, dispensada a leitura. Não havendo objeção, os membros do Comitê Técnico Independente aprovaram.

Aprovada a ata, iniciou-se o debate. O Presidente iniciou os trabalhos rememorando os trabalhos da última reunião, bem como os encaminhamentos que ficaram pendentes para a presente reunião. O Presidente indagou se aplicariam-se, nos indicadores de equidade socioeconômica, as mesmas ponderações aplicadas no critério de equidade racial. A Sra. Débora Viegas informou que os 5 agraciados não se alterariam com a igualdade na aplicação dos critérios, mudaria-se apenas a ordem de ranqueamento dos mesmos. A Sra. Márcia Ferri indagou se a edição de 2025 da Comenda apresentou os resultados de forma ranqueada, no que o Presidente esclareceu que a apresentação foi em ordem alfabética do nome das UFs, e não em ordem ranqueada. A Sra. Débora Viegas rememorou alguns pontos de discussões anteriores e reforçou sua posição no sentido de estar confortável com qualquer dos caminhos que seja adotado pelo comitê, seja pela mudança nos critérios, seja pela igualdade. O Sr. José Dantas manifestou preferência no sentido de adotar a mesma metodologia em ambos os critérios: racial e socioeconômico. A Sra. Rosalina Soares afirmou que não encontrou distorções nos dados apresentados pela Associação Bem Comum, e elogiou a coerência dos resultados dos trabalhos empreendidos pelo Comitê. A Sra. Julia Ribeiro também validou os dados apresentados pela Associação Bem Comum, e apoiou a igualdade na metodologia de avaliação das equidades racial e socioeconômica. A Sra. Márcia Ferri manifestou o desejo de adotar-se a ponderação de pesos 3 e 2 para as equidades. O Sr. Eduardo Sousa manifestou tranquilidade no sentido de não haver alteração nas 5 UFs agraciadas.





**APROVADA EM
AMBIENTE
VIRTUAL
PUBLIQUE-SE**

SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

A Sra. Thamires Mirolli também manifestou apoio à ponderação de pesos 3 e 2 para as equidades. O Presidente concordou com os demais membros.

O Presidente pediu para deixar registrado em ata as congratulações de todos os membros do Comitê ao trabalho da Associação Bem Comum no sentido da sistematização dos dados.

O Presidente solicitou à equipe do Senado a adoção de providências no sentido da comunicação e divulgação do resultado oficial.

O Presidente indagou o Sr. Eduardo a respeito da produção da nota técnica do INEP, no que o Sr. Eduardo respondeu que estava pronta, mas que tinha dúvidas a respeito da publicização da mesma. O Presidente orientou o Sr. Eduardo no sentido de disponibilizar a nota para o Comitê. A Sra. Márcia Ferri indagou sobre a publicização dos resultados e da nota técnica, e o Presidente respondeu que é feito o envio de ofício à Presidência do Senado Federal, e explicou o processo de divulgação do resultado final pelo Senado Federal. A Sra. Débora Viegas sugeriu que o resultado fosse divulgado junto com a nota técnica final, para evitar questionamentos precoces. O Presidente discorreu sobre os impactos da divulgação dos resultados da Comenda para o MEC, e sugeriu que a divulgação do resultado ocorresse em conjunto com a nota técnica. O Sr. José Dantas afirmou não ver problemas na divulgação conjunta do resultado e da nota técnica final. O Sr. José Dantas alertou que três das cinco UFs vencedoras estão sendo governadas por governadores que assumiram o mandato recentemente, em virtude da renúncia dos gestores titulares. O Presidente afirmou que enviaria ofício à Presidência do Senado Federal comunicando o resultado, mas solicitou à equipe do Senado que a divulgação do resultado fosse feita em conjunto com a da nota técnica. A Sra. Márcia Ferri sugeriu que a nota técnica seja validada pelo Comitê até a manhã do dia 07/05, com o encaminhamento pela equipe do Senado sendo realizado na tarde do mesmo dia. O Presidente manifestou concordância com a ideia. A Sra. Márcia Ferri reforçou que, nos esclarecimentos sobre o espírito da Comenda, antes de premiar um governador, a Comenda premia políticas públicas, independente de quem seja o ocupante do cargo. A Sra. Débora concordou com a Sra. Márcia. A Sra. Rosalina concordou com A Sra. Márcia, e reforçou a necessidade de um esclarecimento dessa natureza constar da nota técnica, e sugeriu que se tentasse acelerar a liberação da nota técnica. O Presidente teceu considerações acerca do fluxo de informações na alta esfera de gestão.

O Presidente estabeleceu que a divulgação dos resultados e da nota técnica deve ocorrer no mais tardar até o dia 8 de maio. O Presidente levantou a possibilidade de a sessão de entrega ser realizada no dia 18 de maio ao invés do dia 12. A Sra. Julia Ribeiro manifestou preferência pelo dia 12, mas ressaltou que a decisão da data caberia ao Senado Federal, e pediu esclarecimentos sobre as notas técnicas. O Presidente esclareceu que serão duas notas técnicas produzidas pelo INEP, uma relativa ao critério de elegibilidade e outra relativa ao critério de equidade, e que, além disso, o Comitê produz uma nota técnica final, que esclarece todas as decisões





**APROVADA EM
AMBIENTE
VIRTUAL
PUBLIQUE-SE**

**SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA**

metodológicas do Comitê e que referenda as notas técnicas do INEP e dos demais documentos que apoiam a apuração dos resultados. A Sra. Márcia Ferri sugeriu que, ao invés de validar-se a nota técnica até o dia 7, como originalmente sugerido, que a nota técnica seja validada até o dia 6. A Sra. Débora Viegas manifestou receio no sentido de organizar a vinda dos governadores para uma sessão no dia 12. O Sr. José Dantas afirmou estar impossibilitado de examinar os encaminhamentos no dia 6. A confirmação da realização da sessão de entrega no dia 12 ficou pendente para o dia 6, a partir do contato com os Governadores.

Após ouvir as manifestações o presidente submeteu a validação dos presentes a aprovação dos resultados, tendo como cinco primeiras classificadas as seguintes UFs: Ceará, Mato Grosso, Espírito Santo, Piauí e Paraíba. O resultado foi aprovado por unanimidade. Passou então para deliberação quando aos encaminhamentos a saber: envio de ofício a mesa do Senado Federal com apresentação do Resultado Final e envio da Nota Técnica para contribuições do Membros, até o final do dia hoje (05/05); Devolutivas dos membros, com contribuições e/ou validações da Nota Técnica, até o final de amanhã (06/06), finalização dos trabalhos e adoção das providências necessárias à publicização dos resultado até 08/06. Os encaminhamentos foram aprovados por todos.

A Sra. Débora Viegas apresentou a nota técnica produzida pela Associação Bem Comum, para que seja avaliada por todos os membros. A Sra. Julia Ribeiro indagou sobre o protocolo da sessão de entrega, no que obteve os esclarecimentos pelo Presidente, deixando pendente a confirmação definitiva da realização da sessão no dia 12. O Presidente solicitou que os membros do Comitê enviassem ao Senado Federal quais os nomes dos representantes da instituição no dia da sessão de entrega.

O Presidente parabenizou o trabalho de todos do Comitê, em particular os trabalhos da Associação Bem Comum, na pessoa da Sra. Débora, e também particularmente ao Sr. Eduardo e ao INEP.

O Presidente reapresentou o resultado final dos trabalhos do Comitê, devendo serem agraciadas as seguintes UFs: Ceará, Mato Grosso, Espírito Santo, Piauí e Paraíba.

O Presidente solicitou que os membros do Comitê oferecessem contribuições à nota técnica até o dia 6, e que a divulgação do resultado e da nota ocorra até dia 8. Solicitou providências do Senado Federal no sentido de contatar os governadores das UFs agraciadas.

Não estando previstas novas reuniões do Comitê para o ano de 2026, o Presidente comunicou que a ata da 3ª reunião seria aprovada em ambiente virtual.





**APROVADA EM
AMBIENTE
VIRTUAL
PUBLIQUE-SE**

**SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA**

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 18:16h e eu, Marcelo Sebastião Starling Ferreira, Marcelo Sebastião Starling Ferreira, Chefe do Serviço de Apoio ao Núcleo de Premiações, Frentes e Grupos Parlamentares, lavrei a presente Ata que, aprovada em ambiente virtual, vai assinada pelo Presidente do Comitê, encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal.

JOÃO PAULO MENDES DE LIMA
Presidente do Comitê Técnico Independente da CGACIC

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO PAULO MENDES DE LIMA
Data: 20/05/2026 13:28:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 5 de maio de 2026
(terça-feira)
às 17h

RESULTADO

3º Evento

COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS
CRIANÇAS NA IDADE CERTA - CGACIC

	3ª Reunião de 2026 do Comitê Técnico Independente da CGACIC
Local	Plataforma Zoom



Resultado da 3º Evento da CGACIC, em 5 de maio de 2026

2

3ª Reunião de 2026 do Comitê Técnico Independente da CGACIC

Assunto / Finalidade:

Estabelecer a metodologia de ponderação dos indicadores utilizados pelo Índice Estado Alfabetizador das Crianças na Idade Certa (IEA).

Participantes:

Sr. José Dantas Filho

Consultor Legislativo do Senado Federal

Sr. João Paulo Mendes de Lima

Coordenador-Geral de Alfabetização da Secretaria de Educação Básica - MEC

Sr. Eduardo Carvalho Sousa

Diretor de Avaliação da Educação Básica do INEP

Sra. Júlia Medeiros Netto Ribeiro

Especialista de Educação do UNICEF no Brasil

Sra. Thamires Mirolli

Gerente de Conhecimento, Dados e Pesquisa da Fundação Lemann

Sra. Rosalina Maria Soares

Superintendente de Conhecimento da Fundação Roberto Marinho

Sra. Débora de Freitas Viegas

Assessora da Direção da Associação Bem Comum

Sra. Márcia Ferri

Gerente de Políticas Públicas em Alfabetização do Instituto Natura

Resultado: Estabelecida a metodologia de ponderação dos indicadores utilizados pelo Índice Estado Alfabetizador das Crianças na Idade Certa (IEA) e definidos os agraciados da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa 2026: Elmano de Freitas (Ceará); Lucas Ribeiro (Paraíba); Otaviano Pivetta (Mato Grosso); Rafael Fonteles (Piauí); e Ricardo Ferraço (Espírito Santo).





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

05/05/2026 - 3ª - Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) - Boa tarde, pessoal. Agradecemos a presença de todos.

Após a identificação do quórum e havendo o quórum necessário para a instalação da reunião, declaro aberta a 3ª Reunião, de 2026, do Comitê Técnico Independente da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa.

Nossa pauta de hoje se destina a validar a apuração dos resultados relativos ao indicador que mobiliza a distribuição da comenda, no ano de 2026.

Informo que estão presentes, nesta reunião de hoje, os seguintes membros: José Dantas, do Senado Federal; Márcia Ferri, do Instituto Natura; Débora, da Bem Comum; Júlia, do Unicef; Eduardo, do Inep; Thamires, da Lemann; Rosalina, da Fundação Roberto Marinho, e eu, o representante do Unicef.

Além disso, nos acompanham aqui o Gláucio, que nos apoia aqui nos serviços da Presidência, a Mécia, que é aqui do Ministério da Educação, consultora nossa, e todo o time do Senado Federal que apoia nos trabalhos internos.

Informo ainda que esta reunião está sendo gravada, que serão produzidas notas taquigráficas desta reunião, bem como a sistematização de todas as discussões em ata.

Antes de iniciarmos os debates do dia de hoje, proponho a dispensa e a aprovação da ata que foi disponibilizada no nosso grupo, para a leitura prévia de todos, e enviada aos membros.

Gostaria de saber se vocês concordam, se têm alguma consideração...

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - De acordo, João. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigado.

Podem ir se manifestando no grupo ou abrir o microfone.

A SRA. THAMIRES MIROLI (*Por videoconferência.*) - De acordo, João.

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - De acordo, João.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Considerando a manifestação dos membros, temos a aprovação da nossa ata.

Muito obrigado.

Estando aprovada a ata, agora a gente passa aos trabalhos do Comitê. É esta a reunião do dia de hoje.

Só fazendo uma breve retomada: na reunião passada, a Débora apresentou, por deliberação deste Comitê, a primeira apuração dos resultados. Na identificação dos resultados, restou, se necessário, uma reunião entre o Hylo e o Eduardo - essa reunião foi realizada.

Em razão do feriado e das agendas internas, nós não conseguimos encaminhar os resultados ainda na sexta-feira - quinta ou sexta?



A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - Na quinta.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Na quinta.

Não conseguimos encaminhar na sexta, mas o Eduardo conseguiu se reunir, mesmo no feriado, com o Hylo, e nós encaminhamos os resultados na segunda-feira.

Aí, o nosso encaminhamento no grupo também, com a discussão progressiva, foi a gente passar esta reunião para o dia de hoje.

Qual era a tarefa de cada um dos membros e suas instituições? Revisitar a apuração realizada pela Bem Comum, fazendo uma dupla checagem sobre se todas as aplicadas estavam corretas e se a propositura da construção da metodologia *versus* a construção dos resultados estava correta.

Para isso, tanto os membros poderiam fazer diretamente essas verificações, como as equipes técnicas de dados de cada uma das instituições.

O objetivo nosso aqui hoje é olhar para esse primeiro resultado, e tem uma questão que restou que merece uma reflexão ou uma deliberação, que é o que tange ao indicador de equidade racial... Racial não, econômica. Se a gente... Racial ou... Racial. Se a gente aplica a mesma ponderação que nós aplicamos aos resultados de equidade socioeconômica.

E, aí, eu queria deixar a palavra aberta para cada uma das instituições.

Eu acho que a pessoa já se manifesta em duas questões: ela se manifesta em relação à verificação dos dados, se teve alguma questão que chamou a atenção...

Eu não sei se o Hylo está aqui presente, Débora, se é você que vai se remeter a todas as discussões, se ele pode entrar... Eu acho que seria importante se você conseguisse que ele entrasse.

E a pessoa já se manifesta sobre se fez alguma simulação sobre uma aplicação da ponderação e se isso trouxe alguma diferença.

Eu não sei se Débora quer começar trazendo esse ponto de se fez alguma aplicação de uma ponderação e se isso impactou nos resultados.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (*Por videoconferência.*) - Perfeito, João.

Informe que o Hylo não consegue participar hoje. Ele tem uma agenda em São Luís do Maranhão, concorrente com esta. Então, ele não conseguirá entrar.

Mas, na planilha compartilhada com vocês, existe uma aba de simulação da ponderação do indicador racial, de desigualdade racial de aprendizagem, e o resultado da comenda não se altera; o que se altera é o *ranking* dos estados. Então, o posicionamento dos mesmos estados dentro dos cinco primeiros, mas existe uma diferença de onde cada estado se localiza dentro deste *ranking*. No entanto, a lista dos cinco estados continua a mesma.

Então, acho que é para este grupo deliberar se, enxergando-se o exercício de ponderação do indicador de desigualdade racial de aprendizagem, considera que devemos seguir por este caminho ou manter o caminho que utilizamos primeiramente.

O SR. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Uma dúvida: quando a gente faz a comunicação da comenda, a gente apresenta os estados de forma ranqueada ou não?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Não. Na edição passada, nós os apresentamos em ordem alfabética, foi uma decisão deste Comitê, mas, como se trata de uma planilha em Excel, baixável e tal, qualquer pessoa pode fazer esse tipo de ranqueamento, viu?

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (*Por videoconferência.*) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - O.k.

Débora, eu queria só... Vocês fizeram mais uma checagem dos dados? Quero só fazer uma pergunta: restou alguma observação técnica? E, sobre essa segunda questão da ponderação ou não, como a Bem Comum se manifesta? Porque aí a gente já começa com você, e os demais vão seguindo nessa linha.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (*Por videoconferência.*) - A Bem Comum olha para esse alinhamento metodológico entre os dois indicadores de equidade com bons olhos. No entanto, os dados com que a gente visualiza a realidade dos indicadores de nível socioeconômico não se comportam da mesma forma como os indicadores de raça. Então, essa distorção que a gente enxergou - eu estou chamando de distorção, mas não necessariamente é uma distorção -, essa situação que nós observamos, com os dados de nível socioeconômico, não se repete com os dados de equidade racial.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Nós fizemos a simulação. Não é uma questão para nós esse ranqueamento. Ele pode alterar, realmente, essa ordem, mas eu acho que o grupo... Eu entendi que o grupo deliberou na última reunião que era interessante fazer esse exercício para que nós considerássemos o que seria mais interessante.

E uma fala da Thamires é de que é mais fácil, para o Comitê Técnico, é mais transparente para o Comitê Técnico explicar a ponderação quando a gente está utilizando a ponderação para os dois indicadores, não apenas para um dos indicadores dentro desse eixo.

Então, a posição da Bem Comum é: podemos seguir com ambos os caminhos e estamos confortáveis com esse ranqueamento.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Então, depois, se precisar, Débora, a gente volta em você para você se manifestar por um ou por outro. Por ora, eu anotei que vocês estão confortáveis com os dois caminhos.

Quem gostaria de ser a próxima instituição? Pode ir levantando a mãozinha e a gente vai seguindo na ordem.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Posso?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Oi, Dantas.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Posso? Posso? Não, o Dantas está com a mão levantada.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - O Dantas levantou primeiro. Podem ir levantando que eu vou seguindo aqui.

Oi, Dantas.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Eu também estou confortável com essa solução e prefiro que a metodologia seja a mesma para as duas colunas, tanto a coluna social quanto a coluna racial.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Então, você se manifesta por ter ponderação, é melhor ter ponderação nos dois?

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - O.k. Então, o Dantas: ponderação nos dois.

Dantas, das análises que você fez de checagem, tudo o.k. com a apuração da Bem Comum?

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Não encontrei nada de estranho nem de diferente.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito.

Rosa?

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Então, João, nós fizemos aqui também a checagem com o Felipe, que esteve conosco no ano passado, e também não encontramos nenhuma diferença nos dados tratados pela Bem Comum. Gostei da solução de ponderação também, similar ao que já tinha sido aplicado para o nível socioeconômico, voltado agora para a questão racial.

Eu acho que, assim, depois que a gente fez a análise dos cinco primeiros, buscando mais informações das políticas públicas que são realizadas em cada território, acho que a gente tem, de fato, ali exemplos muito robustos; ou seja, o Ceará já tem uma política muito mais histórica ali, desde 2007, mas esses estados todos que estão aí até o quinto lugar aqui na comenda também têm feito ações semelhantes, até tendo como exemplo o que está sendo feito por Ceará. Então, acho que está mais coerente, inclusive, do que no ano anterior, nos nossos resultados do ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Rosa.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Quem gostaria agora?

Oi, Júlia.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Olá, pessoal. Então, me manifestando aqui, a gente também olhou os dados, infelizmente não foi uma análise muito aprofundada aqui com o colega por conta do desafio de tempo, mas acreditamos e confiamos, validamos os dados apurados inicialmente pela Bem Comum. E aí eu acho que os dados apontam para um conforto, no sentido de o resultado ser o mesmo, com relação a um critério ou



outro. Aí, talvez, a gente possa mesmo ser mais conservador, no sentido de manter o mesmo critério do ano passado, e avançar tal qual a gente discuti na última reunião, de olhar para essas ponderações, para uma próxima resolução que trata da comenda, junto com todas as mudanças que a gente quer fazer. Acho que nós todos e a comenda como um todo, obviamente, ficam mais protegidos com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigado.

E, Júlia, só fiquei com uma dúvida em relação a uma coisa: quanto à ponderação de equidade e a ponderação racial, vocês acham que é melhor ter a mesma ponderação nos dois?

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Ah, tá. Obrigado, viu?

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Particularmente, eu acho que, assim, é isso, a gente não tem uma diferença no resultado, mas eu acho que a gente pode ser conservador, mantendo o mesmo critério do ano passado, porque o resultado não se altera, e a gente deixa essa recomendação de ajuste para um próximo ano, tal qual já foi feito do ano passado para este ano, né?

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Mas não se altera em relação a você pesar só um com peso 3 e o outro com peso normal, porque se botar os dois com o peso baixo, dá mudança na...

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Dá mudança na classificação, dá mudança na ordem de classificação, não dá mudança nos estados selecionados, não é?

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - É porque, originalmente, não tinha ponderação nenhuma; utilizou-se só o dado socioeconômico no ano passado e não houve ponderação, certo?

Nós já começamos este ano com a ponderação de 3 para 2, no dado social.

A pergunta era só se aplica-se também essa ponderação para racial ou não. Se você voltar para o critério do ano passado, eu acho que vai dar alteração nos cinco primeiros.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Não. Então, é o 3-2. É o 3-2 que a gente vinha discutindo, né? Mantendo o 3-2 aqui. Sim, desculpem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - É isso. Eu anotei dessa forma, Júlia. Márcia?

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Bom, João, a gente fez a dupla checagem aqui com o Luan, que também acompanhou as nossas discussões no ano passado. Estamos de acordo com o material apresentado pela Bem Comum e estamos confortáveis em seguir a ponderação 3-2. Estou sendo bem explícita aqui para não gerar conflito.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Márcia.

E agora a dupla Thamires e Eduardo. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - Posso falar primeiro.

Então, eu fiz a conferência da planilha, e, assim, pela conferência está tudo certo. A gente se alegrou pelo trabalho, muito bem-feito, com muito esmero, e está tudo certo com os resultados.

Com relação à ponderação, me traz uma tranquilidade saber que a gente não muda os estados que são agraciados com a comenda. Muda a classificação, mas não mudam os estados. Então me traz uma tranquilidade para a gente utilizar essa metodologia também da ponderação.

A SRA. THAMIRES MIROLI (*Por videoconferência.*) - Gente, eu também acho que a gente aqui tem uma checagem, estamos confortáveis com os cálculos que estão aqui. E também, mais uma vez, obrigada à Bem Comum, Débora.

Agradeço ao Hylo pessoalmente pelo esforço e fico feliz que nos resultados não mexeram, acho que realmente vai favorecer a coerência nessa comunicação ter o peso 3-2 tanto para nível social quanto para raça.

Então, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Thamires.

Das instituições, eu acho que todas se manifestaram... Rosa, já fez também? Já. Eu acho que falta toda... já fizeram todas. Aqui pelo MEC também a gente fez a verificação. Fizemos a checagem das formas de como a Débora aplicou, também estamos de acordo - também queria parabenizar a Débora -, e nós também nos filiamos a manter a mesma ponderação, para facilitar a comunicação e para todos os outros... que os outros já citaram.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Tem alguém com a mãozinha? Não. Júlia e Thamires já falaram, estão com a mãozinha levantada, acho que esqueceram.

Dito isso, anuncio o resultado da checagem em relação à verificação que todas as instituições iam realizar. Então, todas realizaram, estão plenamente de acordo.

Peço para deixar registrado em ata que todo mundo trouxe a consideração sobre o trabalho exitoso e comprometido da Bem Comum, para a gente ter esse registro.

E quanto à ponderação, todos também estão de acordo em aplicar a mesma ponderação para equidade, para indicador de equidade racial, e para indicador de socioeconômica. Então, a gente tem um resultado oficial organizado a partir dessa... O resultado simulado por Débora, já que traz os resultados alterados, sem mudar a lista dos cinco, mas que muda a ordem de classificação quando aplica a ponderação, o.k.?

Agora, para os próximos passos, eu peço ajuda da equipe do Senado Federal, porque dos próximos passos, quais vêm à minha mente mais rapidamente? Primeiro, é o envio pela Presidência do resultado oficial dos cinco Governadores que receberão a comenda ao Senado Federal. A gente pode fazer isso ainda hoje, é um ofício simples. Nesse primeiro ofício, a gente não detalha os procedimentos, a nota técnica. É como a gente fez no ano passado: é a gente anunciando o resultado ao Senado Federal e informando que nós estamos trabalhando na nota técnica dos resultados para mandar *a posteriori*. Então isso é um caminho.

O segundo caminho é a organização da nota técnica que detalha esses resultados, que organiza esses resultados, para que a equipe do Senado Federal, a partir da nota técnica, faça todas as outras organizações, inclusive reorganize o *site*.

Para a nota técnica, dois instrumentos estavam pendentes até acho que segunda, mas o Eduardo já me mandou um, que foi a nota técnica em relação ao fator de elegibilidade. Eduardo, aí estaria faltando só a nota técnica em relação à equidade, não sei se essa já está pronta, se você já me mandou e eu me perdi.

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - João, vamos separar aqui. A nota está pronta, só que a gente vai divulgar o resultado. Aí não sei se eu te mando a nota técnica, porque o resultado vai se tornar público, ou se te encaminho a nota técnica. Aí é uma dúvida que eu tenho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Eu acho que, se você puder mandar a nota técnica e trazer dentro da nota técnica aquele *link* de onde o Inep publica os resultados do CNCA... Porque é ali que vão sair esses resultados de equidade, não é?

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - É ali que vai sair.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - É ali que vai sair. Você pode mandar a nota técnica com aquele *link*, explica tudo na nota técnica - "os resultados estão disponíveis aqui". Nisso você ganha uma espécie de 48 horas, 72 horas, porque, quando a gente subir a nota técnica, o *link* já vai estar funcionando. Para a gente funciona da mesma forma e não teria problema, é uma estratégia. Eu sei que você assume o compromisso de estar lá no *site*, entendeu? Para a gente funciona, está bom?

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Isso se você achar que é um caminho.

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - É melhor.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Levantou a mão... Só para terminar, Márcia.

Então, tendo essas informações de Eduardo... Não sei se você pode mandar até amanhã, Eduardo, para a gente, se dá para mandar até amanhã, porque Débora precisa referendar...

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - Envio.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - ... a nota técnica do Inep dentro da nossa nota técnica, então ela precisa desse passo.

Dito isso, a gente tem a construção da nota técnica final, e Débora vai falar sobre ela, sobre essa nota técnica, como ela está organizada, o *status* dela e qual é o ideário da Bem Comum.

Aí, eu passo para a Márcia e para Dantas, que eu acho que estão querendo falar sobre isso.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Obrigada, João.

Bom, primeiro eu também queria registrar aqui, Débora, em nome do Instituto Natura, todo o trabalho que a Bem Comum fez para que a gente pudesse chegar nos resultados, e parabenizar a Bem Comum por esse trabalho.



Uma dúvida, João: quando que os resultados e a nota técnica são publicizados?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - No ano passado - e me ajuda, Gláucio, se eu não lembrar de tudo de memória -, nós fizemos esse ofício meio... um ofício bem genérico, assim: "Informamos que este comitê chegou ao seguinte resultado", e vinha o nome dos cinco e pedíamos providência, para o Senado dar os próximos passos. Enquanto o Senado fazia a divulgação e convidava as pessoas para a solenidade - nós tivemos cerca de uma semana -, este Comitê trabalhou remotamente com a Débora, construindo a nota técnica, não sei o quê, não sei o quê.

As pessoas tiveram acesso a tudo isso no *site* só no dia da comenda. No dia da comenda, a gente... Eu acho que nem no dia da comenda... Ah, no dia da comenda, o *site* já estava todo pronto, a gente clicava lá, tinha a nota técnica, tinha todos os resultados. A sociedade só teve acesso a tudo, eu acho, no dia da comenda ou na véspera da comenda, uma coisa assim.

Não sei se Débora, Dantas... Dantas não, Gláucio se lembram de alguma coisa diferente.

O SR. EDUARDO CARVALHO SOUSA (*Por videoconferência.*) - Foi isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Foi isso mesmo, né?

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Eu acredito que, talvez, o ponto seja o seguinte: para o Senado, o que é necessário? Houve as reuniões, houve as atas aprovadas e o resultado. Então, para o Senado, o resultado é suficiente; creio que para as instituições que estão aqui é que é importante a nota técnica. Não que a nota técnica não seja importante para o Senado, mas o *timing* da nota técnica para o Senado pode ser de um dia, dois, três, quatro, cinco. Talvez, o *timing* para as instituições que estão aqui é que seja importante, porque a partir do momento em que se divulga, acho que no mesmo dia, o pessoal vai atrás de vocês para perguntar como é que foi feito isso.

Então, é só essa observação, João. O que você falou é exatamente como aconteceu - memória não é o meu forte, mas, até onde eu lembro, foi desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito.

Débora e Dantas.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - João, pela minha memória, o resultado foi divulgado num dia - a lista dos contemplados, dos agraciados - e, no dia seguinte, foi divulgada a nota técnica no *site* do Senado. Isso foi, basicamente, uma semana antes da cerimônia de premiação. Esse *delay* de um dia útil foi o que provocou bastante movimento dos estados em busca de explicações com relação ao cálculo.

Então, a minha sugestão é que o resultado seja publicado junto com a nota técnica, para evitar ruídos de comunicação; mas, caso isso aconteça, o resultado não vai poder ser publicizado ainda. Por quê? Aí vou tratar sobre o ponto que eu ia trazer: a Bem Comum elaborou a nota técnica, já está elaborada. O próximo passo é a gente compartilhar com todas as organizações, para vocês revisarem a nota técnica e validarem essa nota técnica, o que foi o mesmo procedimento que nós fizemos no ano passado. Inclusive, no ano passado, houve algumas sugestões de ajuste que nós contemplamos no texto da nota técnica final. Então eu sugiro fortemente que esse procedimento seja feito novamente.

E aí, João e Eduardo, na hora de referenciar a nota técnica do Inep, o próprio Eduardo já pode inserir essa sugestão no texto. Então, acho que fica mais fácil agora descentralizar com as opiniões de todas as organizações, para depois fecharmos a nota final.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Inclusive a Rosalina trouxe, em algumas das nossas reuniões, que seria importante, nesta nova nota técnica, ter um espaço em que a gente traga um pouco do espírito da comenda, sei lá, um espaço introdutório, na nota técnica. Na primeira nota técnica nossa, por exemplo, não vinha nenhum texto que trouxesse um pouco esse espírito, o sentido da comenda e tal.

Só, antes de passar para o Dantas, eu concordo com o que a Débora está trazendo e trago que o MEC é impactado diretamente na hora em que divulga os cinco. Então a Renalfa, que é um organismo orgânico de relação com os estados, imediatamente, na hora em que a gente divulga a lista dos cinco, a Renalfa imediatamente me pauta lá quais são os critérios técnicos e não sei o quê. E ela vai para o grupo dizer assim: olha, como foi assim - no ano passado, foi muito isso -, que comenda é essa, como é que sai esse resultado, nós não estamos sabendo e não sei o quê. Mesmo nesse *delay* pequeno.

Então, eu acho que num cenário mais idealizado, a gente teria o resultado dos cinco divulgado, com o *site* todo pronto, para: "Acesse aqui as informações". Esse é o cenário mais idealizado. E não sei quanto isso impacta, Gláucio, o time Senado e Dantas, na realização da comenda no dia 12, que é o próximo cenário, porque aí a gente teria que, na melhor das hipóteses, ter isso pronto até amanhã, o que seria um megadesafio para todo mundo construir a nota técnica.



E, aí, eu passo para o Dantas e para o Gláucio, para se manifestarem especificamente sobre isso... Sobre os pontos que vocês julgarem necessário, mas sobre esse ponto de qual é o *delay* que nós temos, Lília, para esse *time* do dia 12, o que a gente tem de *delay* para conseguir fazer tudo. Dantas e Lília, por favor.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Eu estou entendendo que essa é a nota técnica final, onde vai ter inclusive a explicação sobre a ponderação...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Tudo, na nota técnica, vêm todos os itens, os eixos, a forma, todas as decisões que nós tomamos aqui, organizadas num único documento.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Perfeito, só para entender mesmo.

Bom, eu acho que as providências que o Senado tem que tomar de agora em diante são principalmente em relação ao convite dos vencedores. Divulgar ou não os vencedores antes que esse convite saia talvez não seja tão crítico, acredito, ou seja, a gente pode segurar um pouquinho para divulgar tudo junto, mas a providência da Secretaria-Geral da Mesa já é fazer o convite aos Governadores e encaminhar as coisas burocráticas que têm que ser encaminhadas.

Eu queria só fazer uma observação, porque eu fiz uma... Deixe-me achar aqui nas minhas anotações.

Eu fiz um pequeno levantamento sobre quem é quem aí dentro, só para vocês terem uma ideia daquele outro problema que a gente está levantando desde o início: por ser um ano eleitoral e vários Governadores afastados, algumas coisas podem soar injustas, vamos dizer assim.

Então, dos cinco estados vencedores, três estão sendo neste momento governados pelos antigos Vice-Governadores. É o caso da Paraíba, em que no lugar do João Azevêdo está o Lucas Ribeiro; é o caso do Espírito Santo, em que no lugar do Casagrande está o Ricardo Ferraço; e é o caso do Mato Grosso, em que no lugar do Mauro Mendes está o Otaviano Pivetta.

Os cinco Governadores, tanto esses ex-Governadores quanto os dois que permanecem no Ceará - o Elmano de Freitas - e no Piauí - o Rafael Fonteles -, todos são candidatos a reeleição. Só para vocês terem uma ideia, porque isso vai dar algum impacto na questão política em si.

Então, talvez, a gente possa pensar depois, quando fizer observações gerais sobre qualquer modificação que vá ser feita no ato para as próximas vezes, que a gente tente resolver um pouco disso aqui, porque, não é o caso, nenhum deles são inimigos, os atuais vices não são inimigos dos antigos administradores, são do mesmo grupo político, mas poderia ter acontecido de a gente pegar alguns estados mais complicados. Essa é uma coisa que não depende da gente, depende exatamente das estatísticas.

Então, é só essa observação, para deixar registrado, de que pode haver algum tipo de, não vou dizer ruído político, mas de encaminhamento em função disso aí, de quem é quem nesse exato momento da eleição.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Obrigada, Dantas.

Lília.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Conseguem me ouvir, porque o microfone estava meio ruim aqui?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está ótimo, Lília. Que saudade de você! Como você está?

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Estou bem, graças a Deus.

Na correria aqui, mas, graças a Deus, vocês tocaram de forma muito competente aqui os trabalhos.

A questão, João... Eu acho que a gente precisa só do seu ofício comunicando ao Presidente do Senado, aquele ofício genérico. A gente não dá publicidade nele ainda e aguarda para a publicação da nota técnica conjuntamente, porque, se eu não fizer o comunicado hoje para o Presidente do Senado, ele não vai estartar a questão de despesas e aí a gente não consegue fazer a entrega no dia 12.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Então, Lília, a gente hoje mandaria só... Eu hoje assino só o ofício...

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - ... para o Senado Federal comunicando o resultado e, a partir disso, vocês estartam os procedimentos internos...

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Burocráticos.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - ... sem divulgar, necessariamente, ainda esse ofício, o.k.?

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Exato. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Mas aí você já estarta um processo de, sei lá, comunicação direta com os Governadores.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - É, a gente pode acionar relações públicas. A gente pode acionar coisas internas... Para a produção do convite oficial.

Então...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Então, eu preciso demandar o Presidente para ele demandar as demais áreas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito. Perfeito.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Então, é só essa questão que eu proponho e eu acho que aí a gente pode publicar quando tiver as duas informações.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Até 05/05. A Márcia, antes de passar para você...

Obrigado, Lília.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - De nada.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - A Márcia fez uma proposta no grupo e eu já queria, assim, que Márcia também esclarecesse.

Eu acho que é uma proposta bem razoável, enxergando o dilema do tempo. Mas a Márcia escreveu a...

Márcia, você pode até apresentar, por favor... (*Risos.*)

a proposta.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Posso sim, João.

Bom, a nota técnica já está pronta. Entendo que a Débora poderia compartilhá-la conosco hoje, após esta reunião. Nós temos até o dia 7 pela manhã para fazer a validação, deixar comentários.

E, na parte da tarde, a Débora já encaminha, após a nossa validação, essa nota técnica para o João, e ele faz o encaminhamento ao Senado, e, depois, o Senado segue com os procedimentos. Então, essa seria a minha recomendação: que a gente tenha um dia e meio para poder fazer a validação da nota técnica.

Essa era uma sugestão.... Você quer votar primeiro, João, e aí, depois, eu falo o que eu pensei em falar?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Se tiver... Eu acho que a gente enfrenta logo esse tema. Então, todo mundo de acordo - volto já para você, Márcia -, de a gente enviar o resultado hoje para o Senado Federal, o.k.? (*Pausa.*)

Quanto a esse ponto o.k., né? Nenhuma manifestação contrária.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - De acordo.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - João, talvez só... Como a Débora levantou a mão, não sei se ela queria falar algo sobre isso, sobre como eles elaboraram a nota.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - E a Rosa também levantou.

Eu prefiro botar em votação no final.

Vamos ouvir. Márcia termina, depois Débora e Rosalina, aí a gente submete.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Está bom.

João, meu assunto é outro. Você falou um pouco de escrever sobre o espírito da comenda, e acho que é importante, neste momento de escrita, poder dizer que a gente está premiando o Governador, mas, na verdade, a gente está premiando aquele território, que não necessariamente ele é o único ator para que todo esse resultado seja alcançado. Então, muitas vezes, um território pode ter tido dois Governadores, e o resultado ter sido alcançado e são outros atores



que fazem, também, o sucesso dessa política pública. Acho que vale trazer isso, até para tentar mitigar um pouco o impacto do que o Dantas vem trazendo.

E, na minha visão, a gente vai ter mais discussão política de quem não foi agraciado pela comenda do que de quem está sendo agora, mesmo não sendo o Governador que fez tudo para chegar a esse resultado.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Beleza. Obrigado, Márcia, faz muito sentido.

Débora?

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - Eu concordo plenamente com o posicionamento da Márcia. Sugiro que a nota sobre o espírito da comenda seja idealizada e elaborada pela equipe do Senado Federal e também sugiro que os ajustes à nota técnica, pós-sugestões de todo o grupo, sejam incorporados pelo Senado Federal, assim como foi feito no ano passado: nós entregamos a nota e, depois, os ajustes foram incorporados via núcleo de premiação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito. Obrigado, Débora.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Sou eu, né?

Eu concordo, porque eu acho que é fundamental, de fato, na nota técnica, ter esse parágrafo ou essa página em que se fala da política, ou seja, que foi estabelecida no Brasil, que é uma política de colaboração, que é uma política que precisa ter continuidade. Então, até mostrando ali, dentro dos ganhadores, a gente percebe que essa é uma característica - por exemplo, a do Ceará, que a gente vê ali que é uma política que vem sendo construída ao longo do tempo. Então, acho que isso é fundamental por conta, em especial, deste ano político.

Esse ofício, João, que você envia hoje para o Senado, ou seja, ele... Porque, assim, é lógico que os Governadores se falam, tipo: "Olha, vou ganhar aqui a comenda este ano, tal e tal...". Então, isso acaba, de fato, ainda mais neste ano de eleição, gerando ali desconforto em relação àquele Governador que não recebeu a ligação do Senado para providenciar tudo para receber a comenda. Então, possivelmente, vai ser procurado. Ainda assim, desde que a gente não tenha divulgado oficialmente, as pessoas se falam.

Ou seja, o prazo... E aí, a Lília traz: se não for hoje, não tem como fazer no dia 12. Então, eu entendo que tem que ser hoje; não tem outra solução. E aí, talvez, a gente tenha que fazer um esforço - eu gosto da data que a Márcia propôs, mas talvez a gente tenha que fazer um esforço - até de fazer antes, ou seja, de realmente fazer um esforço de liberar isso amanhã, dado que tem esse risco mesmo de eles falarem entre eles.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Olhando o *timing* da construção política com altas lideranças, o envio do nosso comunicado hoje ao Senado Federal tem pouco efeito prático de altas lideranças se comunicarem. Ele é mais - Lília, me corrija como é no Senado Federal -, mas, aqui no MEC, funcionaria mais para ganhar arcabouço para mover as outras estruturas, caminhar administrativamente. Até isso chegar na mão da alta liderança para falar com o Governador, pode ser que isso seja amanhã à tarde, por exemplo. Num cenário maravilhoso, amanhã à tarde alguém conseguiu falar com o Governador e essa informação chegou direto ao Governador.

Porque, assim, conhecendo isso, para fazer esse *timing* com o Governador, tem que ser uma alta liderança do Senado Federal; do contrário, ele cai no fluxo de comunicação de um Governo de Estado, lá na pirâmide, mais lá embaixo. Começando por baixo, isso vai chegar na mão do Governador, num cenário idealizado, no dia 7, de manhã ou de tarde, para dizer assim: "Tem um convite do Senado Federal". Se houver uma mobilização de alta liderança, que é o Presidente do Senado ou alguém de alta liderança falando direto com o Governador, num cenário otimizado, Rosa, isso chegaria no dia 6, de tarde.

Então, eu acho que, assim - Lília, pode me corrigir, porque eu estou só olhando o cenário MEC -, num cenário muito incrível, isso sai e circula no dia 8, de tarde, que é mais ou menos o tempo em que a nota técnica vai estar pronta.

Então, eu fico tranquilo com esse prazo e, da parte do MEC, se houver qualquer questionamento, eu vou dizer assim: "Olha, sairá uma nota técnica até sexta-feira esclarecendo todos os procedimentos, como foi no ano passado, no mesmo *site*". O bom, agora, é que a gente tem um *site*, tem a memória do ano passado, que a gente pode, todo mundo, institucionalmente: "Olha, semelhante ao ano passado, vai sair uma nota técnica esclarecendo todos os procedimentos". E, aí, qualquer um de nós que formos pautados, a grande diferença no procedimento é o fator de equidade racial e socioeconômica, que neste ano nós temos os dados. Então, até aí, eu acho que todos nós estamos muito confortáveis para dar essa informação e para dizer que, até dia 8, todas as informações estarão públicas.

Bom... Gláucio?

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Gente, desculpa a minha dislexia aqui, o meu TDAH, sei lá... Mas, só para ficar claro, pelo menos para mim, talvez ficou para vocês. Nós estamos conversando o



seguinte: emite-se o resultado hoje, correto? E se faz um ofício hoje; e a nota técnica, amanhã. É isso?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - A nota técnica, a proposta, até agora, é até o dia 7, no final do dia.

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Até o dia 7, não é? E aí, então, estão todos, assim, confortáveis com isso?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Por ora, nenhuma manifestação em contrário.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Somente a minha preocupação que trouxe aqui, Gláucio, de os Governadores se falarem ali. Caso essa comunicação seja feita de alta liderança para alta liderança, pode gerar ali um certo desconforto porque ainda não tem a nota técnica.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Lília... Eu vou fazer uma pergunta para a Lília e Gláucio, diretiva, para saber, assim: existe um plano B do Senado Federal não sendo dia 12, Lília, uma data pré-engatilhada?

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Tem, eu já verifiquei isso ontem. Seria dia 18, é uma segunda-feira.

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Bom, a partir dessa informação, que eu estava pensando se falava ou não, eu só queria opinar o seguinte, é um pouco do *timing* da Casa, né?

Se for semana que vem, é terça; se for na outra, é segunda. A terça é melhor que a segunda.

O SR. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Era meu próximo comentário.

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Se o prazo está apertado pra caramba... Desculpe, Lília. Eu te interrompi? Pensei que você já tinha terminado.

O SR. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Não, não, era só complementando mesmo o que você está falando, né? Segunda-feira é um dia muito esvaziado na Casa. Então, a comenda acaba perdendo...

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Mas, assim, os andamentos estão numa velocidade maravilhosa e ninguém quer apertar o pescoço de ninguém, entendeu? Se todos aí... se for um consenso: "Não, vamos fazer com mais segurança e deixar para a frente". Tudo bem, eu acho que são vocês que decidem. Isso não vai estragar o prêmio.

Se puder ser hoje, a partir daí ser terça-feira que vem, no meu ponto de vista seria melhor. Mas é o meu ponto de vista.

Então, assim, já que me perguntaram, eu falei. (*Risos.*)

Joguei a bola de volta aí para vocês, entendeu? Se fosse hoje, seria ótimo; se não for hoje, não há, assim, um prejuízo sério sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Tá, eu vou trazer uma questão.

Então, nós temos duas questões para pensar. Primeiro, nós temos um cronograma apresentado aqui, que é: o ofício hoje para o Senado Federal, anunciando o resultado; nota técnica disponibilizada pela Débora hoje; contribuição das organizações até o dia 7, às 12h, com finalização de tudo até o dia 7, com o compromisso de o Senado Federal se esforçar para tudo estar pronto dia 8, na sexta-feira, e disponível para todo mundo antes do... Porque dia 8 é sexta-feira, se não me falha a memória. o.k.? E esse é um cronograma. Até aí, tudo bem, todo mundo entendeu.

O segundo ponto, que surge a partir da informação da Lília, é desafogando... esses prazos nossos eu acho... nem sei se precisamos desafogar, mas desafogava a urgência de comunicação do Senado Federal e se poderia lançar isso para o dia 18, a próxima segunda-feira.

Lília e Gláucio... Lília diz: "Ó, essa data já está plano B nosso aqui previamente alinhada". Gláucio traz: Nesse dia 18, o ponto de atenção é a Casa do Senado Federal. Ali, os Senadores, os Deputados, esse pessoal que está aqui em Brasília, porque é uma segunda-feira.

E aí? Agora passo para Júlia, Márcia e Débora, para se manifestarem sobre esses pontos e trazer outros. (*Risos.*)

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Está certo, gente. Vou, então, se... Não havia me inscrito sobre isso, mas já posso opinar sobre isso. (*Risos.*)

Assim, sinceramente, gente, eu acho que a decisão com relação à data, de ser dia - agora eu estou atrapalhada na data - 12 ou dia 18, eu acho que depende muito mais do Senado do que de nós.



Então, eu acho que nós estamos com tudo engatilhado e concordo aí que uma terça-feira é mais interessante do que uma segunda-feira aqui em Brasília. Mas, assim, acho que aí são os trâmites do próprio Senado no que se refere às próprias... às comunicações, aos tempos, aos prazos para decidir sobre o plano A, dia 12, ou o plano B, dia 18.

Então, acho que contem com o nosso trabalho do lado de cá, e eu acho que as pessoas que eu vejo aqui enquanto eu falo concordando... porque eu acho que essa decisão estaria mais aí na mão do próprio Senado Federal.

Acho que podemos trabalhar com essa nota, com esse... Não sei de que tamanho é a nota, Débora, ou o que é a complexidade. Assim, eu estou aqui no primeiro ano com esta Comissão e é isso até que eu queria entender. A gente tem... Eu fiquei em dúvida agora, são duas ou três notas. Tem uma nota, que é a nota técnica do Inep, em que a gente não apita; eles vão esclarecer os pontos e essa não será compartilhada. A nota técnica que a Bem Comum já elaborou se refere aos processos decisórios, às decisões que a gente tomou aqui na Comissão - então, aqui.

E aí a Márcia, se eu não me engano, ponderou com relação... - acho que a Márcia... acho que foi a Débora, na verdade - falou sobre uma nota preparada pelo núcleo do Senado, que o espírito da comenda seja realmente esse. Então eu fiquei em dúvida se haverá uma terceira nota ou se essas questões são incorporadas nessa nota técnica mais geral - eu estou achando até que seja isso. Então a gente tem duas notas: é uma nota técnica do Inep, que vai falar sobre os dados, e a outra nota técnica nossa; é isso.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Vou esclarecer, Júlia.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Tá.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Tem as notas técnicas do Inep, sobre as quais nós não opinamos, não atuamos diretamente. Essas notas técnicas são duas, na verdade: uma diz respeito à elegibilidade e a outra diz respeito aos dados de equidade. Eles estão mandando os dados para a gente a partir de notas técnicas.

E tem a nota técnica deste comitê, em que a gente esclarece todos os pontos que nós validamos - aquelas apresentações de eslaide. Nessa nossa nota técnica, a gente referenda os dados, por exemplo, "equidade: usamos os dados enviados pelo Inep, conforme nota técnica tal e tal", então a gente se refere; "elegibilidade: usamos os dados assim e assim disponibilizados pelo Inep". Então a gente, na nossa nota técnica do comitê, nós referendamos essas notas técnicas anteriores.

Dentro dessa nossa nota técnica do comitê, a gente abre espaço para o que Rosalina trouxe - Márcia trouxe também - de ter um lugar em que se fale assim: "A comenda Governadores da Alfabetização...", e ali a gente traz o espírito da comenda, dessa mesma nota técnica.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - A gente havia, inclusive, em alguma reunião anterior, ponderado com relação a essa questão...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Exato.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - ... de a gente falar mais da gestão do que do Governador em si, embora o título da comenda leve "Governadores pela Alfabetização".

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito, é dentro dessa ambiência dessa nota técnica...

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - ... produzida por este comitê. Esta nota técnica - uma vez que este comitê a organiza, a partir dessa minuta inicial que Débora traz - a gente a manda para as instituições e elas oferecem contribuições.

O copilado final dessa nota técnica - quem fez no ano passado foi o Senado Federal - é um copilado final assim: muda o verbo, altera, aqui traz mais um parágrafo. As instituições já são muito propositivas, elas já trazem uma escrita do que elas querem mudar.

Então Lília ficou em articulação comigo. Ela incorporava, mandava para eu ler, aí eu falava com Débora: "Débora, é isso mesmo?". E aí a gente deu a validação final da nota técnica para o Senado publicar.

Está bom? Esclareci?

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Perfeito. Por mim, o.k.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom.

Passo para Márcia e Débora, na sequência.



A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Obrigada, João.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Quando Débora for falar, aí a gente finaliza esse entendimento, vota, e aí eu tenho uma demandinha última para Débora: pedir para ela mostrar como está a nota técnica antes de a gente sair da reunião.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Perfeito, João, obrigada.

Só ia fazer uma sugestão: a visão que o Gláucio traz - e a Lília - é superimportante, então eu manteria a comenda para o dia 12. Eu tinha dito que a gente poderia fazer a validação da nota técnica até dia 7 ao meio-dia. Minha proposição agora é de fazer a validação até amanhã no final do dia, para que a gente ganhe um tempinho a mais. Acho que é uma força-tarefa que vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom, Débora, com a palavra você. Então, vamos lá.

Márcia está trazendo uma proposição - antes de passar para a Débora - de a gente, em vez de validar até o dia 7, validar até amanhã - ao final do dia ou ao meio-dia, Márcia?

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Ao final do dia, João. Até amanhã às 6h, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom, às 6h...

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Às 11h59, Márcia; 23h59! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Às 23h59... O.k.

Débora e Dantas.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - Eu ia ainda opinar sobre a data. Eu acho que, para fins de mobilização a respeito da alfabetização de crianças, a terça-feira é o melhor dia no Senado Federal. A minha única ponderação com relação à realização no dia 12 é a mobilização para a garantia da presença dos Governadores no próximo dia 12, porque, caso esse resultado seja oficializado hoje até o final do dia, e amanhã a equipe do Senado Federal consiga entrar em contato com os Governadores, eu acho que é um prazo razoável, de uma semana quase, para que os Governadores ajustem suas agendas e estejam presentes.

Acho que existe um risco de termos a presença, talvez, de um secretário de educação representando um Governador, e isso é um risco, porque é uma comenda para Governadores, então se espera que o Governador se faça presente.

É bem redundante isso, mas era esta a minha ponderação com relação ao dia 18: existe mais tempo para articulação e organização das agendas e garantia da presença dos Governadores, mas, do ponto de vista de mobilização, é importante que o Senado Federal esteja mais cheio do que esvaziado, como é numa segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Eu gostei muito do encaminhamento que a Júlia trouxe, em que ela disse assim: "Vamos ver [não sei se você, Débora...] o que nós conseguimos controlar". O que nós conseguimos controlar é o ofício, que hoje a gente consegue controlar e está o.k., e a nota técnica, se todo mundo estiver de acordo em validar até amanhã às 23h59.

Dito isso, eu acho que, para a gente, para todo mundo fica muito confortável devolver a bola para o Senado Federal; aí, estará com o Senado Federal dizer assim: "Consigo usar força institucional e ter todo mundo na terça-feira, dia 12? Não consigo? O que faço?". Eu acho que a gente pode inclusive encaminhar que, por uma mensagem lá no grupo, digam se vai ser mesmo no dia 12 ou se vai ser mesmo no dia 18, porque eu acho que atenderia a todo mundo aqui.

Dantas - antes de eu colocar em votação.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Se a participação do Senado Federal for do locutor que vos falamos, eu não tenho condições de fechar isso amanhã; só teria condições de fechar na manhã do dia 7 a versão final da nota, incorporando tudo. É um problema específico de agenda, porque eu estou no meio de uma semana muito pesada de trabalho. Entre outras coisas...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Mas, Gláucio, o seu dia de trabalho...

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Entre outras coisas, eu tenho que fazer o *folder* de divulgação desse negócio, porque eu o estou escrevendo, estou com essa responsabilidade. O *folder* eu combinei de entregar amanhã de manhã para a Secretaria-Geral da Mesa poder imprimi-lo, para que a coisa seja distribuída na terça-feira, mas aí me prende, porque eu tenho uma reunião à tarde, também, com outro assunto, a que eu não posso faltar; então, eu não teria condições de fechar, não.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - E Gláucio... Gláucio, não; Dantas. Tranquilizando-o, o seu trabalho começa às 7h do dia 7, porque as instituições contribuiriam com a nota técnica no dia de amanhã, e o Senado Federal receberia a missão no dia 7 pela manhã, então era o dia em que você... Ali, é força máxima: eu, você e a Lília.

Eu vou precisar, no dia 7, certamente, de Débora, mas é no dia 7, viu?

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (*Por videoconferência.*) - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Tranquilizando-o nesse ponto.

Márcia está inscrita? Não mais? (*Pausa.*)

Eu ponho, então, em deliberação se todos estão de acordo com o seguinte cronograma...

Ouvindo todo mundo agora.

Ofício: no dia de hoje, o.k.? Para a gente ir finalizando o ofício. Alguma...?

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Então, ofício, no dia de hoje, o.k. para todo mundo, né? (*Pausa.*)

Nenhuma manifestação em contrário.

Nota técnica: produção até... A produção inicial a Débora já fez. Muito obrigado, Débora, porque isso só vai ser possível porque você já chegou aqui com a nota técnica em andamento.

Revisão da nota técnica: até às 23h de amanhã?

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - O.k.? Nenhuma manifestação em contrário?

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - O.k.

Finalização da nota técnica pelo Senado Federal: dia 7, porque isso não precisa votar, isso é Dantas ali. O.k., né? (*Pausa.*)

Então, aprovado este cronograma. Tudo o.k.; muito obrigado.

Agora, antes de terminar a reunião, eu queria, já que vocês vão receber a nota técnica ainda hoje, que Débora a projetasse para, visualmente, vocês só verem como ela está organizada. É uma coisa rápida, Débora, assim, de cinco minutos...

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Ela já até compartilhou no...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - No grupo?

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - ... no chat a nota técnica, tá?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Ah! Oh, Débora, desculpe-me, então...

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - João, uma dúvida só: quando é que a gente tem a confirmação, então, de se vai ser no dia 12 ou no dia 18? É amanhã?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Eu penso que o Senado Federal, até amanhã, ou dia 7, sai...

Lília? Lília já levantou a mãozinha.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Eu acho que a gente pode confirmar amanhã, a partir dos primeiros contatos com os Governadores.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - É, porque vai ver se é viável a presença deles; perfeito.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - A Débora colocou essa questão, e eu acho muito importante a gente reforçá-la aqui: acho que, no meio da tarde, a gente já consegue ter um retorno das assessorias, confirmando



aquilo que você falou previamente. Então, até chegar ao Governador, demora um certo tempo; vai falar com o cerimonial, para aí mandar para a gente... A partir do meio da tarde, eu consigo dar um retorno do que a gente está tendo de *feedback* das assessorias para a gente confirmar a data.

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - Então, Lília, rapidinho: até amanhã à tarde, a gente deve... Quer dizer, até amanhã no fim do dia a gente deve ter essa confirmação?

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - É, uma noção de se a gente vai conseguir Presidência. E, até respondendo à questão que acho que foi a Márcia que colocou...

A SRA. MÁRCIA FERRI (*Por videoconferência.*) - É, era isso que eu ia perguntar.

A SRA. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - ... no *chat*: as sessões aqui de premiação concorrem com as sessões deliberativas, especiais e de debates temáticos do Senado. Então, já há uma sessão especial marcada para terça-feira, dia 19. A gente não tem disponibilidade de Plenário, porque de manhã tem essa sessão especial e à tarde tem a deliberativa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito. Débora, por favor.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - Bom, gente, está compartilhado com vocês no modo “comentários”. Então, qualquer sugestão que vocês tenham de alteração vocês podem fazer o comentário na linha, e aí a gente a incorpora no dia 7.

A primeira informação é o índice, com o que vem contido nesta nota técnica: o assunto, o critério de elegibilidade, quais são os indicadores dentro de cada um dos eixos, a proposta metodológica e aí vem o cálculo final, a explicação intuitiva e a pontuação final e conclusões.

Então, a que se refere esta nota técnica, o critério de elegibilidade, que é de acordo com a resolução - e aí a gente vai ter que inserir o número da resolução.

Existe a taxa de 80% de participação, a taxa mínima de participação. Aqui, a gente coloca os dados oferecidos pelo Inep. Aqui a fonte é Inep, censo escolar.

Indicadores.

O eixo aprendizagem tem o indicador criança alfabetizada, e aqui se explica um pouco o que é o indicador criança alfabetizada e o avanço no percentual de crianças, entre 2024 e 2025.

Equidade racial e socioeconômica.

Também explica-se a diferença de aprendizagem entre BA (brancas e amarelas) e PPI (pardos, pretos e indígenas) e a redução na diferença de aprendizagem entre estudantes de nível socioeconômico distintos, né? Alto nível socioeconômico e baixo nível socioeconômico.

Assim como a formação de professores.

A gente tem aqui os critérios elencados na comenda, e a taxa de engajamento, considerando cota-parte do ICMS, e aí a cota-parte do ICMS tem três critérios relativos a ela, e a taxa de frequência escolar e escolarização, a Tafel, como a gente chama.

Aqui, é a proposta metodológica.

Aí a gente vem com as fórmulas e com aqueles critérios que nós mesmos criamos. Então, pontuação e o intervalo de aprendizagem, assim como a pontuação e o intervalo do avanço, a explicação intuitiva...

Então, aqui é uma forma simplificada de entender o que estão falando as fórmulas.

Equidade racial.

Aqui já se está considerando a ponderação do indicador de equidade racial, onde o peso PPI será 3 e o peso de brancos e amarelos será 2, assim como deliberado neste grupo.

Aqui a fórmula.

O nível socioeconômico, também indicando o peso - fórmula. Refere-se à nota técnica do Inep.

Observações...

Aqui existe uma observação sobre arredondamento dos números, aquela questão que estava dissonante do número que a Bem Comum chegou do número que o Inep apresentou. Então, é importante a gente citar.

Formação de professores.

Aqui vai se referir também ao documento enviado pela Secretaria da Educação Básica, também referenciado com as informações de formação de professores, participação e formação de gestores.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E engajamento.

Da mesma forma a pontuação, à qual a gente chegou dentro dos intervalos, para percentual da cota-parte atrelada aos resultados de aprendizagem; para o peso da alfabetização no índice do ICMS; para o impacto da qualidade educacional nos repasses, assim como qual é o indicador geral do ICMS, como se calcula o indicador geral do ICMS, uma média dos três microindicadores, vamos dizer assim - a explicação intuitiva.

Taxa de escolarização líquida.

Também com a pontuação que nós definimos.

E, por fim, vem como é calculada a pontuação final, com o resultado do eixo de aprendizagem, o eixo de equidade, o eixo de formação e o eixo de engajamento, assim como a conclusão geral desta nota técnica.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Perfeito.

Obrigado, Débora.

Essa nota técnica já está disponibilizada para vocês. Eu peço que a Lília adote também, só por procedimento, para a gente mandar por *e-mail* para vocês esse *link*, para vocês terem acesso também ao *e-mail*...

No *e-mail*, Lília, é só reforçar que se trata de um documento interno, em construção; não recomendamos, portanto... O mesmo que a gente fez com a divulgação dos dados, só para pecar pelo zelo e pelo excesso, está bom?

Alguém mais tem alguma consideração? Acho que... (*Pausa.*)

Oi, Júlia.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Colegas, queria só saber como a cerimônia em si está estruturada, qual a expectativa, o roteiro... Imagino que deve seguir...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Não temos nada disso definido ainda. (*Risos.*)

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - Não, mas deve seguir aí um padrão. Não sei se tem alguma expectativa, se tem aqui a confirmação. Quer dizer, tem uma confirmação para o dia 12 do meu representante.

Tem alguma expectativa de fala, alguma coisa? Ou não? Porque imagino que, obviamente, quanto maior a presença aí de Governadores e Senadores, menor o espaço de outras pessoas falarem, mas o que é bom, obviamente, porque a gente quer essa participação.

Enfim, não sei como foi no ano passado.

Eu encontrei até as notas e pelas notas eu só vi... parece que a Marlova foi a única parceira que falou, aí eu fiquei em dúvida e quis me certificar aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Foi isso no ano passado; segue o protocolo do Senado Federal.

Em geral, a gente recebe essas informações mais próximo - de como vai ser -, mas eu já queria pedir para que todo mundo tomasse a providência que Júlia trouxe de já falar com seu estratégico imediato, já bloquear essa data, já se antecipar ao estratégico imediato das instituições e bloquear sua agenda.

Quem está fora de Brasília já também pode alertar os procedimentos de passagem, deslocamento, e aguardar a Lília confirmar que vai ser mesmo no dia 12, mas já deixar isso pré-alinhado.

No ano passado, quanto à solenidade, Júlia, havia a previsão da fala da Marlova, do Comitê, e nós articulamos ali no bastidor, na hora, para ter uma fala de um membro do comitê, e era até a Débora que iria falar, mas a solenidade se alongou tanto e se alongou tanto, que, no final, o Senado Federal, a partir de toda a Comissão do cerimonial, saiu cortando todo mundo.

Então ainda escapou a Marlova, porque, quando começou o corte, ela já estava falando, mas depois dela saiu a representação do MEC, saiu a representação do Comitê, e foi assim.

Foi uma aventura para a Lília e demais do Senado Federal. Demorou cinco horas - alguém botou aqui.

Foi enorme, mas foi muito lindo - mas foi muito cansativo.

Oi, Rosa.

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Não, só para trazer esse ponto, porque, no dia 12, o João Alegria está de férias, e nesse dia eu já tinha uma outra agenda anteriormente à comenda, e eu não consegui desmarcar.



Reunião de: 05/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Hoje eu estava aqui conversando internamente quem iria nos representar, estava buscando alguém aqui da fundação para estar com vocês. Se for no dia 12, teremos que seguir mais ou menos isso, ou seja, uma representação institucional aqui da fundação.

No dia 18, já conseguiria articular para o João e também a minha presença - confirmar a presença dos dois -, mas no dia 12 vai ser bastante difícil.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - A gente já está sabendo agora: se passar para o dia 18, foi figa que você fez. (*Risos.*)

A SRA. ROSALINA MARIA SOARES (*Por videoconferência.*) - Hoje eu nem sabia dessa possibilidade. Falei: pô, no dia 18 vai ser melhor, mas...

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom. Obrigado, Rosa. A gente supercompreende.

A SRA. THAMIRES MIROLI (*Por videoconferência.*) - Gente, eu não consigo escrever aqui da sala, mas só para deixar aqui: da Fundação Lemmann, vai a Daniela Caldeirinha, que é Vice-Presidente de Relações Institucionais aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom.

Só para facilitar a vida do Senado Federal, eu queria pedir para vocês também, como encaminhamento, para vocês colocarem lá no nosso grupo para quem o Senado Federal deve enviar o convite: o nome completo da pessoa - ou das pessoas - que as instituições gostariam que fosse convidada, mais o *e-mail* institucional, porque isso sempre é uma novela quando vai mandar ofício. Então, só para ajudar a Lília a fazer esses despachos administrativos aí, está bom?

O.k.

Lília, você tem algum pedido, alguma coisa, Alguém do Senado Federal?

O SR. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Não, por enquanto está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom.

Então, aprovado esse cronograma, eu queria, antes de encerrar, agradecer novamente os esforços de todo mundo, destacar mais uma vez os esforços da Débora, e ela representando a Associação Bem Comum pela atuação preventiva e antecipada em relação aos próximos passos.

Então, acho que isso deu muita vazão a essa parte final.

Gostaríamos de agradecer de forma muito particular ao Eduardo, pela construção das duas notas técnicas, a construção a tempo, deixar registrados os agradecimentos também ao Ministério da Educação pela resposta com as duas informações e deixar também expresso o agradecimento a todas as instituições que até aqui desmarcaram reunião, garantiram quórum...

É importante notar que nós tivemos sempre um quórum de 100% de participação nas reuniões. Então, isso foi muito importante, e eu agradeço demais.

Gláucio?

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - Só para confirmar com a Lília e com o Marcelo: ficou registrada a votação, não é, do resultado?

O SR. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Sim.

O SR. GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO (*Por videoconferência.*) - O.k.

Desculpe-me. Só isso.

O SR. MARCELO SEBASTIÃO STARLING FERREIRA (*Por videoconferência.*) - Eu só pediria ao Presidente para anunciar, de qualquer maneira.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Fizesse o quê?

O SR. MARCELO SEBASTIÃO STARLING FERREIRA (*Por videoconferência.*) - Anunciasse o resultado final.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Precisa ler todos os nomes?

O SR. LILIA DE MELO (*Por videoconferência.*) - Só os cinco.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Pode projetar, Débora? Porque aí eu já faço a leitura a partir daqui da sua projeção.



A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIEGAS (*Por videoconferência.*) - Este é o resultado ranqueado, com a ponderação do indicador racial.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Três por dois, dois por três, o.k.

Considerando, então, todas as discussões até aqui, os encaminhamentos, eu anuncio a todos os resultados dos classificados para a comenda, edição de 2025, que será entregue em 2026.

Restaram classificados para o recebimento da comenda o Ceará, o Mato Grosso, o Espírito Santo, o Piauí e a Paraíba.

Os próximos encaminhamentos desta Presidência vão ser: assinar o ofício de informação ao Senado Federal, informando esse resultado - isso vai ser feito ainda até o final do dia de hoje -, bem como a providência da equipe do Senado Federal que nos apoia em encaminhar o *e-mail* com a nota técnica, produzida inicialmente, preliminar, pela Débora, a todos os membros do Comitê, ainda no dia de hoje, para que esses ofereçam contribuições até o final do dia de amanhã; e o comprometimento da equipe do Senado Federal de organizar e sistematizar todas as informações da nota técnica até no máximo dia 7, como primeiro *time*, e organização do *site*, até o dia 8, como nós articulamos aqui; e os membros do Comitê listarem no grupo os nomes das representações institucionais para as quais nós devemos tomar providências imediatas do convite; também realizarem as articulações quanto ao bloqueio da agenda pessoal e das lideranças que desejam que sejam convidadas.

Estão todos de acordo, só para ter a aprovação de todos? Sinalizem lá no grupo aprovado, aprovado, de acordo, de acordo.

A SRA. JÚLIA MEDEIROS NETTO RIBEIRO (*Por videoconferência.*) - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Tendo o de acordo de todo mundo e a aprovação, eu gostaria de concluir os trabalhos deste Comitê, comunicando...

O SR. MARCELO SEBASTIÃO STARLING FERREIRA (*Por videoconferência.*) - João, desculpe-me por te atravessar.

Só falta também, na parte protocolar, a questão da ata desta reunião ser aprovada de forma virtual.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Ah, tá. Perfeito.

Então, como passo seguinte, nós iremos produzir, a partir das notas e desta gravação, a ata desta reunião, que será depois submetida ao grupo, para aprovação de vocês lá pelo grupo mesmo, e a gente coloca as aprovações. Está bom?

A partir disso, eu gostaria de concluir os trabalhos deste Comitê, comunicando que os agraciados na edição de 2025 - que será publicizada em 2026 - da Comenda Governadores da Alfabetização serão imediatamente comunicados ao Senado Federal, ao mesmo tempo em que agradeço a participação de todos nesta reunião, não havendo, *a priori*, a previsão de uma agenda da próxima reunião.

Mas há o comprometimento desta Presidência do Senado Federal com o Dantas, de puxar uma reunião após a divulgação dos resultados, para a gente discutir aqueles encaminhamentos para o aprimoramento da comenda e de todos os outros procedimentos que foram citados aqui, ainda no decorrer deste... Para a gente iniciar ainda neste semestre, né, Dantas?

Aí, a gente chama uma reunião, ainda neste semestre, para a gente definir um prazo, um calendário mais organizado, para a gente dar conta dos próximos passos. Está bom?

Era isso, gente. Muito obrigado.

O SR. MARCELO SEBASTIÃO STARLING FERREIRA (*Por videoconferência.*) - João... Desculpe-me, Márcia. De novo, meu Deus do céu! Perdão, pessoal.

Vou te mandar neste... O ofício já está pronto, o ofício comunicando o Presidente do resultado, e eu vou te mandar neste exato instante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Mendes de Lima. *Por videoconferência.*) - Está bom, gente. Agradeço a todos.

Boa noite.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Iniciada às 17 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 17 minutos.*)



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE DEFESA DOS FEIRANTES





SENADO FEDERAL

Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da **Reunião de Instalação da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes (FPMF)**, realizada em 19 de maio de 2026, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senadora Damares Alves
- Vice-Presidente: Senador Izalci Lucas
- Secretária-Geral: Deputada Bia Kicis

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Assinatura manuscrita em azul da Senadora Damares Alves.

Senadora **DAMARES ALVES**
Presidente da FPMF





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 19 de maio de 2026
(terça-feira)
às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE DEFESA DOS
FEIRANTES - FPMF

	Reunião de Instalação da FPMF
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3



Resultado da 1ª Reunião da FPMF, em 19 de maio de 2026

2

Reunião de Instalação da FPMF

Assunto / Finalidade:

ITEM 1: instalar a Frente Parlamentar na 57ª legislatura;

ITEM 2: aprovar o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

ITEM 3: eleger a Comissão Executiva da Frente Parlamentar.

Resultado: Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senadora Damares Alves
- Vice-Presidente: Senador Izalci Lucas
- Secretária-Geral: Deputada Bia Kicis





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
DAMARES ALVES	PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	
ROBERTA ACIOLY	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI	
LEILA BARROS	PRESENTE
VAGO	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
CARLOS ZARATTINI	
ICARO DE VALMIR	
BIA KICIS	

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
MOSES RODRIGUES
NETO CARLETTO
PLÍNIO VALÉRIO





SENADO FEDERAL

REGIMENTO INTERNO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE DEFESA DOS FEIRANTES

I – Da Atuação, Sede e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes, constituída nos termos da Resolução do Senado Federal nº 3, de 15 de abril de 2026, é uma associação suprapartidária com atuação em todo o território nacional, constituída no âmbito do Congresso Nacional, com sede e foro na Capital Federal, que se rege de acordo com os termos deste Regulamento.

§ 1º As reuniões da Mesa Diretora, as reuniões de membros, as audiências públicas, as oitivas e os debates serão realizados, preferencialmente, nas instalações do Congresso Nacional, em Brasília, em local, data e horário definidos pelo Presidente.

§ 2º As atividades previstas no § 1º poderão ser realizadas fora da sede da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes sempre que isso se mostrar conveniente à promoção de suas atividades e à efetividade dos seus trabalhos.

Art. 2º São objetivos da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes:

I – realizar exame diagnóstico dos cenários econômico, social e legal relativo às atividades de feirantes;

II – examinar o arcabouço normativo incidente sobre as aludidas atividades, identificando a necessidade de regramento, de aprimoramento e de supressão de lacunas nas leis, elaborando as proposições necessárias quando incidente a competência legislativa da União e noticiando aos demais entes federativos nas situações remanescentes;

III – identificar os elementos componentes do ambiente de negócios dos feirantes;

IV – identificar situações que configurem ilícitos, fazendo comunicação formal, quando necessário, aos órgãos competentes, inclusive o Ministério Público e a Defensoria Pública.





SENADO FEDERAL

Art. 3º São atribuições da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes, além de outras que venham a ser determinadas em função dos seus trabalhos, das informações e dados objetivos, das conclusões parciais erigidas, do exame fático da realidade econômica, financeira e legal da atividade dos feirantes e do atendimento pleno de seus objetivos:

I – ouvir os feirantes, suas entidades associativas e seus representantes legais;

II – apresentar formalmente perante o Congresso Nacional minutas de proposições legislativas que versem sobre matérias de interesse dos feirantes insertas na competência legislativa da União;

III – realizar eventos para debater formas de incremento, apoio e regulação da atividade de feirante;

IV – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, órgãos de classe e entidades da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos;

V – acompanhar os processos legislativos federais, estaduais, distrital e municipais que tratem de matéria do interesse dos feirantes, mantendo constante interlocução com as autoridades envolvidas;

VI – promover a articulação entre parlamentares, entidades representativas dos feirantes, órgãos governamentais e demais atores envolvidos na atividade feirante;

VII – debater e propor medidas legislativas, programas e políticas públicas que visem à valorização, à regularização e ao fortalecimento das feiras livres e dos feirantes;

VIII – realizar audiências públicas, seminários, palestras e outras atividades afins que fomentem o debate e a troca de experiências sobre a atividade feirante;

IX – acompanhar a implementação e a efetividade das políticas públicas voltadas para os feirantes;

X – apoiar iniciativas que promovam a qualificação profissional, a capacitação e o acesso a crédito para os feirantes;

XI – zelar pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos feirantes;





SENADO FEDERAL

XII – fiscalizar eventuais abusos e irregularidades relacionados à atividade feirante, buscando soluções adequadas;

XIII – representar os interesses dos feirantes perante os órgãos competentes e demais instâncias de poder.

Art. 4º A Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes é integrada pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, adquirindo a condição de membros fundadores, bem como por outros membros do Congresso Nacional que a ela vierem posteriormente aderir, adquirindo a condição de membros efetivos, mediante a assinatura de instrumento próprio.

II – Da Mesa Diretora

Art. 5º A Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes tem como seu órgão diretivo a Mesa Diretora, composta pelos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – Secretário-Geral.

Parágrafo único. Os membros da Mesa Diretora são eleitos para mandato bienal pelos membros fundadores e efetivos da Frente, admitida a recondução.

Art. 6º Compete à Mesa Diretora:

I – submeter à apreciação de seus membros o Plano Anual de Trabalho;

II – organizar e divulgar as atividades previstas no Plano de Trabalho;

III – praticar os atos administrativos necessários ao funcionamento da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes;

IV – manter contato e diálogo com instituições, públicas ou privadas, que busquem objetivos similares aos seus.





SENADO FEDERAL

Art. 7º Compete à Presidência:

I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes;

II – convocar e presidir as reuniões de seus membros e as reuniões da Mesa Diretora, determinando a respectiva pauta de trabalhos;

III – convocar audiências públicas e outros eventos necessários à consecução das finalidades da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes;

IV – praticar os atos administrativos e civis necessários à consecução dos objetivos da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes.

Art. 8º Compete à Vice-presidência:

I – assumir a Presidência e o desempenho de suas funções quando de ausências ou impedimentos do Presidente;

II – desempenhar outras funções que lhes sejam designadas.

Art. 9º Ao Secretário-Geral compete:

I – assumir a Presidência e o desempenho de suas funções quando de ausências ou impedimentos do Presidente ou do Vice-presidente;

II – secretariar as reuniões da Mesa Diretora e das reuniões de membros da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes;

III – organizar a manter os arquivos dos documentos recebidos e produzidos;

IV – comunicar aos membros as decisões da Mesa Diretora;

V – expedir os demais atos necessários à consecução dos objetivos da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes.

III – Das Disposições Gerais

Art. 10. As omissões deste Regulamento serão decididas pelo Presidente, sendo as decisões, se detentoras de caráter normativo, submetidas à aprovação dos membros em reunião.





SENADO FEDERAL

Art. 11. As dúvidas sobre a interpretação deste Regulamento serão dirimidas pelo Presidente, cabendo da decisão recurso ao plenário da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes.

Art. 12. O presente Regulamento pode ser alterado por iniciativa de qualquer de seus membros fundadores e efetivos, aprovada a alteração por dois terços da composição da Frente.

Art. 13. A reunião de instalação da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes será convocada e presidida pelo parlamentar que houver coordenado sua criação e a instalação.

Parágrafo único. Na reunião de instalação, dever-se-á deliberar sobre este Regulamento e eleger, por maioria de seus membros, a primeira Mesa Diretora.

Senadora DAMARES ALVES



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
19/05/2026 - 1ª - Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) - Boa tarde, boa tarde! Gente, deixem-me fazer aqui um roteiro, primeiro, formal.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes, cuja pauta hoje tem três itens. Um é instalar a frente parlamentar na 57ª Legislatura - que é esta agora, a que termina no finalzinho deste ano, no comecinho do outro. Dois é deliberar sobre o estatuto da frente parlamentar, o estatuto já está distribuído entre os Parlamentares. Até este momento, a frente conta com sete Senadores e três Deputados Federais. No item 3, a gente vai ter que eleger a comissão executiva desta frente.

Eu não vou fazer isso direto, sem, antes, agradecer a todos vocês que estão aqui com a gente. Eu confesso que eu estou surpresa... Está surpreso, Izalci? *(Risos.)*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) - A preocupação é muito grande, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Eu sei que nós temos assuntos muito, muito relevantes para tratar, a partir de agora, nesta frente parlamentar, mas hoje é uma reunião de instalação. Hoje, a gente não vai discutir os nossos problemas nesta reunião, porque a gente não pode regimentalmente.

É claro que o nosso time vai falar alguma coisa, mas eu quero muito agradecer a presença de vocês aqui. A presença de vocês aqui... E nós temos gente lá no outro plenário, tivemos que dividir em dois plenários. O Senado inteiro está perguntando: "O que é isso?!". É! Obrigada, gente. A imprensa está perguntando: "O que é isso?!". Vocês não têm ideia da importância para a gente de vocês estarem aqui, porque a presença de vocês está mandando um recado: nós existimos e não podemos mais ser ignorados no país. *(Palmas.)*

Esta frente parlamentar está nascendo aqui no Senado, e tem gente perguntando aí: "Mas vocês vão cuidar das nossas feiras do GDF?". Claro, também, mas por que ela está nascendo no Senado com a participação de Deputados Federais? É uma frente parlamentar mista, isso quer dizer: de Senadores e de Deputados Federais.

Por que ela está nascendo? Porque nós chegamos à conclusão - e aqui eu quero fazer jus ao Senador Izalci - de que não podemos mais fazer nenhuma discussão no Congresso Nacional sem ouvi-los, e a melhor forma de vocês serem ouvidos é por meio de uma frente parlamentar.

Eu quero lembrar que aqui a gente toma decisões de Brasil, são decisões federais. É claro que a gente vai acompanhar casos pontuais: o que está acontecendo lá com as feiras do Amapá, lá com as feiras do Norte, com as feiras de São Paulo, com as feiras do DF, claro. E vocês têm a alegria de ter dois Senadores do DF na frente, e a maior alegria ainda é que a Presidente desta frente - porque eu estou me candidatando - e o Vice - que está se candidatando - são do DF. Então, vocês terão... É claro que a gente vai dar uma atenção especial ao nosso público.

E por que a gente está instalando esta frente? Vamos lembrar apenas desta legislatura. No início desta legislatura, nós discutimos o arcabouço fiscal, Secretário Patury... Está aqui à mesa comigo o nosso Secretário de Segurança do DF - vejam a importância desta frente parlamentar. Nós tivemos aqui no Senado a discussão do arcabouço fiscal. Não podíamos ter tomado decisões sobre o arcabouço fiscal sem ouvir vocês. Depois, nós tivemos aqui no Senado, na sequência, a discussão

1/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

sobre a reforma tributária. Como é que a gente decide sobre uma reforma tributária no Brasil sem os feirantes estarem à mesa? Uma reforma tributária vai alcançar diretamente, lá na ponta, quem? Os feirantes. Nós estamos discutindo agora - é por isso que o Patury está aqui - uma PEC da segurança. Nós estamos discutindo segurança pública. Como é que a gente vai tomar decisões sobre segurança no Brasil sem ouvir os feirantes?

A instalação desta frente - que eu tenho muita honra de estar neste momento aqui instalando - é um recado para o Brasil, para o Congresso Nacional de que nenhuma decisão mais, nenhuma, pode ser tomada sem ouvir os feirantes no país. São vocês que movimentam a economia, são vocês que estão fazendo a economia girar no Brasil, são vocês que geram emprego e renda no Brasil. Então, a instalação dela é para dizer o seguinte: "Estamos aqui. Nós existimos. Queremos ser ouvidos e queremos participar do processo de decisão no país".

Querem ver uma decisão? Até mesmo sobre violência contra a mulher. A gente não pode mais discutir violência contra a mulher sem falar com vocês, porque é um dos segmentos que mais emprega mulheres no país. A gente não pode tomar mais nenhuma decisão sobre pessoas com deficiência sem ouvir vocês. Quantas mães e pais nas feiras têm um filho em casa com deficiência ou têm um neto ou uma criança com autismo em casa? Não podemos mais tomar uma decisão sem ouvi-los.

Esta frente, claro, é para a gente cuidar dos assuntos pontuais que dizem respeito ao DF... E eu quero muito agradecer ao Governo por ter mandado o Secretário de Segurança, porque, já os ouvindo individualmente, Secretário, um dos grandes problemas nas feiras aqui no DF é a questão de segurança. E o senhor ter vindo aqui mostra a sua coragem, mas a gente não vai fazer a discussão hoje. A gente quer hoje abrir um canal direto com a sua secretaria, com as associações, com o sindicato, com os feirantes, ter uma pessoa da sua secretaria para fazer esse diálogo com eles, porque eles têm ideias extraordinárias, extraordinárias. Eu sei que o senhor está fazendo muito e sei do seu desafio de ter assumido agora como Secretário. A gente não pode cobrar aquilo que não foi responsabilidade sua, mas podemos cobrar daqui para a frente, não é, gente? Então, o que a gente quer é essa relação de proximidade da Secretaria de Segurança com os feirantes, com as feiras do Distrito Federal.

Assim, senhores, a partir de agora... O meu sonho era fazer um monte de barraquinha aqui nesse corredor, fazer um monte de banca aqui no Túnel do Tempo, para todo Senador passar ali e dizer: "Epa, não é que eles existem?". É porque tem Senador que faz muito tempo que não vai a uma feira - manda a empregada, manda o empregado. Eu vou às feiras. Você vai à feira, não vai, Izalci? Eu como nas feiras. Então, a gente precisa fazer o Congresso lembrar que vocês não podem mais ser prejudicados. Então, a partir de agora, dentro do Senado... Teve colega que perguntou: "Tu não tens o que fazer, não?". Eu disse: "É claro que tenho, e é por isso que fui eleita, é por isso que eu estou aqui". Há um segmento no Brasil que não pode mais ser deixado para trás.

Com muita alegria, com muita honra, inclusive de olho nas decisões do Governo Federal, inclusive de olho nessa história de licitação... *(Palmas.)*

Olhem a coincidência da instalação da frente, gente! Eu vou dizer uma coisa: eu sou uma mulher de muita fé. Eu não acredito em coincidência, eu acredito em "jesuscidência". A instalação desta frente veio num momento extremamente importante de decisões, mas o recado está dado. Nós vamos acompanhar as decisões do Governo Federal, nós vamos acompanhar as decisões dos governos estaduais, as decisões do Congresso, e nós vamos acompanhar também, Izalci, as decisões do Judiciário. E a mensagem é: eles têm voz e vez agora, dentro do Congresso Nacional.

Com essa minha fala, eu faço a abertura deste momento indo exatamente para o item 3, que é a eleição. É isso? *(Pausa.)*

Anunciando a composição da mesa: do meu lado à direita, sempre à direita - não é, Izalci? Ninguém entendeu nada, né? -, está o Senador Izalci, do Distrito Federal, meu parceiro amigo. *(Risos.)*; aqui do meu lado à esquerda - só na cadeira, né? -, está o Dr. Alexandre Patury, Secretário de Segurança Pública.

A mesa já está formada. A minha fala de alegria já foi. E agora nós vamos para a aprovação do estatuto da nossa frente parlamentar.

O estatuto já foi distribuído entre todos os membros. Os senhores não podem votar no estatuto, só quem pode votar no estatuto são os membros, e nós estamos com um membro aqui. Tem os outros que estão acompanhando, mas nós temos a presença de quatro membros da frente e eu quero chamar a atenção de vocês para quem são os Senadores membros. Bora conhecer?

São eles: a mais bonita do Brasil, a Senadora Damares Alves; o Senador Izalci Lucas, o mais bonito do Distrito Federal - olha lá que alegria -; o Senador Zequinha Marinho, do Pará; a Senadora Roberta Acioly, de Roraima, uma Senadora que acabou de chegar à Casa, uma Senadora incrível; o Senador Sérgio Petecão, do Acre; o Senador Jaime Bagattoli, de Rondônia.

2/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Vocês perceberam que o Norte veio para essa frente? Perceberam a preocupação do Norte com as feiras livres, feiras permanentes e mercado? Por quê? Porque no Norte, gente, vocês são extremamente importantes para a economia daqueles estados. Então, vejam que nós temos uma maioria de Senadores do Norte.

E, claro, que compõe também a nossa frente, para a minha alegria, a Senadora do DF - vocês só não vão dizer para ela que eu sou a mais bonita -, a nossa querida Leila Barros, que está ali, do outro lado. Eu e Leila...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Leila Barros. *(Palmas.)*

Eu, Leila e Izalci estamos presos ali, do outro lado. Está tendo uma reunião agora, gente, e eu quero que vocês saibam, com o Presidente do Banco Central. Nós estamos desde as 10h sentados, não é Izalci? E, claro, nós estamos discutindo ali sobre Banco Master e BRB.

Então Leila ficou lá, para que eu e Izalci viéssemos para cá. A gente vai ter que fazer isso aqui muito rápido porque nós temos que voltar para a reunião com o Presidente do Banco Central.

Agora, vejam os Deputados Federais, e aqui nós vamos ter que trabalhar muito mais adesão, porque são 513 Deputados. De 513, só temos três Deputados ainda na frente: o Deputado Carlos Zarattini, de São Paulo; o Deputado Ícaro de Valmir, de Sergipe; e também a nossa querida Deputada Bia Kicis.

Gente, olha que legal, três Senadores e uma Deputada Federal do Distrito Federal, porque a gente reconhece a importância das feiras aqui no Distrito Federal.

Assim, os membros já receberam o estatuto, já o leram, e eu vou colocar agora em discussão o estatuto da frente parlamentar.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Estatuto da Frente Parlamentar dos Feirantes.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o estatuto.

Nós agora vamos para a eleição da mesa, que vai dirigir essa feira.

Passamos à eleição da Comissão Executiva da frente parlamentar.

Neste momento, coloco em deliberação a proposta de composição executiva, que contará com os nomes de quem se candidatou: para Presidente, Damares Alves; para Vice-Presidente, Izalci Lucas; para Secretária-Geral da feira - olha que coisa boa -, Deputada Bia Kicis.

Em discussão. *(Pausa.)*

Alguém mais se candidata? Não? Graças a Deus!

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam com a composição da mesa executiva permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, agora, eu já fiz a parte formal; já abri, já instalei e - como é bom nos eleger, rapidinho! - já nos elegemos.

Neste momento, eu tenho a alegria de conceder a palavra ao Vice-Presidente da frente parlamentar, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Bem, boa tarde.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Primeiro, eu quero aqui parabenizar a Damares por esta iniciativa. As frentes que existem, sejam mistas, sejam do Senado ou da Câmara, existem para defender os interesses de determinados setores. Nós temos aqui grandes frentes: frente do agro, frente do comércio e serviço, frente logística; e agora, nasce a frente dos feirantes, que realmente merece toda a atenção nossa. A gente, que conhece muito bem a realidade das feiras, sabe a importância de ter, realmente, o Parlamento preocupado com isso. Eu inclusive aprendi, Damares, aqui no Congresso, assim: "Nada de nós sem nós". As pessoas não podem tomar decisões sem ouvir realmente as pessoas que são afetadas, sejam beneficiadas ou prejudicadas.

Então, eu tive esse cuidado, Damares, de visitar várias feiras aqui do DF - e aí, é bom o Patury estar aqui, Secretário, porque, de fato, um dos grandes problemas que tem na feira é, realmente, a segurança. A gente precisava, pelo menos nos sábados e nos domingos, da presença de um policial nas feiras para dar mais segurança, porque hoje as pessoas entram,

3/10



roubam e saem correndo, e os feirantes não têm o que fazer. Então, nós vamos aproveitar a presença do Secretário para que ele possa colocar como prioridade aqui, pelo menos nos sábados e domingos, a presença de policiais nas feiras.

São diversos os problemas e, como disse a Damares, nós não vamos discutir esses problemas aqui e agora. Mas quero dizer para vocês que eu já apresentei aqui, Damares, um requerimento de uma audiência pública; conversei, inclusive - foi sábado que eu estive no Guará, sábado ou domingo -, liguei para o Georges, que é o nosso Procurador-Geral do Ministério Público, e disse a ele exatamente isso, que nós precisamos discutir. Há uma recomendação do Ministério Público de fazer licitação, e eu já enfrentei esses problemas, principalmente com relação às derrubadas de alguns condomínios, porque nós temos hoje muitos jovens que foram criados em apartamento, com a avó - vamos dizer assim -, passaram num concurso com vinte e poucos anos, não conhecem o mundo real e aí, tomam essas decisões sem conhecer, sem conversar com as pessoas.

Na última vez em que eu estive lá para falar sobre isso, eles queriam derrubar um condomínio aqui no Jardim Botânico. Eu disse: "Olha, vocês, então, derrubam primeiro o Congresso, derrubam o Palácio do Planalto, para depois derrubar as casas, porque ninguém tem habite-se aqui". Então, é muito importante o Ministério Público ter consciência disso. Falei com o Georges, ele se prontificou a vir aqui e trazer, inclusive, o representante do Ministério Público que sugeriu ou que recomendou essa questão. É evidente que o Ministério Público recomenda - ele não manda, ele recomenda -, e aí cabe ao governante decidir o que fazer.

Então, a nossa proposta aqui é exatamente fazer a defesa para que não haja licitação dessa forma, não existe isso. E a gente sabe o que acontece em Brasília: se houver uma licitação, grandes empresários vão comprar, vão ganhar a licitação e vocês, que são feirantes, vão ficar fora. Então a gente tem que ter esse cuidado.

Já foi apresentada aqui pelos feirantes uma proposta de lei, a Leila apresentou, eu sou o Relator. Já estou com todas as notas técnicas, mas eu só quero decidir o relatório depois da audiência pública, porque eu quero ouvir o Ministério Público, quero ouvir vocês, nós convidamos aqui as principais feiras para que participassem dessa audiência pública, para a gente poder fazer o relatório e votar essa matéria, porque, de fato, não podemos deixar isso acontecer - e não vai acontecer, com certeza, porque seria uma atitude totalmente equivocada fazer qualquer tipo de licitação sem realmente levar em consideração os feirantes tradicionais.

Para você participar de uma licitação na feira, você tem que ser feirante e comprovar que você é feirante tradicional há muitos anos. Não dá para brincar, licitar e alguém ganhar sem... Muita gente está fazendo isso, inclusive: estão conseguindo as bancas, alugam e vivem de aluguel, e os feirantes ficam pagando aluguel, muitas vezes sem condições.

Então fico muito feliz de participar dessa frente, contem comigo 100%. Eu não sei, viu, Damares, em que dia nós podemos marcar esta audiência, mas quanto mais rápido, melhor, para a gente poder fazer a audiência pública com a participação dos feirantes e do Ministério Público. E, evidentemente, o Patury também vai cuidar para trazer o GDF, que cuida dessa área também, para discutir essa matéria, viu, Damares?

Obrigado pela presença de vocês. A presença de vocês é fundamental, mostra realmente o interesse da categoria, e também vai despertar em muitos Senadores essa preocupação. Os Senadores precisam, antes de tomar qualquer atitude, conhecer a realidade das feiras, e a gente conhece muito bem o que acontece aqui no DF. Parabéns pela presença, contem comigo, e eu tenho certeza de que, com a Presidência da Damares, nós vamos conquistar muitas coisas, além de impedir essa questão da licitação, está bom? Bacana. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Gente, mas não é só a licitação, nós também estamos discutindo a Medida Provisória da taxaço das blusinhas. Nós temos outras decisões econômicas que estão sendo discutidas hoje no Congresso Nacional, e vocês precisam ser ouvidos. Vocês estão entendendo a importância desse espaço aqui?

Vocês querem ver uma coisa com que eu estou preocupada? Eu tenho recebido telefonemas de viúvas, porque teve algumas localidades, mesmo a gente tendo uma lei federal, em que, quando o dono da banca faleceu, a viúva não herdou. Espera aí, eu vou dizer uma coisa: isso é violência contra a mulher, e nós vamos fazer esse enfrentamento.

Há uma outra situação que nos preocupa... Senta aqui, Leila. Uma outra preocupação que tem sido trazida para nós é a seguinte: nós, hoje, vamos votar, se ainda der tempo, no máximo amanhã de manhã, a questão do endividamento do pessoal do agro, porque existe uma linha de crédito para o agro, mas eu não vejo uma linha de crédito especial para o feirante. Para o feirante que quer empreender, não existe, Patury, uma linha de crédito para o feirante no Brasil, então a gente vai lutar por isso também.

São tantas lutas que essa frente vai encampar, e eu vou dizer para vocês: a gente não vai se omitir nessas lutas. Nós vamos ouvir agora...



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Damares, sem querer interromper, mas já interrompendo, é só porque ela tocou num ponto aqui que é muito importante para vocês, inclusive.

O Governo, algum tempo atrás, editou uma cobrança dos produtos importados, de 20%. Agora, soltou uma medida provisória zerando o imposto. Isso significa que você comprando hoje, pela internet, até US\$50, você não paga nenhum imposto. Isso, além de prejudicar a indústria brasileira, porque nós temos... Vocês mesmos vendem muito produtos lá de Nova Serrana, de Franca, que são calçados, vestuários. O cara vai poder comprar, importar, sem pagar imposto, e vocês competindo com um produto muito mais caro.

Então, essa discussão está sendo feita. Eu, inclusive, já apresentei três emendas, viu, Damares?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Uma delas, inclusive, dando aos nossos produtores as mesmas condições para poder competir. Para você ver como são importantes os temas, que aqui prejudicam vocês imensamente.

Então, é só para reforçar a importância desta frente para defender os interesses dos feirantes, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Izalci.

Eu quero registrar que acaba de chegar ao plenário - e é uma alegria - a nossa ex-Governadora; a Maria Abadia está aqui com a gente. *(Palmas.)*

Que coisa linda! Nós amamos essa mulher! É uma inspiração para todas nós mulheres que estamos na política.

Vocês sabiam, gente, que ela foi Constituinte? Em 1986, essa mulher estava aqui dentro do Congresso Nacional lutando pela nossa Constituição.

Seja muito bem-vinda, Governadora.

Nós vamos passar a palavra agora para a nossa querida Leila.

Olhando ali, Leila, os três Senadores do DF estão nesta frente parlamentar, e eu disse uma coisa aqui - antes que eles me entreguem. Eu falei que eu sou a Senadora mais bonita. Por favor, não me desminta, Leila.

Eu fico muito feliz, amiga, de ver os três Senadores do DF envolvidos com a Frente Parlamentar em Defesa dos Feirantes. Tem a palavra, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) - Obrigada, Damares, que é a Presidente desta frente parlamentar.

Eu cumprimento você e, na sua pessoa, cumprimento todas as mulheres que estão aqui nesta Comissão, neste plenário. Cumprimento também o Senador Izalci, o Senador Patury, que está... Senador não, perdão! Secretário Patury. *(Risos.)* Ó, ó o presságio! Na pessoa de ambos, eu cumprimento todos os homens, todos os representantes feirantes aqui presentes.

Eu fiz, particularmente... Eu pedi para a minha equipe e eu sentei para fazer uma fala, porque eu acho muito importante eu falar sobre alguns temas, abordar alguns temas. São temas que são pertinentes a vocês e ao que a gente já está tratando aqui na Casa, então, se me permite, Damares...

Cumprimento vocês, representantes das entidades dos feirantes, trabalhadoras e trabalhadores das feiras do Brasil e do Distrito Federal, senhoras e senhores.

Hoje é um dia muito importante para esta Casa, sobretudo para milhares de brasileiras e brasileiros que fazem das feiras livres seu sustento, sua identidade e a sua contribuição diária para a economia e para a vida das nossas cidades, do nosso país. Instalamos oficialmente a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Feirantes, criada com a missão de promover ações e políticas em defesa dos direitos, dos interesses e do desenvolvimento socioeconômico dos feirantes em todo o território nacional, além de ampliar o reconhecimento das feiras como fator de desenvolvimento do nosso Distrito Federal e do nosso país.

Eu quero iniciar saudando, obviamente, a minha colega de bancada, a Senadora Damares, pela iniciativa do Projeto de Resolução 71, de 2023, que deu origem a esta frente parlamentar. Trata-se de uma proposta sensível e, é óbvio, necessária e histórica, que reconhece a relevância de um segmento essencial para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

A criação desta frente demonstra a compreensão sobre algo que é fundamental: os feirantes desempenham um papel decisivo na segurança alimentar, no abastecimento das cidades, na geração de renda, no empreendedorismo local e na preservação de vínculos comunitários que fazem parte da nossa cultura brasileira.

5/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

As feiras são espaços de comércio, de convivência e, é claro, de identidade cultural. São ambientes onde se fortalecem as economias locais e relações de confiança entre quem produz e quem consome. E são locais onde milhares de famílias encontram trabalho, renda e oportunidade.

Ao apoiar os feirantes, fortalecemos economias locais, incentivamos práticas sustentáveis, ampliamos o acesso da população a alimentos frescos e saudáveis e preservamos a tradição, que atravessa de geração em geração. Nós estamos falando aqui, sei lá, temos representantes de feirantes aqui que devem estar na sua terceira, quarta geração, possivelmente.

Esta frente nasce para ser um espaço de diálogo, como já falado pelos meus colegas aqui - a Damares e o Izalci -, de diálogo, articulação e construção de soluções. Entre as suas atribuições estão: propor medidas legislativas, apoiar políticas públicas, incentivar a capacitação, facilitar o acesso ao crédito, fiscalizar os abusos e representar os interesses dos feirantes perante o poder público.

É uma agenda ampla e necessária. Parabéns, Damares!

Eu tenho a satisfação especial de integrar esta frente, porque acredito profundamente nessa iniciativa. E é justamente nesse espírito que quero aproveitar essa instalação para chamar atenção da frente para uma matéria que tramita nesta Casa, que é o PL 117, de 2026, de minha autoria, que atualmente está na relatoria aqui do meu colega de bancada, Senador Izalci, na CCJ.

O projeto busca - eu peço atenção de todos para a gente fazer essa construção - enfrentar um problema histórico vivido pelos feirantes tradicionais. Há insegurança jurídica. Muitos trabalhadores dedicaram décadas ao mesmo espaço, construíram ali sua trajetória, sustentaram suas famílias, mas seguem convivendo com incertezas permanentes sobre sua permanência e sobre o futuro da atividade quando adoecem ou falecem.

A proposta atualiza a legislação para reconhecer o feirante tradicional, estabelecer critérios objetivos para ocupação histórica e permitir, em situações específicas, sucessão familiar durante a vigência da concessão, protegendo famílias e garantindo a segurança jurídica sem comprometer o interesse público.

Também moderniza instrumentos de gestão das feiras, assegurando a transparência, critérios claros e maior estabilidade para trabalhadores e administração pública, porque as feiras públicas representam espaços vivos, democráticos e inclusivos da nossa economia. São ambientes de pequenos produtores, agricultores familiares, artesãos, microempreendedores e trabalhadores da economia solidária, que constroem diariamente a sua renda e fortalecem essa identidade.

Eu tenho convicção de que essa iniciativa, sob a relatoria do Senador Izalci e nessa construção coletiva que faremos, é claro, com a anuência da Presidente desta frente, nós poderemos fazer com que ela avance na Casa, sendo construída a várias mãos, inclusive com a participação do segmento.

Eu encerro, reafirmando aqui a minha grande alegria de participar da instalação desta frente.

Que ela seja ativa - tem algumas frentes que são, outras não são, mas, enfim, comandada pela Damares, eu tenho certeza de que a Damares vai tocar. Que ela seja plural, que ela escute quem convive diariamente com a realidade das feiras, que são os feirantes, que são os principais atores do setor. E que produza resultados concretos.

Muito obrigada a todos pela atenção. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Leila. Muito obrigada.

Nós vamos agora ouvir o Secretário de Segurança Patury. Por que o Secretário está aqui? O nosso Secretário de Segurança compõe o Conselho Nacional de Segurança. Então, o que nós queremos é que o Secretário não apenas acompanhe as questões de segurança nas nossas feiras locais, aqui do DF, mas que ele seja voz dos feirantes na área de segurança lá no Conselho Nacional. É por isso que você está aqui, eu quero lhe agradecer.

Está ao lado também o Coronel Paulo André, que é o adjunto dele. Muito obrigada.

Nós queremos ouvi-lo, Secretário.

Secretário, a gente vai fazer muito rápido, porque a gente está sendo chamado para a CAE e vai deliberar a questão do endividamento.

Então, Secretário, seja bem-vindo ao Senado Federal.

O SR. ALEXANDRE RABELO PATURY - Muito obrigado, Senadora Damares, Senador Izalci, Senadora Leila.

Saibam vocês que eles não chamam, eles convocam, porque a segurança pública, se está neste patamar, é pela ajuda diária, pela ajuda de sempre dos Senadores, que aportam emendas e que representam definitivamente o Distrito Federal, principalmente na área de segurança pública.



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Senadora, a gente sabe da importância das feiras, e, Senador Izalci, a Senadora Damares, inclusive, vai nos visitar daqui a dois dias para conhecer o DF 360.

Eu preciso abrir esse parêntese. Nós chegamos, depois de muito custo, Senadora Leila, a capital mais segura do país. Nós ultrapassamos Santa Catarina, ultrapassamos Florianópolis. Somos hoje, definitivamente, com os dados do Ministério da Justiça, juntando homicídios, juntando qualquer crime violento e intencional e juntando também os homicídios a esclarecer, a capital mais segura do país. *(Palmas.)*

Mas, Senadora, como a gente pode se conformar se a pessoa que vai à feira perde o celular no ponto de ônibus, se é um roubo, se é um furto? Como você convence alguém que acabou de ter o seu bem furtado de que nós somos a capital mais segura do país? Nós somos cientes, e aqui, Senadora, e aqui, Senador, a gente queria assumir um compromisso - não é uma promessa, é um compromisso.

Eu trouxe, Senadora Damares, a cúpula da Secretaria de Segurança Pública. Ao meu lado, está aqui o Coronel Paulo André, Secretário Executivo de Segurança Pública; o Mauro, Secretário Executivo de Relações Institucionais; e a Dra. Regilene, que é a Secretária que envolve toda a pasta de política pública, para assumir um compromisso: nós vamos colocar a polícia nas feiras, nós vamos ser paradigma para os outros estados da Federação e nós vamos honrar o compromisso de que, se nós somos a capital mais segura do país, nós teremos também as feiras livres mais seguras do país.

Esse é o compromisso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Muito obrigada, Secretário.

Eu não vou citar o nome de todos os que estão aqui, mas tem representantes de todas as feiras do DF. Que coisa linda!

Mas eu quero registrar o Alexandre Yañez, que é o Secretário Adjunto da Secretaria de Governo do GDF e Entorno. *(Palmas.)* Então, nós vamos também dar essa atenção especial às nossas feiras do Entorno.

Nós já vamos partir para o encerramento, mas eu não posso deixar de ouvir apenas duas pessoas que representam todos os feirantes que estão aqui.

Foi difícil fazer essa seleção, mas eu já quero dizer que nós estamos acatando o requerimento do Senador Izalci. Nós vamos marcar, para o mais breve possível, a nossa audiência pública, e nessa audiência pública nós teremos uma mesa com muitas autoridades, onde vamos discutir o projeto de lei - nós precisamos aprovar urgentemente esse projeto de lei! -, vamos discutir a questão da licitação... E aí, Izalci, nós só vamos ter problema de espaço, porque eu acho que, nessa audiência pública, nós temos que trazer muita gente do DF, do Entorno, de outros estados...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) - Vamos fazer lá no auditório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - ... e fazer num auditório grande, uma audiência pública assim: cada um traz seu lanchinho, traz sua água, para a gente não levantar, para discutir, para sair dessa audiência pública já com encaminhamentos.

Hoje é uma sessão solene de instalação, mas o debate vai começar imediatamente.

Nesse sentido, em nome de todas as mulheres feirantes do Brasil - se ela me permite falar assim -, nós vamos ouvir Bárbara Rodrigues Lima, Presidente da Associação dos Expositores de Artesanato da Feira da Torre.

Ela está sentada onde? *(Pausa.)*

Bárbara, aperta aí o microfone.

Bárbara, no máximo cinco minutos. Pode ser?

Nós estamos em processo de votação.

A SRA. BÁRBARA RODRIGUES LIMA - O.k., obrigada pela oportunidade, Senadora.

É uma alegria este encontro aqui com todos os feirantes do Distrito Federal. Eu falo em nome de todos, especificamente, da Feira de Artesanato da Torre de TV, que muitos de vocês conhecem, passam por lá, comem pastelzinho, enfim. Quero deixar aqui esse registro de que nós somos não só feirantes; nós somos patrimônio imaterial do Distrito Federal, certo? *(Palmas.)*

O nosso monumento sem nós é só concreto e ferro. É a gente que traz vida para aquele lugar, porque o turista, quando chega à capital, ele passa, e é a gente que faz ele permanecer.

Quando uma pessoa procura um especialista em cerâmica, é lá na feira de artesanato, um especialista em capim dourado, uma crocheteira. E eu tenho certeza de que todas as feiras do Distrito Federal têm uma crocheteira, têm uma bordadeira. Então, nós somos detentores das tradições brasileiras - e que isso seja valorizado, que isso seja respeitado.

7/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Hoje, nós artesãos - como eu, que sou terceira geração na Feira de Artesanato da Torre de TV, com muito orgulho -, nós temos um termo de uso não qualificado. Olha só que palavra feia: "não qualificado". Nós somos qualificados, nós somos artesãos, nós somos manualistas, nós temos o direito de ser valorizados, né?

Hoje nós temos um regulamento interno que já faz esse processo seletivo. Então, que seja dada uma atenção a esse processo seletivo, para que não seja descaracterizada a nossa feira. Se for licitar *box* vazio ou pessoas irregulares, que seja feito um critério especial, um critério social, porque o artesão não tem condição de pagar uma licitação. Ele não tem condição.

Queria deixar um agradecimento, inclusive, especial à Leila, que apoia os projetos culturais que acontecem de forma independente na nossa feira. Todo último domingo do mês, está lá acontecendo o Baile Charme, do nosso amigo Petrônio. *(Palmas.)*

Também deixo o registro aqui, Senadora, de que nós já temos uma lei de relevância cultural, do ano de 2021, a Lei 6.923. Então, nós só pedimos para o GDF: reconheça o nosso tombamento, reconheça o nosso valor.

E, em específico, sobre a decisão do TJDF, que fala a respeito das licitações, eu deixo aqui um recado muito especial para os empresários do DF: deixe a gente em paz. A feira é do povo, a feira é do artista, a feira é do artesão. *(Palmas.)* Então, por favor, deixe o feirante em paz.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. BÁRBARA RODRIGUES LIMA - Muito obrigada. Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Muito legal, Bárbara, a sua fala. Deixe a gente comer pastel na feira em paz!

Por falar nisso, eu estive domingo na Feira dos Importados. Quero agradecer a recepção do Presidente da feira.

Fui lá conhecer a situação, ver o que aconteceu. Eles estão se organizando, e quero prestar solidariedade aos feirantes que tiveram as suas bancas queimadas. Eu vi ali que aquela feira é uma grande família; estão cuidando deles. Nossa solidariedade aos feirantes que foram alcançados pelo incêndio.

Por cinco minutos, nós vamos ouvir, e aí a gente já vai encerrar, o Sr. Valdenir Machado, Presidente do Sindicato dos Feirantes do DF.

Sr. Valdenir, cinco minutos.

Gente, tem tanta associação, mas me permitam, na audiência pública, todo mundo vai falar, o.k.?

Sr. Valdenir.

O SR. FRANCISCO VALDENIR MACHADO ELIAS - Boa tarde a todos.

Cumprimento a nossa Senadora Damares, o nosso Senador Izalci, a nossa Senadora Leila e o nosso Secretário.

Cumprimento todos os meus colegas e a minha querida e amada Abadia, essa que fez tanto pelas feiras do Distrito Federal e é a mãezona nossa. *(Palmas.)*

Cumprimento todos os colegas feirantes que estão presentes.

Senadora Damares, que maturidade! Levamos tantos anos. Em 1988, foi formado isso daí, houve a eleição em 1986, passaram quantos anos? Mas que maturidade hoje política, no Brasil, três Senadores de Brasília levantarem a bandeira para mais de um milhão de feirantes que têm no nosso país. Muito obrigado por esse reconhecimento a essa classe.

Eu sou do Estado do Ceará. Eu vim para cá com oito anos de idade, sem perspectiva de vida, e fui trabalhar numa feira lá no Morro do Urubu, em 1962. Até hoje eu sou feirante, criei meus filhos lá, minha família, e me orgulho muito de defender esse segmento. Minha alegria maior é ver que o Congresso Nacional agora está se preocupando com a causa justa. Nós não somos feirantes porque queremos, não. Às vezes, a sociedade nos deu a oportunidade de fazer um concurso público e hoje sermos funcionário do Governo, mas nós fomos aguerridos, pegamos força, fé e coragem para enfrentar "rapa", né, minha querida Abadia? Quantas vezes a nossa Governadora foi lá e: "eu vou dar um jeito". Na época, os "rapas" corriam atrás da gente, não tinha feiras legalizadas, e hoje, para a gente que é feirante - eu defendo o sindicato dos feirantes juntamente com, aqui em Brasília, mais de 25 mil feirantes -, a gente se sente muito orgulhoso.

Eu queria dar uma sugestão para a segurança pública, Senadora, porque é muito fácil as feiras, simplesmente... Antigamente, nós tínhamos um cosme e um damião lá dentro das feiras. Simplesmente, só dois policiais seriam o suficiente para fazer a nossa segurança. Hoje, realmente, está muito precária a segurança.

Em 1974, dentro de uma feira...

8/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VALDENIR MACHADO ELIAS - ... eu levei um tiro, mas a gente continua com orgulho; e, a cada dia que passa, o orgulho fica maior, principalmente agora, vendo o Senado Federal e a Câmara Federal, juntamente conosco, brigar e correr atrás dos nossos direitos.

Muito obrigado, Senadora Damares, Senador Izalci e Senadora Leila. Muito obrigado por vocês defenderem a nós que somos muito pequenos dentro das feiras. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Presidente.

Gente, nós vamos encerrar, mas, como todo mundo falou dela com tanto amor, e ela é a nossa mãezona, eu quero consultar a Governadora Maria Abadia se ela quer dar uma palavrinha, pelo menos dizer para os feirantes que a senhora os ama.

A senhora quer usar a palavra? Alguém liga o microfone para ela, por favor?

Que honra tê-la aqui conosco!

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (Para expor.) - Honra e emoção minhas de ver nossos três queridos Senadores e o nosso Secretário de Segurança juntos a esses heróis, a essas pessoas queridas, buscando um direito. Não é uma caridade, é um direito.

Quero dizer que eu soube, fui convidada para participar aqui desta reunião e eu fiquei feliz. Eu disse "eu vou lá", porque eu preciso dizer, dar o testemunho do que representam as feiras. Eu sempre começo meus testemunhos por Ceilândia, porque Ceilândia, quando não tinha nada, Cerrado, não tinha um boteco, foi a Feira do Pau Seco que manteve a alimentação e a oferta de coisas.

Então, eu quero dizer aqui aos feirantes, parabenizar de coração mesmo os nossos representantes, o nosso querido Secretário, que está assumindo agora a batuta da segurança do Distrito Federal, Coronel, e dizer para vocês que contem comigo, sempre. Suspirando, gemendo e chorando, já velha, caduca, eu estou... E a Feira da Torre, gente, é uma coisa maravilhosa.

Então, eu quero só dizer, na minha presença aqui, parabenizar os nossos Parlamentares e trazer o meu abraço carinhoso e amoroso para todos os feirantes. Contem, no que eu puder fazer, com a minha voz, com o meu carinho e o meu amor, e eu não desisto de vocês, nem de Brasília.

Um beijo para eles! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Oh, Governadora, que alegria!

Eu só quero registrar que está presente também a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Dra. Cristiane Britto, que é de Brasília e que fez um trabalho incrível no Brasil, especialmente no Norte e no Nordeste, com as mulheres feirantes. Parabéns!

Gente, agora a nossa responsabilidade aumentou, Leila, porque a gente está vendo que vocês estão alimentando uma expectativa muito grande em nós. É possível que a gente não atenda a todas as expectativas, mas a gente vai firmar um compromisso: nós vamos trabalhar e nós vamos nos esforçar.

Nesta frente, vocês podem observar que os Senadores são de posições políticas diferentes. Nós temos Parlamentares de posições políticas diferentes - Deputados Federais. Nesta frente não vai ter briga política. Vai vir para esta frente quem quer ajudar. Aqui não é o espaço da briga política; é o espaço da junção por vocês.

Temos um Senador feirante, e eu quero muito trazê-lo para esta frente parlamentar, que é o Senador Cleitinho - ele é feirante -, que agora quer ser Governador lá em Minas Gerais, mas ainda é Senador e tem que estar aqui com a gente.

E eu quero encerrar, mas, para eu provocar todos os Deputados a virem para esta frente, eu queria fazer um vídeo, mas um vídeo para a gente gritar aqui dentro, para a gente derrubar este plenário.

Eu vou contar até três.

Atenção, cinegrafista, ligue o celular.

Eu vou contar até três, e a gente vai dizer: "Viva os feirantes do Brasil". Pode ser?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Mas, antes disso, esperem aí, antes que eles briguem comigo.

9/10



Reunião de: 19/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade desta reunião, eu agradeço a presença de todos.

Eu estou muito feliz com todos vocês aqui. Se a instalação foi isso, imagine a audiência pública, Izalci.

Nós vamos avisar quando vai ser a audiência pública, quero todos vocês conosco novamente e a gente agora vai encerrar esta reunião, mandando um recado para o Brasil. E o recado é - um, dois, três...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Não, não, não!

Viva os feirantes do Brasil.

Bora lá?

Prepararam o pulmão?

Um, dois...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Não, não.

Vamos derrubar o plenário.

O Davi Alcolumbre tem que ouvir lá do outro lado.

Um, dois, três...

Viva os feirantes do Brasil! *(Palmas.)*

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Camilo Santana**

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Hermes Klann** (S)

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 21

PSD-14 / PSB-7

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 18

PL-16 / NOVO-1 / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Hermes Klann.	PL / SC
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-9 / UNIÃO-3 / PODEMOS-3 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO

Renan Calheiros.	MDB / AL
Renan Filho.	MDB / AL
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11

PT-9 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	21
Bloco Parlamentar Vanguarda.	18
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Dueire* (PSD-PE)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Hermes Klann** (PL-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Irajá* (PSD-TO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sergio Moro** (PL-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 21</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 18</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85)</p> <p>Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123)</p> <p>Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125)</p> <p>Líder do PODEMOS - 3 Giordano (86,119)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO/AVANTE) - 18</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p> <p>Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Teresa Leitão (35,64,99,106,116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Camilo Santana (117) Beto Faro (28,118)</p> <p>Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Majoria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (50,70)</p> <p>Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)</p>		

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).
126. Em 05/05/2026, o Senador Jorge Seif deixa de exercer a função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA**

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾
RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

Prazo final prorrogado: 13/08/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

VAGO ^(2,4)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))

2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. VAGO ^(1,10,25)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA).
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,32,39,40,42,43)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrielli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLDEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG).
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG).
42. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
43. Em 13.05.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2026-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. VAGO ^(9,12,47)
Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(3,12,50)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12,40,41,51,54)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12,40,41,51,54)	8. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ^(10,12,45,56)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ^(4,27)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(4,31,33,34,36,49)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,53,57)	1. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,55)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,52,58)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(6,38,39,59)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Conarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA).
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA).
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO).
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026/GSEGAMA).
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLRESDEM).
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO).
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO).
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG).
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG).
54. Em 05.05.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 025/2026-BLDEMO).
55. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
56. Em 06.05.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-BLDEMO).
57. Em 13.05.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).
58. Em 13.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 043/2026-BLVANG).
59. Em 20.05.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 028/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,31,32)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,15,18,26)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA).
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA).
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA).
31. Em 06.05.2026, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 038/2026-BLVANG).
32. Em 13.05.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 042/2026-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**Finalidade:** acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).**(Requerimento 22, de 2026 - CE)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares**Telefone(s):** 3303-3498**E-mail:** ce@senado.leg.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA).
24. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁹⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(15,38)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(5,11,40)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLEMO).
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA).
38. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
39. Em 06.05.2026, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 039/2026-GSEGAMA).
40. Em 20.05.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 031/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽²⁾

Instalação: 06/05/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3.
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

Notas:

- Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH).
- Em 06.05.2026, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Damares Alves Presidente deste colegiado (Of. nº 186/2026-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,21)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
21. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(4,20,21,25,31)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24,30)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
30. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
31. Em 12.05.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 041/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(3,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,23)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 30](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). ([DSF de 20/02/2025, p. 192](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). ([DSF de 21/03/2025, p. 19](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 20](#))
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 88](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA).
23. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
24. Em 19.05.2026, a comissão reunida elegeu o Senador Hermes Klann Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 034/2026-CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(13,35,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 31](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLRESDEM).
35. Em 05.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 036/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(22,23,25,28)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(4,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecção e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLIID/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLIID/BLALIAN).
28. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽³⁾	1. VAGO ^(8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 35](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
- Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(21,26,33,34,35)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrielli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeram os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLIID/BLALIAN).
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG).
35. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,36)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13,14,23)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
- Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
23. Em 19.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 047/2026-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PSD
Senador Irajá (TO)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PDT
Senador Weverton (MA)
MDB
Senador Eduardo Braga (AM)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senadora Tereza Cristina (MS)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senador Alan Rick (AC)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Atualização: 01/06/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



15) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



20) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



21) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



23) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

MEMBROS

NOVO

Senador Eduardo Girão (CE)

MDB

Senador Veneziano Vital do Rêgo (PB)

PDT

Senador Weverton (MA)

PL

Senador Carlos Portinho (RJ)

PODEMOS

VAGO

PP

Senador Laércio Oliveira (SE)

PSB

Senador Cid Gomes (CE)

PSDB

Senador Plínio Valério (AM)

PSD

Senadora Zenaide Maia (RN)

PT

Senador Rogério Carvalho (SE)

REPUBLICANOS

Senadora Damares Alves (DF)

UNIÃO

Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)

AVANTE

Senador Marcos do Val (ES)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura Márcia Ferri



31) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



34) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



35) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



36) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa



NPG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

